



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KÁSSIA MAGALY OLIVEIRA DA COSTA SARMENTO

**MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FLEXEIRAS (AL): TRABALHO
COOPERADO, GERAÇÃO DE RENDA E AUTONOMIA**

MACEIÓ

2022

KÁSSIA MAGALY OLIVEIRA DA COSTA SARMENTO

**MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FLEXEIRAS (AL): TRABALHO
COOPERADO, GERAÇÃO DE RENDA E AUTONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas –UFAL, para obtenção do título de mestra em Psicologia.
Prof. Orientador: Drº. Marcos Ribeiro Mesquita

MACEIÓ

2022

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S246m Sarmento, Kássia Magaly Oliveira da Costa.
Mulheres e economia solidária em Flexeiras (AL): trabalho cooperado,
geração de renda e autonomia / Kássia Magaly Oliveira da Costa Sarmento.
– 2022.
106 f.

Orientador: Marcos Ribeiro Mesquita.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de
Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 97-106.

1. Economia solidária. 2. Cooperativismo. 3. Geração de renda. 3.
Mulheres – Costura – Flexeiras (AL). I. Título.

CDU: 330.342.11 (813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

KÁSSIA MAGALY OLIVEIRA DA COSTA SARMENTO

Título do Trabalho: **"MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM FLEXEIRAS (AL): TRABALHO COOPERADO, GERAÇÃO DE RENDA E AUTONOMIA"**.

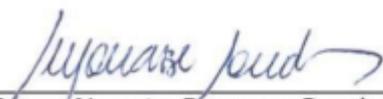
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

 Documento assinado digitalmente
MARCOS RIBEIRO MESQUITA
Data: 08/11/2022 17:56:58-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (PPGP/UFAL)

Examinadores:


Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias (CEDU/UFAL)


Profa. Dra. Mariília Silveira (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 03 de novembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao meu orientador Marcos Mesquita, que esteve ao meu lado durante toda essa empreitada, aceitou o desafio de aprender junto comigo sobre Economia Solidária, e me apresentou todos os caminhos possíveis, para que eu pudesse desenvolver meu aprendizado, foi paciente e companheiro, me viu chorar algumas vezes, foi acolhedor e duro quando necessário. Sou grata pela sua parceria, realizamos esta pesquisa juntos.

Agradeço também ao meu esposo Paulo, pelo companheirismo e pelo apoio de sempre, não apenas para esse projeto, mas para todos os que eu me propus a realizar até aqui. Você é um dos meus maiores apoiadores, sou grata por isso.

A Alice, minha filha, que sentiu a ausência da mamãe nesses últimos dois anos e meio, mas foi compreensiva, e ficou feliz por me ver feliz, você foi minha força e nem sabe disso, das vezes em que pensei em desistir, olhei pra você, e disse a mim mesma, “não é esse o exemplo que eu quero que você tenha, somos mulheres e vamos até o fim pelo que desejamos”, você viu os meus esforços, e me acolheu, com seu carinho.

Aos meus pais, que estão distantes de mim fisicamente, mas estão comigo a todo momento, através dos ensinamentos que me passaram. Mesmo sem entender completamente o significado de curso pra mim, sempre me perguntavam como eu estava indo, e ouviam as minhas explicações, com atenção, carinho e orgulho, mesmo que não estivessem entendendo ao certo do que se tratava, vocês faziam parecer importante pra vocês, assim como era pra mim.

Aos professores do curso e os colegas de turma, com vocês eu aprendi na prática que tudo que se faz no coletivo é melhor do que individualmente.

As mulheres desta pesquisa, sem vocês este trabalho não existiria, sou grata pela disponibilidade, alegria e entusiasmo que me receberam em suas casas. Os momentos que compartilhamos foram especiais para mim.

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida (...)

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes.

Glória Anzaldúa

RESUMO

A Economia Solidária é um modelo de produção que tem suas bases estabelecidas nas interações sociais, destinada a todas as pessoas que desejam gerar renda de uma forma cooperada e sustentável. Sua chegada ao Brasil se deu em meados da década de 1980 e se expandiu por diversos segmentos econômicos, sendo eles rurais e/ou urbanos. Alguns dos seus princípios são a autogestão, a solidariedade e a sustentabilidade. No Brasil, essa forma de empreender se disseminou rapidamente entre as camadas mais vulneráveis da sociedade. Em decorrência das altas taxas de desemprego, milhares de pessoas permanecem fora do mercado de trabalho formal, nos moldes tradicionais. Deste modo, o trabalho no modelo de Economia Solidária tenta suprir a necessidade de geração de renda, ao passo que também qualifica seus integrantes. Nesta pesquisa dialogamos com cinco mulheres do interior de Alagoas, que trabalham no modelo de Economia Solidária, em um grupo de costura chamado “Mulheres da costura”, no município de Flexeiras. Estabelecemos um diálogo com as participantes de modo a discutir os impactos do trabalho cooperado na produção de autonomia das mulheres. Além disso, buscamos também identificar os motivos que as conduziram para a formação de um empreendimento de Economia Solidária; analisar os benefícios financeiros, sociais e pessoais advindos da formação e desenvolvimento das atividades cooperadas, e por fim, identificar os desafios inerentes à gestão coletiva de um empreendimento solidário. Buscamos pensar essas experiências através de diálogos de colaboração, como sugere bell hooks, esses diálogos são importantes, para o nosso propósito de construção coletiva do conhecimento. Em relação aos resultados da pesquisa, observamos que o processo de autonomia das mulheres está acontecendo no dia a dia, quanto mais elas compartilham experiências de forma coletiva, mais elas aprendem, ensinam e acolhem umas às outras. A geração de renda proporcionada pelo trabalho que realizam, é mais um fator impulsionador, que as auxiliam nesta caminhada em direção à construção de sua autonomia.

Palavras-chave: Economia Solidária, mulheres, geração de renda, autonomia.

ABSTRACT

The Solidarity Economy is a production model that has its bases established in social interactions, aimed at all people who wish to generate income in a cooperative and sustainable way. Its arrival in Brazil took place in the mid-1980s and expanded into various economic segments, whether rural and/or urban. Some of its principles are self-management, solidarity and sustainability. In Brazil, this form of entrepreneurship has spread rapidly among the most vulnerable strata of society. As a result of high unemployment rates, thousands of people remain outside the formal job market, in the traditional way. In this way, work in the Solidarity Economy model tries to meet the need for income generation, while also qualifying its members. In this research we dialogue with five (5) women from the interior of Alagoas, who work in the Solidarity Economy model, in a sewing group called "Women of sewing", in the municipality of Flexeiras. We established a dialogue with the participants in order to discuss the impacts of cooperative work in the production of women's autonomy. In addition, we also sought to identify the reasons that led them to form a Solidarity Economy enterprise; analyze the financial, social and personal benefits arising from the formation and development of cooperative activities, and finally, identify the challenges inherent to the collective management of a solidary enterprise. We seek to think about these experiences through collaborative dialogues, as bell hooks suggests, these dialogues are important for our purpose of collective knowledge construction. Regarding the research results, we observed that the process of women's autonomy is happening on a daily basis, the more they share experiences collectively, the more they learn, teach and welcome each other, the income generation provided by the work they do. perform, is another driving factor, which helps them in this journey towards building their autonomy.

Keywords: Solidarity Economy, women, income generation, autonomy.

SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único.
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial.
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários.
ES	Economia Solidária.
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador.
FBES	Fórum brasileiro de Economia Solidária.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
GOV	Governo.
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatística.
IPEA	Instituto brasileiro de Pesquisa Aplicada.
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais e Assexuais.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
MST	Movimentos das/os Trabalhadoras/es Rurais sem Terra.
NIS	Número de Inscrição Social.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
PNAD	Programa Nacional de Amostra por Domicílio.
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda.
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio
SIES	Sistema de Informações de Economia Solidária.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social.

SUMÁRIO

RESUMO	6
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. PRA COMEÇO DE CONVERSA, O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA?....	19
1.1. OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	25
1.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ALAGOAS.....	31
CAPÍTULO 2. MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	36
2.1. DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	36
2.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS EES.....	41
2.3. MULHERES: AUTONOMIA E EMPODERAMENTO	45
CAPÍTULO 4. O TRABALHO DE MULHERES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS PSICOSOCIAS, ECONOMICOS E PRODUÇÃO DE AUTONOMIA.....	63
4.1. CLAUDEMIRA, A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO E O PROCESSO DE TORNAR-SE EDUCADORA ...	63
4.2. MARIA HELENA E LOURDES: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL	70
4.3. NELIANE, LÚCIA E AS DIMENSÕES ECONÔMICAS DO GRUPO	77
4.4. MULHERES DA COSTURA E OS DESAFIOS DA GESTÃO COLETIVA	84
4.5. “MULHERES DA COSTURA” E A PRODUÇÃO DE AUTONOMIA.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa nos propomos a apresentar e discutir sobre Economia Solidária – modelo de produção baseado no princípio da solidariedade –, direcionando nosso olhar para os empreendimentos solidários formados por mulheres. Para nos auxiliar nesta trajetória, contamos com a participação de cinco mulheres que compõem um desses empreendimentos, instalado no interior do estado de Alagoas. Mas antes de entrarmos nesta discussão, gostaria de compartilhar sobre como se deu a minha escolha pelo tema, que aconteceu gradualmente na medida em que conheci algumas dessas experiências.

Como estudante de psicologia, tive contato com diversas áreas de atuação da minha profissão, dentre elas, a psicologia clínica, escolar, jurídica, esportiva, comunitária e social. Lembro que no início me interessei bastante pela última área, mas não tive a oportunidade de estudá-la a fundo. Ao me aproximar do fim do curso, no entanto, as oportunidades de estágio começaram a surgir, e o primeiro deles foi realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)¹ situado em um bairro popular considerado violento da cidade de Maceió: Sururu de Capote.

A Política de Assistência Social faz parte do tripé da seguridade social juntamente com a Saúde e a Previdência, condição assegurada pela Constituição Federal de 1988, tamanha sua importância. O CRAS é uma das instituições que pertence e é regida por essa política, nesses centros são ofertados diversos serviços à comunidade: inscrição do Número de Identificação Social (NIS²); cadastros em programas sociais ofertados pelo governo federal, estadual e municipal; atividades grupais para crianças, adolescentes e idosos, conhecidos como grupos de convivência e fortalecimento de vínculos e interação social, que tem por finalidade oferecer um lugar de acolhimento, onde o público alvo possa desenvolver atividades voltados à arte e à cultura, etc. Também podem ser formados grupos de mulheres e homens, em atividades conjuntas ou separadas, que têm por objetivo levar qualificação, geração de renda e oportunidade de inserção no mercado de trabalho (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, 2004).

¹ O CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

² NIS é um número que todo trabalhador deve ter para acessar seus benefícios trabalhistas. É uma espécie de CPF, único e intransferível. Passou a ser utilizado na assistência social como critério essencial para a inserção no Cadastro Único - Cadúnico que identifica e caracteriza as famílias/pessoas de baixa renda para acesso a serviços, programas e projetos municipais, estaduais e ou do governo federal.

Em minha experiência de estágio, fui direcionada para um dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, um serviço voltado a crianças em situação de vulnerabilidade social. Implementado no primeiro mandato do ex-presidente Lula, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)³ funcionava em instituições próprias. Com as mudanças de governo dos últimos anos, o PETI foi anexado aos CRAS e teve a nomenclatura alterada para Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No entanto, o objetivo permaneceu o mesmo, não permitir que elas sejam expostas ao trabalho infantil. Segundo dados do IBGE (2020), os últimos disponíveis sobre o tema, 4,6 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil. O problema afeta, em especial, meninas/os negras/os, que são a maioria nas áreas periféricas de todo o país. Os dados nos mostram as desigualdades sociais e também a falta de políticas públicas efetivas que afastem as/os jovens desses riscos. Uma das tentativas para a diminuição desses índices é a inserção de crianças e adolescentes nos grupos de convivência.

Este contato me despertou um grande interesse por políticas públicas vinculadas à Política de Assistência Social, aquela que tem seu olhar exclusivo para as comunidades e populações mais vulnerabilizadas, e tenta assegurar os direitos sociais básicos. Como profissional, entendo que meu trabalho quando direcionado às comunidades periféricas, tem a intenção de observar as dinâmicas sociais comunitárias, a cultura ali construída e os desafios diários das/os moradoras/es para lidar com as limitações a elas/es impostas, como o desemprego, a falta de moradia, o saneamento básico, a educação, a saúde e o lazer. Todas elas são questões de interesse social e impactam diretamente na vida das pessoas. Essas observações me fazem refletir de que forma minha profissão pode contribuir positivamente para a melhoria de vida dessas pessoas e como o transitar, conhecer e incluir-se naquela comunidade, pode nos auxiliar enquanto profissionais psicólogas/os, na descoberta de caminhos que nos façam úteis naquele espaço.

Seguindo minha caminhada pelos estágios, tive a oportunidade de realizar o segundo deles em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), também em um bairro populoso da cidade de Maceió: Jacintinho. As atividades desenvolvidas nos CAPS, são direcionadas ao tratamento e reinserção social de pessoas com transtornos mentais de leve a grave persistente. Muitos profissionais desenvolvem atividades nesse campo: psicólogas/os, médicas/os,

³ De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o PETI é um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que compreende: 1. Transferências de renda; 2. Trabalho social com famílias; 3. Oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

enfermeiras/os, fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, farmacêuticas/os e educadoras/es físicos, todos com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vidas para suas/seus usuárias/os. A exemplo da minha experiência anterior, aqui foram realizadas atividades semelhantes, principalmente as motoras, de artesanato, dança e atividades físicas. Porém, meu contato foi muito diferente, realizei rodas de conversa, onde eles expressavam seus anseios, dúvidas, tristezas, dificuldades, e seu dia a dia. Pude perceber através dessa proximidade, que suas vidas, dúvidas e tristezas não eram diferentes das minhas ou das de qualquer outra pessoa.

Foi no CAPS que eu entrei em contato pela primeira vez com as experiências de trabalho cooperado, e essa perspectiva chegou até a mim, pelas/os próprias/os usuárias/os do serviço. Despretensiosamente algumas daquelas pessoas me procuravam para conversas informais, e algumas/uns me relataram que exerciam atividades laborais nos dias e horários em que não estavam na instituição. Achei curioso e quis saber mais: onde elas/es poderiam trabalhar em dias e horários variados? Qual seria o trabalho desenvolvido? A resposta foi, trabalho cooperado. Fiquei surpresa e interessada ao mesmo tempo com a resposta que recebi, eu não tinha um conhecimento claro sobre a finalidade do trabalho cooperado, tão pouco direcionado à saúde mental. Em alguns relatos vinham frases como “eles nos acolhem, deixam a gente trabalhar”, a maioria trabalhava em cooperativas de materiais recicláveis, o trabalho lhes trazia certo orgulho, se sentiam incluídos, capazes e autônomas/os.

De acordo com Oliveira et al. (2021) o trabalho em Economia Solidária como meio para a integração social no campo da saúde mental está disposto na Lei n. 9.867/1999 e nas portarias interministeriais Nº. 353/2005 e N ° 1169/2005. A primeira incentiva municípios, através de repasses financeiros para projetos que contemplem a inclusão através do trabalho. Já a segunda institui a articulação entre Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego para a realização de ações e parcerias que tenham como objetivo desenvolver o trabalho em Economia Solidária destinado ao campo da saúde mental. Essa articulação entre as políticas públicas de saúde mental e as de Economia Solidária, passou a ser fundamental para o acesso da/o usuária/o⁴ aos meios de trabalho. Essa parceria tornou-se ainda mais forte, pelo fato das referidas políticas compartilharem princípios em comum, como a justiça social, a solidariedade e a inclusão social e econômica (OLIVEIRA et al., 2018).

No contato direto, com as preocupações e conquistas diárias daquelas pessoas, identifiquei no trabalho cooperado, sob os moldes da Economia Solidária, uma alternativa

⁴ Neste caso, o termo usuária/o se refere às pessoas que fazem uso dos serviços ofertados pelas políticas públicas destinadas a Saúde mental e a Assistência social. Termo muito difundido entre os trabalhadores dessas políticas.

possível para desenvolver um modelo de trabalho não tradicional, que acolhesse aquelas/es, que por algum motivo encontravam-se à margem da sociedade e do mercado de trabalho formal. Assim finalizei minha segunda experiência de estágio com a sensação de que meu contato com o trabalho em Economia Solidária, não acabaria ali.

Seguindo meu percurso pelos estágios, acabei me deparando com uma realidade completamente diferente das duas vivenciadas até então. Fui selecionada para um estágio em Psicologia Organizacional, em uma rede de Hotéis do Estado. Classifico como uma experiência interessante, o contraste criado em relação às outras duas, foi nítido. A dinâmica vivencial do trabalho da/o Psicóloga/o em vertentes tão antagônicas, me fez pensar se essas práticas diziam respeito à mesma profissão: de um lado eu tinha um trabalho realizado nas comunidades, com pessoas que buscavam oportunidades para terem uma vida mais justa e igualitária, que encontravam nos serviços ofertados por aquelas instituições, um meio para desenvolver habilidades; aprender uma profissão; interagir e transformar; do outro lado, eu aprendi a fazer o inverso, avaliar a produtividade; o desempenho profissional e analisar características pessoais, para decidir se o perfil era adequado ou não para a vaga disponível. Percebi que aquela empresa era formada por mais de 200 trabalhadoras/es que eu não sabia quem eram, eu não as/os conhecia, não sabia das suas necessidades, e isso me causava certo incômodo.

As três experiências contribuíram para a minha formação de maneiras distintas, nas duas primeiras, pude ver como a minha profissão poderia ser transformadora, o quanto eu poderia auxiliar no processo de desenvolvimento pessoal dos sujeitos e como estaria contribuindo de forma individual e coletiva naquele espaço. O contraste que a terceira me ofereceu me chocou e serviu para reafirmar onde eu gostaria de estar como profissional e como pessoa. Ao final da graduação eu já sabia o impacto que eu queria causar através do meu trabalho, e não era julgar a eficiência das pessoas.

Logo após a graduação, veio a Especialização em Psicologia Clínica e Saúde Mental – com ênfase para a saúde mental, fui diretamente influenciada pela experiência no CAPS – um curso com aspectos bem amplos, que abrange duas vertentes da psicologia, a escuta qualificada, que é facilmente associada à psicologia clínica e a prática da/o psicóloga/o em saúde mental, campo complexo que exige uma imersão nas políticas públicas para saúde mental.

Apesar de associarmos a escuta qualificada ao trabalho da/o psicóloga/o clínica/o, ela é um pré-requisito para qualquer segmento – trabalhamos com a escuta nas escolas, nos hospitais, nos CAPS, onde a/o psicóloga/o estiver sua escuta estará presente. Juntamente com a clínica psicológica, o curso se propunha a problematizar e discutir as teorias e práticas da psicologia em saúde mental, não sendo reducionista e contemplando ao máximo os aspectos da

profissão nesse campo. Nesse contexto rico em descobertas e discussões, me aproximei teoricamente das políticas de saúde mental, e consegui fazer uma ligação com o período de estágio no CAPS e também no CRAS, políticas distintas, mas que podem dialogar.

Imersa nesse momento de novas descobertas e articulações teóricas e metodológicas, entrei em contato com disciplinas que trouxeram um olhar diferente daquele que eu tinha observado e vivenciado até o momento, sobre as intervenções coletivas no âmbito da saúde mental. O trabalho coletivo, foi apresentado como um dos maiores meios para a interação social, ele possibilita o convívio com outras pessoas; facilita o aprendizado de novas experiências; possibilita a inclusão social e ainda gera renda. Em sua maioria, essas experiências inclusivas são desenvolvidas em cooperativas. Assim, passei a aprender na teoria, aquilo que eu já havia observado na prática.

Me interessei mais uma vez pela forma de trabalho cooperado e iniciei externamente pesquisas sobre o tema. Em meio a essas pesquisas, me deparei com a biografia de Paul Singer, e a partir de então passei a buscar outras/os autoras/es que pudessem contribuir para o meu entendimento sobre o tema. O interesse foi tamanho que meu trabalho de conclusão da especialização teve a Economia Solidária como tema, com o título: Impactos psicossociais da Economia Solidária para seus integrantes e comunidade, onde faço uma revisão de literatura sobre esses aspectos. Os resultados da pesquisa apontaram, que o trabalho nesse modelo pode gerar sentimentos positivos como empoderamento; melhoria da autoestima; autonomia; melhoria das relações interpessoais; aumento da renda familiar; melhor interação com os componentes do grupo; além do fortalecimento da economia local; preservação do meio ambiente; uso consciente das matérias primas; formação de movimentos sociais e melhoria das relações comunitárias.

Minha identificação com a psicologia social/comunitária foi estabelecida lá na época dos estágios. Quando passei a atuar como psicóloga, iniciei minhas atividades na política de Assistência Social no município de Flexeiras, interior do estado de Alagoas. Assim iniciei minha atuação profissional, inserida em uma área que eu já tinha bastante interesse. Inicialmente desenvolvi meu trabalho em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)⁵, que auxilia a população em casos de violação de direitos, para que essa os tenha assegurados. O CREAS acompanha através de visitas domiciliares de forma

⁵ O CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em *locus* de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

contínua, as famílias que tem ou tiveram algum integrante com essas características, e faz os encaminhamentos necessários, quando os casos fogem de sua competência. Lá tive a oportunidade de conhecer e auxiliar mais de 60 famílias, com as mais diversas demandas.

Após alguns anos fui direcionada ao CRAS do mesmo município. Assim como no CREAS, o CRAS realiza acompanhamento domiciliar às famílias em vulnerabilidade social, mas diferente do anterior, não são acompanhados os casos de violência. Nos CRAS o público atendido é mais amplo, pessoas com deficiência alimentar; falta de moradia; crianças, jovens, adultos, idosos, gestantes e lactantes em vulnerabilidade. As atividades da/o psicóloga/o neste campo, estão pautadas em visitas domiciliares para acompanhamento das famílias que frequentam a instituição, essas visitas viabilizam o acesso à informações necessárias para compreender as diferentes dinâmicas familiares e elaborar relatórios que facilitem as intervenções de acordo com a demanda apresentada pela família, onde são pontuadas as necessidades e observada a possível concessão de benefícios estabelecidos pela política de Assistência Social

O CRAS onde desenvolvi minhas atividades também oferecia um curso para a profissionalização de mulheres incluídas no CadÚnico, que tinham algum membro da família inserido nos grupos de convivência ou em algum benefício eventual, o que as caracterizava como integrantes de famílias de baixa renda. A aceitação do curso é excelente e leva anualmente um grande volume de mulheres ao CRAS, interessadas em participar. O curso acabou tornando-se parte dos serviços ofertados, passando de eventual para uma atividade contínua. A instrutora do curso, observando a necessidade financeira das mulheres participantes, decidiu juntamente com a coordenação do CRAS, criar um grupo destinado a geração de renda, esse grupo foi nomeado “Mulheres da costura”. Nesse espaço, as mulheres que o integram trabalham no modelo de Economia Solidária. O grupo existe há mais de cinco anos e sua liderança é a instrutora do curso de corte e costura. A demanda de trabalho é variada, seus maiores clientes são as secretarias do município que realizam encomendas com certa periodicidade. O CRAS oferece apoio disponibilizando espaço físico e equipamentos, visto que elas não têm sede e algumas não tem máquina própria. Lá as mulheres integrantes do grupo, podem confeccionar as encomendas que recebem em grande volume. E assim, deparei-me mais uma vez com a Economia Solidária, mas agora no meu campo de trabalho. O trabalho em Economia Solidária apresentou-se como uma alternativa ao desemprego e às relações empregatícias precarizadas, constituindo uma forma de trabalho por meio da inserção através de um modelo não tradicional, viabilizando o exercício de cidadania, autonomia e democratização

Quando decidi me inscrever para o curso de mestrado, não houve dúvidas, Economia Solidária seria o tema da pesquisa, alinhado às singularidades de um grupo formado por mulheres, grupo esse, que já fazia parte do meu dia a dia. O interesse que já existia sobre o trabalho em Economia Solidária, foi reforçado através dessa experiência e do contato estabelecido com as integrantes do grupo.

Inicialmente imaginei, que assim como as/os usuárias/os do CAPS, as mulheres do grupo de costura, visualizavam aquele espaço como sendo uma oportunidade apenas para a geração de renda, mas, as observando no dia a dia, percebi a integração que elas mantinham umas com as outras. A união e a colaboração iam além do interesse na geração de renda, que era um fator importante, mas as relações interpessoais também tinham um grande peso naquele espaço.

Como evidencia Guérin (2005), alguns dos empreendimentos formados por mulheres, têm sua inclusão não pela natureza do empreendimento, mas pela necessidade de integração social, além da geração de emprego e renda. No caso do grupo que pesquisamos, a inclusão se deu pela real necessidade financeira, porém com o tempo, outras características relevantes se apresentaram, como cita o autor, a integração social se tornou importante para elas. Ainda de acordo com Guérin (2005) os empreendimentos solidários femininos, em relação ao ramo de atuação, se concentram em sua maioria no desenvolvimento de atividades manuais, como artesanato e costura.

Além da característica apresentada por Guérin (2005), Costa (2011) acrescenta a quantidade de integrantes. Geralmente, os empreendimentos formados por mulheres são menores, compostos por até dez pessoas, com tendência a funcionar na informalidade; têm acesso a poucos recursos, na maioria das vezes do próprio grupo, de instituições governamentais ou de fundos assistenciais, como igrejas ou ONGs (COSTA, 2011). Desta forma, os grupos formados por mulheres apresentam maiores dificuldades para manterem-se economicamente.

As características trazidas por Guérin (2005) e Costa (2011), apresentam um perfil de grupo que se assemelha ao “Mulheres da Costura”, formado por aproximadamente 10 integrantes que desenvolvem uma atividade manual, a costura; exercem suas atividades de maneira informal e recebe suporte externo do CRAS, que cedeu seu espaço como sede. Durante toda a pesquisa, buscamos direcionar um olhar acolhedor diante das experiências que as nossas participantes apresentaram em relação ao trabalho em Economia Solidária, entendendo que ele realizava intervenções diretas em suas vidas. Suas experiências aqui foram pautadas na relação que mantinha com o grupo e com o meio social em que estavam inseridas. Para aprofundarmos

nossos estudos sobre essas relações, direcionamos nossas análises para o impacto do trabalho cooperado na produção de autonomia delas, assim como a identificação dos motivos que as conduziram para a formação de um empreendimento de Economia Solidária; os benefícios financeiros, sociais e pessoais advindos da formação e desenvolvimento das atividades cooperadas e a identificação dos desafios inerentes à gestão coletiva de um empreendimento solidário. Esses foram os objetivos que analisados.

Nesta pesquisa discutimos o tema da Economia Solidária, partindo das experiências de mulheres que trabalham nesse modelo de economia. No primeiro capítulo apresentaremos um panorama da Economia Solidária no Brasil, como ela chegou e como se estabeleceu em todo o território nacional. Também apresentaremos as políticas públicas destinadas a esse modelo de economia e como elas intervíram no fortalecimento dos grupos de trabalho. Neste capítulo ainda traremos os seus princípios e as principais características desses empreendimentos no Brasil e no estado de Alagoas. Além da relação estabelecida entre Economia Solidária e Educação popular.

No segundo capítulo, desenvolveremos nossas discussões acerca das desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Apresentaremos dados que mostram o nível de ocupação das mulheres em comparação à ocupação dos homens, assim como as disparidades em relação à remuneração. Também discutiremos sobre a feminilização da pobreza, onde as mulheres ocupam os índices mais altos entre as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Apresentaremos a Economia Solidária como um modelo econômico com potencial para auxiliar na geração de renda das mulheres, assim como um instrumento que pode favorecer o processo de empoderamento feminino. Neste capítulo, também apresentaremos as principais características dos empreendimentos solidários formados por mulheres.

Em nosso terceiro capítulo apresentaremos as escolhas epistemológicas e as estratégias metodológicas por nós assumidas para conduzir esta pesquisa. Aqui as teorias feministas se apresentam como um alicerce para as nossas análises, com uma proposta de conhecimento corporificado e localizado, onde estabeleceremos uma relação de diálogo entre as questões apontadas pelas participantes da pesquisa e as/os autoras/es que compunham nossa literatura. Ainda apresentaremos as nossas participantes, assim como as características socioeconômicas e geográficas da região onde residem e o contexto social em que estão inseridas.

O nosso quarto e último capítulo é dedicado às análises dos diálogos que estabelecemos com nossas participantes, com base nos objetivos desta pesquisa. Neste capítulo apresentaremos o grupo de Economia Solidária “Mulheres da costura”, suas características e como ele foi formado. Nossa proposta neste capítulo, é apresentar cada uma das mulheres e,

para tanto, estabelecemos diálogos que associam cada uma delas a um dos objetivos da pesquisa. Para definirmos essa relação, levamos em consideração os objetivos analisados, e qual deles aparecia de forma mais evidente nos discursos de cada uma delas. Assim discutiremos as seguintes questões: a constituição do grupo; os aspectos psicossociais e a promoção de saúde mental, associados ao trabalho em Economia Solidária; as dimensões econômicas do grupo; os desafios da gestão coletiva e por fim, analisaremos de que forma o trabalho em um empreendimento de Economia Solidária pode promover a autonomia de suas integrantes.

CAPÍTULO 1. PRA COMEÇO DE CONVERSA, O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA?

A economia brasileira segue um modelo predominantemente capitalista. Suas características principais são a obtenção de lucro, o acúmulo de riquezas, a detenção do poder econômico, a pouca intervenção do Estado e a exploração de mão de obra barata. No sistema capitalista as atividades econômicas são orientadas para gerar riquezas, que são acumuladas ou apropriadas por aquelas/es que possuem bens, capital, recursos e conhecimento. Esse movimento é cíclico, quem tem mais dinheiro, possui uma maior capacidade de realizar investimentos e ter um maior retorno financeiro (FBES, 2010).

O mercado de trabalho é entendido como aquele que faz o capital circular, sempre visando os menores custos e os maiores ganhos. Esse modelo de economia acaba por reproduzir continuamente o desemprego, pois não absorve toda a mão de obra disponível, esse mecanismo acaba por regular o valor da mão de obra no mercado, que passa a ser definida pelas grandes empresas (CARVALHAL, 2008). Em um sistema de regulação onde a oferta de mão de obra é maior que as vagas disponíveis, os valores pagos às/aos trabalhadoras/es são menores. O impacto social resultante desse sistema é o acúmulo de riquezas concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a maioria da população acaba à mercê dessa regulação. Os que conseguem inserir-se no mercado de trabalho formal, encontram grandes exigências em relação à qualificação e experiência, além de serem pressionados para a obtenção de resultados positivos (financeiros) para as empresas.

Desta forma as grandes corporações buscam de forma geral a redução substancial dos custos de produção, escolhendo entre as alternativas possíveis a combinação de mão de obra barata e “dócil”, frágil legislação trabalhista e ambiental, além de requerer dos trabalhadores a formação profissional adequada para a exploração do capital, que implica tanto em habilitações técnicas, quanto num comportamento produtivo adequado (CARVALHAL, 2008, p. 129).

O trabalho nessas empresas geralmente é intenso e os salários quase sempre insuficientes. Assim, a maioria das/os trabalhadoras/es assalariadas/os, não consegue atender suas necessidades fundamentais com a renda obtida. A exploração da mão de obra barata; os baixos salários e a desvalorização profissional, não são os únicos malefícios agregados a esse sistema, o meio ambiente também vem sofrendo grandes ameaças por conta da exploração dos recursos naturais e sua degradação, como a poluição do solo, do ar e da água.

A grande demanda de alimentos a nível global e o uso dos recursos não renováveis de forma indiscriminada, acelera o ritmo da destruição e amplia as relações de produção capitalistas, acelerando os sistemas de produção e estimulando o consumo. A velocidade com que esse movimento acontece, é incompatível com o ritmo que a natureza necessita para se regenerar. As consequências desse tipo de produção são a destruição e poluição do meio ambiente em uma escala muito alta (QUINTANA; HACON, 2011). Aqui citamos um exemplo de atividade que acelera a degradação ambiental, não sendo essa a única, nem a mais agressiva.

Nadando contra a maré, encontramos iniciativas que tentam trilhar o caminho inverso, como uma forma de resistência ao modelo predominante, e como uma alternativa viável para a geração de renda, produção e consumo consciente: é a Economia Solidária. Ela chegou ao Brasil nos anos 80, ainda como uma adaptação do modelo cooperativista Europeu, que por sua vez nasceu quase que simultaneamente com a revolução industrial. Seu objetivo era organizar uma coletividade que pudesse reivindicar as lutas das/os trabalhadoras/es contra as condições de exploração vivenciadas naquele período, além da geração de renda, já que o número de pessoas desempregadas/desocupadas era alto (MILANI; GRADE, 2018).

O Brasil do início dos anos 80, vivia um série de mudanças, com a expansão das tecnologias nas indústrias e a inserção massiva de maquinários produtivos, não era mais necessário manter uma grande quantidade de trabalhadoras/es, já que as máquinas se encarregariam da maior parte da produção. Com esse novo momento para as indústrias, centenas de trabalhadoras/es, foram dispensadas/os de seus postos de trabalho, o que gerou uma grave crise financeira. Ao mesmo tempo em que algumas indústrias se modernizaram, outras, não conseguiram adaptar-se às novas tecnologias e necessidades do mercado, tendo assim que encerrar suas atividades. Todo esse movimento de modernização dos meios de produção, deixou para trás trabalhadoras/es e suas famílias absolutamente sem renda (OMETTO; FURTUOSO, 1995).

Os empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, foram bem recebidos naquele período, onde o desemprego havia se intensificado e conseqüentemente a pobreza avançava. Eles se instalaram rapidamente, abrangendo pessoas em busca de alternativas para a geração de renda (AZAMBUJA, 2009). Diante desse cenário, uma alternativa possível para a sobrevivência dessas famílias, era a formação de cooperativas, que nesse período ainda trazia consigo muitas características do modelo europeu.

Nos anos que se seguiram, a Economia Solidária foi se estabelecendo e adquirindo outras formas de organização. Além das tradicionais cooperativas, os empreendimentos

passaram a se configurar a partir de associações, clubes de troca, grupos informais, bancos comunitários e outros.

Partindo desse ponto, nos estendemos até o final da década de 80, período onde começam a surgir cooperativas com segmentos diversos, como as de produção e as de trabalho: a primeira buscava concorrer com as empresas no processo produtivo e a segunda vai inaugurar um dispositivo que hoje é bastante comum no espaço do mercado de trabalho, que é a terceirização. Cabe salientar que no início dessas iniciativas, algumas cooperativas levavam apenas a nomenclatura, pois o trabalho que desenvolviam não atendiam aos princípios preconizados para tais organizações, essas falsas cooperativas trabalhavam no modelo de economia capitalista.

Com o crescimento das cooperativas, também surgem alguns órgãos de amparo e proteção às/aos trabalhadoras/es, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) urbano e rural, que tinham por objetivo incentivar tais experiências (CULTI, 2018). Porém, apesar de o objetivo de fomentar o trabalho em Economia Solidária, esses órgãos pouco contribuíram com o seu desenvolvimento.

Os Empreendimentos Solidários desse período, desenvolveram atividades relativas às singularidades de sua localização, de acordo com as características geográficas; características de seus componentes, assim como seus interesses. As organizações urbanas, emergiram nas periferias como forma de superação da exclusão e da marginalização das populações que ali habitavam (MILANI, GRADE, 2018). Após alguns anos os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se expandiram por todo o território brasileiro, em virtude especialmente, do movimento de reforma agrária e do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que impulsionaram a formação de cooperativas rurais, nos moldes da Economia Solidária, cujo objetivo foi lutar por um novo cooperativismo. Nesses empreendimentos, acentuou-se o caráter solidário que buscava suplantar o cooperativismo tradicional (MILANI; GRADE, 2018).

O MST conseguiu assentar centenas de milhares de famílias em terras desapropriadas em latifúndios improdutivos. O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil (SINGER, 2002, p. 123).

O MST foi um divisor de águas. Com a conquista de terras para a produção rural e agrícola, uma grande quantidade de brasileiras/os que viviam em extrema pobreza, tiveram a oportunidade de plantar e colher seu sustento. As cooperativas rurais foram formadas para auxiliar na venda dos produtos e na escoação dos mesmos para as zonas urbanas, o que

proporcionou uma melhoria na vida das/os trabalhadoras/es, e um avanço na agricultura do país. O movimento de Economia Solidária na zona rural trouxe vários benefícios, um dos mais significativos foi a oportunidade das/os trabalhadoras/es rurais organizarem-se de forma adequada para produzir e vender. Esse novo momento ajudou no desenvolvimento do país, porque auxiliou na organização e crescimento rural e agrícola.

Em 1993 as primeiras publicações acadêmicas sobre Economia Solidária começaram a surgir, ainda sob o termo economia popular. Apenas no final da década de 1990, o termo Economia Solidária passa a ser difundido e amplamente utilizado, ao mesmo tempo em que instituições como associações, sindicatos, incubadoras universitárias, etc. a promovem, buscando legitimá-la como um espaço de novas possibilidades de organização da vida e do trabalho (MILANI; GRADE, 2018).

O período compreendido entre 2003 a 2016, é marcado pelas articulações tanto no campo político como na troca de experiências entre os agentes da Economia Solidária. Esse período também foi o de maior crescimento desse modelo de economia no país. No ano de 2003, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de fortalecer a Economia Solidária no Brasil criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A SENAES ofertou serviços, realizou mapeamentos e criou alternativas de desenvolvimento para a Economia Solidária no Brasil, auxiliou no combate à pobreza e exclusão social. Também coordenou atividades de apoio em todo o território nacional, buscando promover geração de renda e desenvolvimento justo e solidário (SINGER, 2014).

De acordo com Godoy (2008) a SENAES juntamente com o Fórum de Economia Solidária, realizou o mapeamento dos empreendimentos em todo o território nacional. Para isso foi implantado o Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES), que se constituiu em um instrumento para a visibilidade da Economia Solidária, com o objetivo de orientar e subsidiar os processos de formulação e execução de políticas para seu desenvolvimento. O professor e economista Paul Singer foi indicado para o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária e manteve-se à frente até o ano de 2016, quando foi substituído no governo do Presidente Michel Temer.

Após a saída da presidenta Dilma em 2016, houve um desmonte sucessivo da estrutura que dava suporte a essa política, primeiro com a saída do secretário Paul Singer; segundo, com a extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária (transformada em um departamento do Ministério da Cidadania), no início do governo, do Presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. No mesmo ano um projeto de lei foi encaminhado ao senado federal, com a proposta da criação do Sistema Nacional de Economia Solidária e da Política Nacional de Economia

Solidária e Empreendimentos Econômicos Solidários, tendo por objetivo facilitar a formalização e permitir o acesso a benefícios. O projeto de lei define características necessárias para que os empreendimentos sejam considerados solidários, também dispõem sobre o excedente dos rendimentos mensais e anuais dentre outras medidas (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2016).

O período onde a Economia Solidária se intensificou no Brasil, pode ser considerado como um marco histórico. Na época da sua expansão, os índices de desemprego eram altos, muitas/os trabalhadoras/es que estavam desempregadas/os encontraram nesse modelo de economia uma alternativa para produzir e gerar renda. Praticamente 40 anos depois, a geração de renda ainda pode ser considerada um dos maiores motivos para a formação desses grupos, porém o interesse em produzir de maneira responsável; sem agressão ao meio ambiente; com responsabilidade social; inserção comunitária e tendo as decisões tomadas de acordo com o interesse grupal, fez desses locais, lugares onde as pessoas se sentem parte integrante de um todo muito maior.

Esse tipo de economia estimula e desenvolve um circuito integrado de relações socioeconômicas que envolve produtoras/es, prestadoras/es de serviços e consumidoras/es usuárias/os, em uma lógica de rede. A economia sob o aspecto de rede, rompe com o regime de mercado regido pela regulação de produção e consumo, dando espaço e estimulando a livre associação entre produtoras/es e consumidoras/es (VERONESE, 2006).

Como dito anteriormente, no Brasil o Estado auxiliou na formação das redes de Economia Solidária, financiando, assessorando e fomentando iniciativas através da SENAES, redes de produção, comércio, crédito, assessoria, ensino e pesquisa, entre outras atividades, de forma associativa e comunitária, além de manter relações com outras organizações socioprodutivas. Essas redes apresentam aspectos que as conectam e aproximam dos movimentos sociais. Nesse quesito, se enquadram na lógica das redes de atores sociais⁶. Elas possuem uma dinâmica local e suas ligações estão sujeitas à lógica dos movimentos sociais, e portanto, são construídas de acordo com o processo histórico (HIGA, 2005).

Essas redes permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; atendem demandas imediatas desses atores pelo emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas, pela afirmação de sua singularidade étnica, feminina, etc.; negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo

⁶ Os atores sociais, são os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou então, mantém relações num determinado território, os atores sociais apresentam protagonismo nos locais onde estão inseridos (SABOURIN, 2002).

e de dominação política e cultural, e passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (II FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002).

As redes de Economia Solidária, auxiliam os grupos em sua sobrevivência; equilíbrio financeiro; autossustentabilidade e melhoria das condições de trabalho. A cooperação no consumo, produção, financiamento, educação, pesquisa e cultura são os ideais objetivados pelos grupos, e buscados através das redes de apoio, portanto elas defendem seus interesses e se articulam setorial e comunitariamente (HIGA, 2005).

A Economia Solidária também pode reconfigurar a rede em que o conhecimento local se constitui, reconectando a comunidade, contextualizando os saberes, trazendo de volta a autonomia e fortalecendo a cultura local, indispensáveis para a construção da identidade das/os integrantes daquela comunidade. A valorização dos saberes locais e da educação solidária/popular, fortalecem os espaços comunitários (DEBUEX, 2018).

A Economia Solidária reconhece a educação popular como estratégia pedagógica que possibilita fortalecer as relações sociais nos territórios, a construção e reconhecimento de diferentes maneiras de pensar e elaborar sobre a vida, e que contribui para a reflexão sobre uma economia que propõe ter, no centro de suas preocupações, o cuidado com a vida, pautando a liberdade e a solidariedade entre as pessoas. A economia solidária busca a organização de uma outra sociedade, estruturada em outra forma de produzir e reproduzir a vida, tornando-se lugar de articulação e diálogo com outros movimentos que confrontam o atual sistema econômico (DEBUEX, 2018, p. 77-78).

Quando se pensa em educação popular, deve-se fazer uma reflexão sobre o conhecimento prévio, aquele que não foi aprendido na escola ou nos livros, um conhecimento que não é restrito a uma ou algumas áreas específicas. Estamos falando de um conhecimento de vida, aprendido e passado através das gerações, constituído por experiências pessoais, e especialmente comunitárias. A educação solidária/popular é alicerçada em práticas cotidianas, e na produção do conhecimento estabelecido entre agentes sociais, e a busca por melhores condições de trabalho e convívio. A multiplicidade de desejos, necessidades e esperanças, encontram seus limites na realidade concreta, e na materialidade imposta pelas condições sociais, políticas e econômicas. Esses encontros promovem o desenvolvimento individual e coletivo, da autonomia e da consciência crítica (BORGES; SGUAREZI, 2012).

De acordo com Freire (1996), é no contexto social que mulheres e homens aprendem como ensinar, as experiências informais nas ruas; nas praças; no trabalho; nas salas de aula e na comunidade, proporcionam esse aprendizado. Logo a educação informal, aprendida no

contexto social de cada sujeita/o é tão importante quanto a educação formal, elas são complementares, não opostas. A ideia da educação popular se materializa no desenvolvimento de uma prática educativa com base na cultura e nos costumes locais. Suas atividades tem o intuito de auxiliar na formação da consciência política dos indivíduos, que os prepare para a participação social (FREIRE, 1989).

Dessa forma, podemos considerar que os Empreendimentos Solidários, não são apenas lugares para a geração de renda, eles são locais de transformação social, de forma material e pessoal, onde questões que afetam a comunidade podem ser discutidas. Essa cooperação entre educação popular e Economia Solidária pode ajudar na problematização das relações sociais das/os sujeitas/os envolvidos nesses processos, suas formas de organização e participação, tudo isso através da reflexão e da participação política, social e econômica dos sujeitos (DEBUEX, 2018).

Assim a educação em Economia Solidária, tornou-se desde seu início, uma educação orientada para um projeto de ruptura social, reconhecendo e consolidando os processos de educação vividos a partir do trabalho em Economia Solidária. O trabalho apresenta-se aqui, como um princípio orientador dos processos de educação, central para a organização social e cultural. A educação popular também se alinha com os princípios da Economia Solidária e tem uma estreita conexão com a solidariedade, expressa na luta contra o individualismo e a competição, buscando dar lugar a uma educação de cooperação, partilha e produção coletiva dos conhecimentos. Também não podemos deixar de citar a autogestão, que aparece na educação solidária/popular, buscando fortalecer os princípios de igualdade e liberdade, auxiliando na construção de estratégias de articulação para a corresponsabilidade nos processos de ensino-aprendizagem.

Desta forma, e como sinalizamos anteriormente, podemos notar que o modelo de Economia Solidária, não se restringe apenas à geração de renda, ele está diretamente ligado ao bem-estar social e comunitário. A geração de renda pode ser considerada como um dos seus benefícios, mas não o único.

1.1. Os princípios da Economia Solidária

A contribuição de algumas/uns pesquisadoras/es, autoras/es e defensoras/es desse modelo de economia, auxiliaram no seu processo de expansão por todo o país, fortalecendo e ajudando nas articulações sociais e políticas, além de proporcionar notoriedade aos empreendimentos, e o compartilhamento de conhecimentos sobre o tema. O maior defensor e

propulsor da Economia Solidária no Brasil foi Paul Singer, sua contribuição foi tão significativa, que ele foi escolhido para conduzir e estruturar esse modelo de economia no país, tendo alcançado reconhecimento nacional, durante o período em que foi secretário da SENAES.

Além dele, muitas/os autoras/es auxiliaram para que houvesse uma maior compreensão dos princípios da Economia Solidária. São esses princípios que definem se os empreendimentos têm ou não um perfil de atuação nesse modelo de economia. Em razão da sua organização, eles podem se constituir de várias formas, a maioria está organizado como associações, cooperativas, clubes de trocas e grupos informais. Grupos ancorados em instituições governamentais e não-governamentais, também podem atuar nesse modelo.

Um ponto importante a ser colocado, é a questão legal dos empreendimentos. Por terem suas estruturas fundamentadas em conceitos diferentes dos tradicionais, e por ser uma economia alternativa ao modelo capitalista predominante, não se exige que eles tenham registros legais que definam suas atividades. Apesar de não haver exigências legais para a sua organização, pode ser interessante para a estruturação e manutenção desses empreendimentos a aquisição de um registro como cooperativa ou associação, o que os favoreceria no acesso a alguns benefícios que só podem ser fornecidos para grupos devidamente identificáveis, levando em consideração que a total informalidade dificulta o acesso ao crédito, à emissão de notas fiscais e fomentos governamentais, necessários para a manutenção e rentabilidade do grupo.

É importante pensarmos, que eles são formados por pessoas que em sua maioria encontram-se em dificuldades financeiras, o que é um grande desafio, já que um investimento inicial é necessário para o funcionamento dos empreendimentos. Em alguns casos, um apoio financeiro externo é necessário, o que não é, na maioria das vezes, suficiente para a compra de insumos, equipamentos e manutenção da estrutura física (CORRAGIO, 2001). A impossibilidade de arcar com as despesas necessárias para o funcionamento, faz com que muitos grupos recorram a instituições governamentais ou não-governamentais, que possam auxiliá-los na manutenção do negócio. Essas instituições podem ofertar espaço físico, insumos, capacitações e orientações em relação a questões legais ou financeiras. Esse auxílio por parte de outras instituições, vem a ser positivo, já que alguns empreendimentos não conseguem ter acesso a esses serviços por meios próprios. Por outro lado, é importante que os empreendimentos solidários, acessem esse suporte de forma temporária, não devendo esses se tornarem dependentes de outras instituições, pois assim, correriam o risco de perderem sua autonomia e auto gestão.

Vimos que para um empreendimento ser considerado de Economia Solidária ele não necessariamente precisa de um registro empresarial, eles podem se configurar a partir de grupos

informais. Porém, esses grupos, formais ou não, precisam atender a alguns critérios ou princípios. Diversas/os autoras/es e pesquisadoras/es do tema, apontam alguns deles: solidariedade, autogestão, cooperação, consumo consciente, preservação do meio ambiente e igualdade. Um deles surge na própria nomenclatura, a solidariedade. A palavra solidariedade pode ser aplicada a diversos contextos, em todos eles ela representa compromisso com o próximo, disponibilidade para compartilhar experiências e companheirismo, o que não significa dizer, que atuar nesse tipo de empreendimento não apresente desafios ou conflitos. Eles surgem, mas são resolvidos de forma coletiva e democrática. De acordo com Neamtan (2002), a solidariedade estimula o envolvimento social e o empoderamento democrático, o que faz com que as pessoas busquem seus direitos em prol da melhoria de qualidade de vida de toda a comunidade.

Além de Neamtan, outras/os autoras/es também consideram a solidariedade como o eixo principal desse tipo de economia, pois ela desconstrói a ideia da economia tradicional capitalista, com o foco no lucro, e se apresenta com foco nas pessoas que compõem as coletividades. Esse movimento criado pela Economia Solidária, desencadeou um ciclo de ações e possibilidades para a atuação de trabalho, além de abrir uma nova aba no modo de produzir e de se relacionar com a coletividade.

Chanial e Laville (2009), explicam que somente uma teorização que considere a solidariedade como princípio de ações coletivas, diverso do agir instrumental, tem condições de compreender a originalidade que se expressa nestas práticas coletivas. Para Grade (2012), a solidariedade é nexos social que permite aglutinar ao redor de si as/os trabalhadoras/es, para além do salário e do lucro. Ela remete à liberdade, busca condições subjetivas da integridade pessoal e ultrapassa a lógica do interesse.

Também é importante ressaltar que a solidariedade, como princípio de Economia Solidária, caracteriza-se pela democracia, que pauta-se pela igualdade, pela reciprocidade, e pela necessidade de organização para produzir. A solidariedade também está ligada, ao tratamento que será dado à propriedade. Enquanto na economia tradicional trata-se a propriedade de forma individualizada, na Economia Solidária, a propriedade é tratada de forma coletiva (LEAL; RODRIGUES, 2018).

Neste sentido, ela pode assinalar a construção de um novo espaço de transformação social, em que a lógica econômica utilitarista passa a ser restrita, e novas formas de relações se constituem, com base na solidariedade, na cooperação, e na autogestão (MILANI; GRADE, 2018). Ainda sobre solidariedade, Singer (2003) nos diz, que ela se constrói nas relações estabelecidas entre as/os membras/os das organizações, através da prática da autogestão e do

companheirismo, a solidariedade se efetiva pelo auxílio às pessoas em vulnerabilidade. Então ela é um dos eixos principais para a formação e manutenção dos empreendimentos solidários, pois é através dela que se pode chegar aos outros princípios.

Além da solidariedade, outros princípios também são importantes, como a autogestão, gestão coletiva ou gestão cooperada. Ela é indispensável nesses empreendimentos, pois permite que todas/os as/os integrantes possam opinar sobre o rumo que ele irá seguir, desde a escolha dos objetos de produção ou serviços, até os valores que serão cobrados. No modelo autogestionário, todas/os as/os integrantes são gestoras/es, não havendo hierarquização e discutindo de forma grupal quais as prioridades do empreendimento naquele momento. Assim como, também definem o calendário de férias (caso haja); distribuição de sobras; investimentos no negócio; horários de trabalho; atribuições de tarefas; responsabilidades e etc (VERONESE, 2008). Em relação a divisão do trabalho, mesmo acontecendo de forma coletiva, é importante que ela seja feita de acordo com as competências pessoais de cada integrante, desta forma todas/os podem desenvolver atividades que tenham mais habilidade, qualificação ou afinidade.

De modo geral, a autogestão na economia, pode ser definida como um princípio, com uma estrutura não-hierarquizada, fundamentada no trabalho coletivo e participação democrática das/os trabalhadoras/es, levando em conta a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos, que garantem a sobrevivência e auto sustentação do empreendimento. Porém, não é possível afirmar, que pôr em prática esse modelo de gestão é fácil e algumas dificuldades se apresentam de forma mais acentuada, como a falta de familiaridade com esse modelo de gestão.

O trabalho hierarquizado é o mais prevalente no mercado capitalista, e possivelmente a maioria das/os integrantes dos grupos de Economia Solidária, nunca trabalharam em um modelo autogestionário, estando habituados a serem gerenciados, não o inverso. Esse choque entre as práticas de gestão, somado à pouca capacitação, pode causar algumas dificuldades, o que vai demandar algum tempo para que haja essa adaptação (LEAL; RODRIGUES, 2018). Consideramos que assim como a solidariedade, a autogestão também é um dos princípios da Economia Solidária, pois ela fundamenta a gestão do negócio.

Vimos no início deste tópico, que as cooperativas podem atuar no modelo de Economia Solidária, assim como associações e grupos informais. É importante ser colocado, que o trabalho cooperado é um dos princípios da Economia Solidária, mas, para que uma cooperativa seja considerada com esse tipo de economia, ela precisa atender aos princípios básicos que regem os Empreendimentos Solidários, logo, apesar de a nomenclatura ser semelhante, nem todas as cooperativas atuam no modelo de Economia Solidária.

O trabalho cooperado é aquele onde os componentes do empreendimento atuam de forma a estabelecer um maior vínculo e integração grupal, tendo por objetivo desenvolver uma atividade coletiva, onde se gera renda, mas também se prima pelo crescimento pessoal das/os integrantes e promove a união do grupo (SILVA; SOUZA, 2020). A cooperação e o compartilhamento nos empreendimentos solidários, acontecem na dinâmica do dia a dia, com a divisão das tarefas. O trabalho de uma/um integrante interfere diretamente no trabalho das/os outras/os, portanto, estar integrada/o com o grupo para a realização das atividades em comum, visando o bem-estar grupal, é propriamente a cooperação.

Nesse modelo de produção, as relações sociais serão regidas pela troca, não pela competitividade, a cooperação possui o objetivo de contribuir para o processo de interação social, entre aquelas/es que integram os Empreendimentos Solidários, ela faz com que exista a busca por um objetivo comum, através de ações compartilhadas, as/os sujeitas/os atuam como um conjunto, constituído a partir da soma das contribuições individuais, de forma coordenada (LEAL; RODRIGUES, 2018).

É desafiador, estabelecer e manter Empreendimentos Solidários em um contexto econômico capitalista. Nesse ponto de tensão, a cooperação pode ser utilizada como ferramenta para potencializar e fortalecer o empreendimento, ao passo que ela estreita as relações interpessoais de suas/seus integrantes.

Onde a união das partes forma o todo, o equilíbrio entre elas é fundamental, integrar uma relação igualitária, fortalece as relações grupais. A esse respeito, Singer (2002), diz que a relação igualitária entre as/os participantes de um projeto de Economia Solidária, é fundamental para que os objetivos do projeto sejam alcançados. A igualdade que Singer se refere, não se resume apenas à financeira, ele fala de uma igualdade de responsabilidades e direitos, além da responsabilidade social. Ela deve ser levada em consideração e entendida como crucial para o funcionamento dos empreendimentos.

Os grupos de Economia Solidária podem desenvolver atividades ou serviços diversos, essa diversidade não se destina apenas ao trabalho, ela também está presente na constituição dos grupos e busca a não discriminação de gênero e raça, mantendo a igualdade nas relações econômicas dos empreendimentos; na divisão de trabalho e na divisão das sobras (HILLENKAMP et al., 2014). A busca pelo estabelecimento de relações de equidade entre homens e mulheres, é considerado um dos pontos diferenciais da Economia Solidária, embora as mulheres ainda sofram com a invisibilidade, mesmo compondo esses empreendimentos, o protagonismo feminino pode ser observado em muitos deles, onde a sua participação se destaca nas atividades econômicas, sociais e políticas (ARRUDA, 2019).

O princípio da igualdade, também proporciona que a renda seja melhor equacionada entre homens e mulheres. Nesse sentido, a Economia Solidária funciona como uma crítica ao capitalismo, que se apropria das desigualdades de gênero e de raça com o objetivo de exploração de mão obra, pagando salários mais baixos, para mulheres e negras/os (GUERRA; TOLEDO, 2010).

Os empreendimentos solidários, não estão livres de em algum momento reproduzirem comportamentos sexistas ou racistas. A maioria das/os integrantes estão aprendendo o funcionamento do empreendimento e o seu compromisso social, mas sua estrutura foi/é constituída com o objetivo de que essas cisões sejam combatidas e os grupos funcionem de acordo com a integração social e igualdade que seus princípios preveem.

Um dos muitos compromissos sociais que os Empreendimentos Solidários carregam, é com a produção sustentável e o consumo consciente. Um debate constante dos órgãos de preservação do meio ambiente, é a forma como as empresas produzem, o compromisso de produzir com o mínimo de impacto negativo à natureza é uma necessidade. A necessidade da manutenção dos recursos naturais, é uma preocupação mundial, compartilhada pelos grupos de Economia Solidária, onde seu compromisso com o meio ambiente, busca um elo de respeito e preservação da natureza. É possível afirmar, que a Economia Solidária se liga à sustentabilidade através do consumo consciente e a preservação dos recursos naturais. Os empreendimentos têm buscado meios de produzir que respeitem o meio ambiente, usando a terra de forma consciente; utilizando materiais que seriam descartados (reciclando); realizando atividades que visam a redução de danos à natureza e se comprometendo com o cuidado aos recursos naturais. O seu comprometimento se estende também à defesa da vida e tudo que ela envolve, desenvolvendo assim práticas sociais e ambientais sustentáveis.

A preocupação com um sistema de produção sustentável, que agrida e retire o mínimo possível das reservas naturais, juntamente com a utilização de matérias reaproveitáveis e a conscientização de um consumo responsável, fazem com que esse tipo de economia agregue ainda mais valor (MARTINS; TOLEDO, 2016). Nesse contexto, insere-se a noção de consumo solidário, sendo ele praticado em função não apenas do bem estar pessoal, mas também do bem estar coletivo, em favor das/os trabalhadoras/es que produzem, distribuem e comercializam os bens e serviços consumidos, e igualmente, em prol da manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Ou seja, um consumo crítico, responsável e com baixo impacto ambiental (MANCINI, 2007). A preocupação com o bem estar coletivo se estende ao meio ambiente, favorecendo a compra de produtos da Economia Solidária, contribuindo para o desenvolvimento de empreendimentos com responsabilidade ecológica (ARRUDA, 2019).

De acordo com Veronese (2008), a ideia de bem comum, de bem-estar coletivo e sistêmico, está na base da proposta dos empreendimentos solidários, cujos princípios de eficiência estão vinculados ao meio ambiente e à toda sociedade, não apenas aos resultados econômicos obtidos pela unidade empreendedora.

Após apresentarmos seu conceito, percebemos que a Economia Solidária não tem seu foco na megaprodução e no enriquecimento. Na verdade ela se preocupa com o meio ambiente, e com o bem estar de todas/os aquelas/es que fazem parte dos empreendimentos, assim como tem um olhar diferenciado para as comunidades e as/os sujeitas/os que delas fazem parte.

1.2. Economia Solidária em Alagoas

No ano 2003, iniciava-se o governo do Presidente Lula, com ele o Brasil implementou novas políticas públicas, voltadas à política, à assistência social, à economia e outras, dentre essas, as voltadas à Economia Solidária ganharam novos incentivos como a criação da SENAES. Foi nesse período que o estado de Alagoas se inseriu no bojo das políticas sociais para Economia Solidária, isso se deu através de medidas que foram aplicadas em todo o território nacional e proporcionaram certo protagonismo e atenção para o desenvolvimento e manutenção desses empreendimentos. Os incentivos destinados a todo o país, impactaram na economia alagoana.

É em meio a esse contexto que as organizações sociais no formato de cooperativas, associações e grupos informais do estado, foram impulsionadas. Esses grupos buscavam alternativas para a superação da situação de desemprego, fome e a necessidade de geração de renda, e um caminho para a construção desses espaços de produção. A SENAES durante o período de sua atuação, realizou e/ou financiou pesquisas sobre os Empreendimentos Solidários no Brasil, aqui apresentaremos algumas pesquisas realizadas no estado de Alagoas, apenas uma custeada pela SENAES.

A Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) publicou no ano de 2017 dados relativos ao trabalho em Economia Solidária no estado de Alagoas. Os dados apresentados foram coletados através de pesquisas realizadas pelo SIES e pela SENAES. As informações coletadas no estado, fizeram parte de um mapeamento nacional e tiveram como referência materiais colhidos em dois mapeamentos feitos anteriormente. O processo de aquisição das informações aconteceu da seguinte forma: em um primeiro momento foram realizadas visitas a empreendimentos já registrados no banco de dados da Secretaria, com a finalidade de averiguar se os mesmos continuavam funcionando, e se com as características de

Empreendimentos de Economia Solidária. Em um segundo momento foi realizada a busca de novos empreendimentos para então incluí-los nos registros. É importante sinalizar que nesse período os recursos financeiros para tal pesquisa eram limitados, e por essa razão não teve um caráter censitário. Isso significa que o quantitativo de Empreendimentos de Economia Solidária em Alagoas, pode e deve ser maior que o indicado na pesquisa.

Essa pesquisa constatou que os tipos de empreendimentos solidários no estado, estão ligados a atividades de produção, comercialização, serviços, finanças solidárias e etc. Eles podem ser encontrados no meio urbano e rural, em atividades como por exemplo, artesanato, agricultura familiar, agroecologia, crédito, coleta e reciclagem de materiais reutilizáveis. Conforme dados divulgados pela Seplag (2017), a pesquisa foi realizada com o objetivo de caracterizar o perfil dos empreendimentos solidários. Assim, em 2013 o estado contava com 323 empreendimentos solidários espalhados por 67 municípios nas zonas rurais e urbanas, o que significa que mais da metade das cidades alagoanas contavam com pelo menos 1 empreendimento caracterizado como solidário. Destes, 144 eram rurais, 85 rurais e urbanos, e 94 urbanos. Como observado, os Empreendimentos Solidários no contexto rural se sobressaíam em quantidade em relação aos inseridos no contexto urbano. Com base nesses dados podemos inferir, que talvez, a população rural tenha um menor acesso a atividades laborais formais, talvez pela baixa oferta de emprego⁷.

A pesquisa ainda divulgou informações relativas à organização destes empreendimentos, onde 47% dessas experiências eram associações, 45% de grupos informais, 8% de cooperativas. Significa dizer que quase metade dos empreendimentos não eram formalizados; os motivos não foram divulgados, talvez o desconhecimento dos meios necessários para sua formalização ou pela dificuldade em atender todos os critérios para tal. Assim sendo, esses empreendimentos acabam por não ter acesso a benefícios importantes para a expansão das vendas, melhoria da estrutura física e aquisição de equipamentos.

Em relação à renda obtida, para 52% das/os integrantes de empreendimentos solidários, ela é um complemento de rendimentos obtidos em outras atividades; para 33% é a principal fonte de renda (cerca de um terço das pessoas que trabalham com economia solidária no estado tem essa como sua única renda), e para 14% é a complementação de recursos recebidos através de programas assistenciais de distribuição de renda, como o Bolsa Família e/ou doações (SEPLAG, 2017).

⁷ Segundo dados do IBGE (2020), no terceiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego no estado de Alagoas chegou a 16,6%, o que significa que cerca de 186 mil alagoanos não estavam inseridos no mercado formal. Também segundo os dados, o rendimento médio domiciliar *per capita* era de R\$: 731,00.

Uma pesquisa mais recente realizada e divulgada em um artigo produzido por Milani e Grade (2018), traz informações detalhadas sobre alguns grupos de Economia Solidária do estado de Alagoas. As informações são relativas à composição, faixa etária, renda, atividades desenvolvidas e outros. A pesquisa de Milani e Grade foi realizada no ano de 2018, e traz dados específicos sobre grupos de Economia Solidária que trabalham com os mais diversos tipos de atividades artesanais. O mapeamento dos dados foi dividido por regiões:

1. *A microrregião de Maceió: essa região* abrange 10 municípios do estado de Alagoas, que possuem como base da atividade econômica a agroindústria, a pesca, o artesanato e o turismo. Nessa microrregião encontram-se 17 empreendimentos de Economia Solidária (EES), com 184 sócias/os ativas/os como artesãs/ãos. Em relação ao nível de instrução, 40% concluiu o ensino médio e a remuneração para a maioria é de até um salário mínimo.

2. *A microrregião da Mata Alagoana:* esta é formada por 15 municípios, nela existem 11 integrantes ao todo, que se dividem em dois EES. Um produz peças a partir da fibra de bananeira, como jarros, porta-joias e embalagens. O segundo utiliza o bordado e o crochê na produção de blusas e bolsas, e pinturas em tecido. Em relação ao gênero, 93% das/os integrantes são mulheres, 91% tem essa atividade como sendo principal, a remuneração para 55% das/os integrantes é de até um salário mínimo.

3. *A região do Agreste Alagoano:* nesta região, encontra-se um único empreendimento, ele está localizado no município de Palmeira dos Índios, e é composto apenas por povos indígenas. Lá encontra-se a Associação de Mulheres Indígenas, que faz parte da Aldeia indígena Mãe Serra da Capela, Xucuru-Kariri. Cerca de 45 indígenas, dentre eles, 30 mulheres e 15 homens produzem peças de artesanato. Os produtos são feitos à base de sementes próprias da região e penas de animais. São brincos, pulseiras e adereços para o cabelo, além de cocás.

4. *A mesorregião do Sertão Alagoano:* aqui estão localizados seis empreendimentos, que juntos somam 30 integrantes. Esses produzem artesanato tipicamente quilombola, a base de cipó e palha de Licuri; pintura em tecido, retratando a cultura do estado de Alagoas; e um tipo de renda muito delicada, que é feita com agulha, linha e talos de coqueiros. Em sua composição 100% das integrantes são mulheres. Em relação ao nível de instrução, 37% delas não concluiu o ensino fundamental. Em relação a faixa etária 27% tem entre 40 e 49 anos, já a renda de 45% dessas mulheres é de até um salário mínimo, e 80% delas tem outra profissão como principal.

5. *A microrregião Serrana dos Quilombos:* no município de União dos Palmares, está localizada a Associação de Artesãos de União dos Palmares (UNIART). O grupo é formado por oito membras/os, quatro homens e quatro mulheres, que realizam uma produção diversificada,

composta por palha de bananeira, bordado, madeiras e cabaças. Em relação ao nível de instrução, 44% concluiu o ensino médio. Em relação a faixa etária, 50 % tem entre 30 e 49 anos. Para todas/os as/os integrantes o artesanato é a principal atividade.

6. Na *microrregião Alagoana, do Sertão do São Francisco*: estão ativas/os 28 artesãs/os pertencentes a seis empreendimentos econômicos solidários. Elas/es produzem bolsas, cintos, calçados, carteiras e acessórios a partir do couro de bode e tilápia, também realizam artesanato com madeira e tecidos com textura de rede. Os processos não levam produtos químicos e transforma a produção em autossustentável. Das/os 28 integrantes, 39% não chegaram a concluir o ensino médio e 50% delas/es têm entre 30 e 49 anos. Todas/os relataram o artesanato como principal profissão.

A partir dos dados produzidos por Milani e Grade (2018), observamos que um grande percentual das/os integrantes encontram-se completamente fora do mercado de trabalho formal, tendo os empreendimentos como sendo sua principal fonte de renda. Os grupos eram formados em sua maioria por mulheres, com idades entre 30 e 49 anos e que concluíram o ensino médio.

Em entrevista realizada com o diretor de Economia Solidária, da Secretaria de Trabalho Abastecimento e Economia Solidária do município de Maceió, Sr. David Cássio Simões Tavares⁸, em setembro de 2021, obtivemos informações mais recentes sobre os dados da Economia Solidária na cidade de Maceió. Segundo ele, o município é um dos maiores fomentadores do trabalho solidário no estado, além de ter a maior densidade demográfica, e ser o maior centro econômico. De acordo com ele, Maceió realiza o mapeamento desses empreendimentos através do cadastro dos grupos e das/os integrantes que os formam. As informações contidas neste cadastro, dizem respeito à idade, sexo, contatos pessoais, tipo de empreendimento, atividades desenvolvidas e endereços, tanto das/os participantes, quanto dos empreendimentos. A secretaria também articula parcerias, que auxiliam na venda da produção dos grupos, e fornece oportunidades para a comercialização desses.

A maioria dos grupos cadastrados pela Secretaria de Trabalho Abastecimento e Economia Solidária do município de Maceió, seguem o padrão identificado na pesquisa realizada por Milani e Grade em 2018. São mulheres, em sua maioria acima dos 40 anos, que buscam uma fonte de renda. Ao todo, o município tem 22 grupos cadastrados, a atividade principal desenvolvida por eles, é o artesanato.

É importante informar, que a Secretaria de Trabalho Abastecimento e Economia Solidária do município de Maceió, nunca realizou nenhum tipo de mapeamento dos

⁸ Diretor de Economia Solidária da Secretaria de Trabalho Abastecimento e Economia Solidária do município de Maceió.

empreendimentos, o que significa que esses dados não são fiéis à realidade. O acesso a esses grupos, é feito por livre demanda, ou seja, quando representantes dos grupos buscam a secretaria para algum tipo de apoio, é nesse momento que as informações são coletadas, logo, aquelas/es que nunca contataram a secretaria, não são contabilizados e não tem acesso a qualquer incentivo que ela venha a oferecer.

Não ter uma noção exata ou aproximada dos grupos que trabalham em Economia Solidária, seja a nível municipal, estadual ou federal, dificulta a implementação de ações que os beneficiem, pois seu alcance é absolutamente limitado, isso mostra a deficiência de planejamento de algumas gestões públicas. É difícil pensar em um trabalho destinado aos grupos de Economia Solidária, se não existe uma real concepção de quem são, ou quantos são.

Apresentamos neste capítulo, como a Economia Solidária chegou ao Brasil; as características que um empreendimento deve apresentar, para ser considerado de Economia Solidária; seus princípios norteadores; os benefícios agregados, que ela proporciona para suas/seus integrantes; seu comprometimento com o meio ambiente; sua relação com os movimentos sociais, em especial o MST e sua relação de proximidade com a comunidade onde o empreendimento está inserido.

Além dessas questões, apresentamos o panorama da Economia Solidária no estado de Alagoas, que mostrou através dos dados, que os empreendimentos constituídos nos espaços rurais eram a maioria, assim como, o número de mulheres integrando esses grupos era superior ao de homens. Essas são características do estado de Alagoas, uma Economia Solidária onde as mulheres predominam. Certamente existem motivos específicos, para que tantas mulheres busquem esse tipo de empreendimento, é sobre isso que discutiremos no próximo capítulo, “Mulheres e Economia Solidária”.

CAPÍTULO 2. MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Assumimos aqui uma pesquisa de inspiração feminista, alicerçada no aporte teórico de pensadoras e autoras feministas, reconhecidas por suas contribuições políticas e epistemológicas. Suas contribuições nos auxiliaram nas reflexões que trazemos em nossa pesquisa. Somado a isso, nossa pesquisa é realizada em um Empreendimento Solidário, formado apenas por mulheres e tem como pesquisadora uma mulher, que acredita na construção de um saber coletivo; em um movimento capaz de diminuir as desigualdades nas relações de gênero e que o compartilhamento de conhecimentos acontece em todos os lugares, onde as/os sujeitas/os estejam disponíveis para ensinar e aprender. Nossa pesquisa também é atravessada pelas histórias de vida e conquistas das nossas participantes.

No capítulo anterior, apresentamos a Economia Solidária e os motivos pelos quais ela se disseminou com facilidade em nosso país, assim como, apresentamos as características desses empreendimentos, e um panorama da Economia Solidária no estado de Alagoas. Neste capítulo discutiremos a participação das mulheres nesses empreendimentos e os desafios que estão postos, quando as relações de gênero se apresentam. Assim, o debate que faremos neste capítulo, está dividido em três eixos: as *Desigualdades de gênero nas relações de trabalho*, onde discutiremos sobre os desafios encontrados pelas mulheres no mercado de trabalho brasileiro; os *Empreendimentos Solidários como uma opção de geração de renda* para as mulheres que estão fora do mercado de trabalho e a *Autonomia e o Empoderamento das mulheres* a partir do trabalho em Empreendimentos Solidários. Vamos a eles!

2.1. Desigualdades de gênero nas relações de trabalho

Neste tópico discutiremos sobre as desigualdades de gênero nas relações de trabalho, dialogando com alguns dados que tratam da formalidade, da informalidade e do trabalho doméstico. Antes de iniciarmos, no entanto, gostaríamos de informar às/aos nossas/os leitoras/es que o debate em torno das relações de gênero na relação com o trabalho, terá como foco a realidade das mulheres de baixa renda, em especial as mulheres negras que dependem do trabalho formal ou informal para sua subsistência e de suas famílias. Assim o faremos, em função da proximidade deste debate com a realidade das mulheres participantes da nossa pesquisa.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2022), no 1º trimestre de 2022, a taxa de desemprego entre as mulheres negras era de 16,3%, esse percentual representa mais

de 4,1 milhões de mulheres negras desempregadas. Já a taxa de informalidade neste público é ainda maior. No 1º trimestre de 2022, 43,3% das mulheres negras ocupadas estavam em postos de trabalho informais, taxa superior à média nacional, que era de 40,1%. Observamos assim, que as mulheres negras se encontram em maior vulnerabilidade social, em comparação com outros grupos demográficos. Sua posição econômica e social é muito preocupante, pois elas somam desvantagens associadas às desigualdades de gênero e de raça. Nossa pesquisa não está pautada apenas no gênero e na raça, mas considera essas categorias como essenciais para as nossas discussões.

Agora que conseguimos situar, nossas/os leitoras/os, acerca do perfil das mulheres em que essa discussão se dará, podemos afirmar que a informalidade e o trabalho doméstico, são práticas que permeiam a vida destas mulheres em nosso país, desde a época da colonização, não sendo possível, estabelecer um marco histórico para a introdução dessas mulheres no mercado de trabalho, já que ele sempre esteve posto em suas vidas. Como afirmam Querino et al. (2013), o trabalho é uma condição necessária para a manutenção da vida dessas mulheres. Antes mesmo de observarmos a inserção de outras mulheres, em geral brancas e de classe média, no mercado de trabalho formal, as mulheres negras, que nos referimos neste tópico, já desenvolviam atividades ligadas ao ambiente doméstico, trabalhando como empregadas domésticas, babás, lavadeiras, costureiras, cozinheiras e etc.

De um modo geral, podemos dizer que as normas sociais e culturais têm limitado o acesso das mulheres ao trabalho formal, com justiça de gênero e garantias trabalhistas. Tais normas foram estabelecidas por uma sociedade pautada no androcentrismo, que segundo Fraser (2006), privilegia características associadas ao gênero masculino, atribuindo desqualificação as características do gênero feminino. Em consequência, as mulheres são penalizadas com menores oportunidades de emprego e salários inferiores aos dos homens.

As desigualdades de gênero não estão presentes apenas nas dimensões sociais/culturais, elas se estendem por todos os aspectos das vidas das mulheres, se sustentando em pilares de um pensamento hegemônico reproduzido socialmente, que as mantém como coadjuvantes na maioria dos espaços. Esse conjunto de discriminações foi incorporado ao cotidiano, reproduzido e tratado como natural. Esses conflitos encontram-se, encobertos diante de uma falsa ideia de que a igualdade foi obtida e consolidada, simplesmente pelo fato de estar prevista em lei (FREIRE, 2017).

Para reafirmar os apontamentos do parágrafo anterior, pesquisas do IBGE (2019), mostram que naquele ano, enquanto o salário mensal dos homens era em média R \$3.188,03, o das mulheres chegou a apenas R \$2.713,92, o que representa uma diferença de 17,5%. As

mulheres receberam, em média, 85,1% do salário médio mensal dos homens⁹. A mesma pesquisa apresentou indicadores de escolaridade, onde as mulheres dedicaram em média 9,2 anos para os estudos, e os homens apenas 7,9 anos. Mesmo com maior qualificação, ainda assim, a remuneração das mulheres é menor.

Em relação aos postos de liderança, as disparidades continuam. De acordo com o Fórum Econômico Mundial (2022), as mulheres ocupam aproximadamente 37% dos cargos de liderança. Os relatórios ainda apontaram, que apresentar maior nível de escolaridade e qualificação técnica não é o suficiente para que as mulheres possam ter sua remuneração e postos de trabalho condizentes com as suas habilidades e conhecimentos. Esses dados escancaram as desigualdades de gênero, onde não existem explicações lógicas para tais disparidades, a não ser o fato de que temos uma sociedade machista e patriarcal que discrimina e fortalece as desigualdades entre homens e mulheres.

Dados atualizados da FGV (2022), sobre a ocupação de mulheres no mercado de trabalho formal, em um comparativo com a ocupação de homens, mostra que a taxa de inserção das brasileiras no mercado de trabalho estava em 51,5% naquele ano, já a ocupação dos homens, girava em torno de 71%. Em comparação com o percentual de homens, as mulheres têm presença 20% inferior no mercado de trabalho, e pouco mais de 50% das mulheres em idade laboral estão nele inseridas, o que se apresenta como uma quantidade enorme de mulheres sem renda ou com graves dificuldades financeiras.

Com o grande número de mulheres fora do mercado de trabalho formal, a busca por alternativas que pudessem gerar renda se intensificou. Seguindo as características históricas do trabalho das mulheres, a informalidade voltou a se destacar. Não estamos afirmando que em algum momento ela tenha desaparecido, apenas destacamos que em um determinado período ela diminuiu, e com aumento do desemprego, principalmente de mulheres, ela voltou a crescer, sendo a única opção encontrada para que essa parcela da população possa gerar algum tipo de renda. As mulheres têm sido o público mais afetado pelo subemprego e o desemprego.

O resultado disso é o comprometimento direto da manutenção das necessidades básicas das mulheres, como alimentação e moradia, sem o acesso ao crédito e à renda fixa, as dificuldades se multiplicam. A maioria delas está atuando na informalidade e em ocupações

⁹ Ainda que as discussões relativas às desigualdades de gênero neste tópico, tenham seu debate desenvolvido em torno da realidade das mulheres de baixa renda e mulheres negras, como informamos no início deste tópico, alguns dos dados aqui compartilhados, produzidos por institutos de pesquisa reconhecidos nacionalmente, trarão dados sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho levando em consideração a sua totalidade. Levando em consideração que, ainda que essas desigualdades afetem mais diretamente as mulheres negras, elas não exclusivas deste público. As mulheres em geral, são as principais afetadas quando a questão são as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

precárias, normalmente atividades ligadas ao trabalho doméstico, assim como artesanato, produção de alimentos, revenda de produtos e outras atividades (CERRUCIL; ARANHA; ANJOS, 2016).

Esse cenário tem conduzido as mulheres a um fenômeno chamado, feminilização da pobreza, onde se observa um maior número de mulheres com renda muito baixa, o que dificulta o acesso ao mínimo necessário. Alguns estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2021), apontaram determinantes de gênero, como sendo os maiores causadores da pobreza feminina. Alguns deles seriam: a desigualdade na participação no mercado de trabalho; a desvalorização econômica e social das tarefas realizadas por mulheres; a desigualdade no acesso a recursos produtivos, e por fim, a desigualdade de oportunidades para participar de tomadas de decisões. Logo, de acordo com a OIT (2021), podemos afirmar que a desigualdade de gênero é um fator crucial para a produção da pobreza entre as mulheres.

Matos (2005), consegue apontar outro fator que está diretamente ligado às desigualdades de gênero e que contribui para a inserção das mulheres nos índices de pobreza: a falta de responsabilidade parental. Esse fator, é fácil de visualizar, com a separação dos casais, na maioria das vezes, as/os filhas/os ficam sob a guarda da mãe, a quem é depositada toda a responsabilidade financeira; de cuidado e de educação das/os filhas/os. A contribuição do pai, sobre essas responsabilidades, é na grande maioria das vezes deficitária, se resumindo a um auxílio financeiro insuficiente para a manutenção das necessidades das/os filhas/os, quando não, inexistente. Essa realidade, infelizmente tão comum em nosso país, dificulta, e às vezes até impossibilita a manutenção das famílias chefiada por mulheres. Na impossibilidade de trabalhar, seja pela falta de oportunidades, seja pela indisponibilidade de tempo, a falta desse auxílio financeiro, acaba expondo essas mulheres e suas famílias à condições extremas de subsistência. Assim o abandono parental, também é um grave problema, nesse caso não apenas para as/os filhas/os, mas também para as mães dessas crianças.

Um outro ponto, desta vez indicado por Souza et al. (2020), que pode aumentar a vulnerabilidade das mulheres, é a região onde residem: ser das regiões Norte ou Nordeste intensifica a probabilidade em aproximadamente 170%, dessas mulheres estarem em situação de pobreza. Características locais dessas duas regiões, como a falta de uma estrutura produtiva dinâmica, aliada a uma infraestrutura precária e a políticas públicas ineficazes, podem dificultar o desenvolvimento social, favorecendo o aumento dos índices de pobreza e expondo um número muito maior de mulheres a essa condição. Esse fenômeno é conhecido como regionalização da pobreza.

Aqui podemos afirmar, diante de tudo o que discutimos até o momento, que as mulheres de baixa renda, em especial as mulheres negras, são as que mais se incluem nesse fenômeno. Elas vêm enfrentando, grandes dificuldades para manter financeiramente a si e as suas famílias. Com as oportunidades de emprego formal reduzidas, elas acabam se direcionando a trabalhos informais e precarizados.

As disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal são evidentes, vimos nos dados apresentados nos parágrafos anteriores, que apesar de terem uma maior qualificação, as mulheres recebem salários inferiores ao dos homens e têm uma oferta de trabalho limitada. Elas são maioria entre as pessoas desempregadas no país, e estão mais vulneráveis a insegurança financeira, sendo também a maioria entre as pessoas pobres. Mas, o trabalho das mulheres, não se resume apenas àqueles que tem o objetivo de gerar renda, existe um outro tipo de trabalho que está diretamente ligado às desigualdades de gênero e exerce uma forte influência sobre todos os aspectos da vida das mulheres trabalhadoras, que precisa ser evidenciado, o trabalho doméstico.

Em 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontou que mesmo inseridas no mercado de trabalho formal, os cuidados com o lar eram realizados quase que exclusivamente pelas mulheres, e que o acúmulo destas tarefas é um dos maiores motivos para mantê-las afastadas do mercado de trabalho. A sobrecarga de trabalho físico, somada à sobrecarga mental, dificulta o trabalho das mulheres. Quando inseridas em empregos formais e/ou informais, a maioria delas acumula funções, que é a soma do trabalho remunerado a uma série de outras atividades não remuneradas, que demandam muito tempo e energia.

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família, juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 03).

Na verdade, ao progredirem em direitos, as mulheres também adquiriram novas atribuições, e as somaram às atribuições que histórica e culturalmente, lhes foram impostas como de responsabilidades exclusivas das mulheres. Logo, diferentemente dos homens, as mulheres costumam ter um acúmulo maior de atividades, uma rotina diária estressante e

cansativa, que as sobrecarregam ao ponto, de muitas das vezes afastá-las do mercado de trabalho formal, pela impossibilidade de conciliar todas essas atividades.

Assim, o ingresso da mulher no mundo econômico, não significou que ela saiu do ambiente doméstico, muito pelo contrário, a mulher apenas adquiriu um acúmulo ainda maior de tarefas. Sendo assim, trabalhar fora de casa, significou a perpetuação de uma divisão do trabalho desfavorável para as mulheres.

Silveira e Silva (2013), reforçam que as desigualdades de gênero, vêm ao longo dos anos, empurrando mulheres para condições precárias de existência. O trabalho fora de casa somado ao trabalho doméstico, de cuidados com o lar e com os filhos, além de uma sobrecarga física e emocional, gera também um conflito pessoal, pois, tanto a vida profissional, quanto a pessoal e a maternidade ocupam espaços importantes na vida das mulheres, e muitas das vezes essa conciliação não é possível. Como já apresentado anteriormente nos dados do IPEA (2014), o acúmulo dessas tarefas acabam afastando as mulheres do mercado de trabalho formal tradicional, para se dedicarem aos trabalhos domésticos.

Mas, esse afastamento, não significa dizer que essas mulheres não busquem outras formas de trabalho, na verdade é o inverso, na impossibilidade de trabalhar em um modelo tradicional, elas acabam se submetendo a situações de subocupação e trabalhos precarizados, na intenção de gerar algum tipo de renda. Algumas estão à frente de pequenos empreendimentos e associações, com a intenção de aumentar sua renda, sendo essas, atividades que possibilitam conciliar o trabalho e a família, visto que as tarefas no espaço doméstico recaem majoritariamente sobre as mulheres, pois a divisão desses afazeres não ocorre de forma igualitária (OLIVEIRA, 2005). Uma opção possível para essas mulheres pode ser os Empreendimentos de Economia Solidária. No tópico seguinte, veremos como se dá a participação das mulheres nesse tipo de empreendimento.

2.2. Economia Solidária e gênero: a participação das mulheres nos EES

Como já discutido no tópico anterior, as desigualdades de gênero limitam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Além de uma oferta menor de trabalho destinado às mulheres, outros fatores se apresentaram com significativos para o seu afastamento compulsório do mercado de trabalho formal. Aqui utilizamos a palavra afastamento, mas nos referimos a todas as mulheres, que por alguma razão alheia ao seu desejo, estejam fora do mercado de trabalho, entre essas mulheres incluímos também aquelas que nunca tiveram a oportunidade de ter um emprego formal. Aqui situamos, “emprego formal” pois sabemos que uma grande quantidade

de mulheres desempenham atividades informais em busca de geração de renda. Essas afirmações já foram discutidas no tópico anterior.

Além de uma oferta menor de trabalho, um outro motivo que surge como um agravante para as mulheres é a sobrecarga de trabalho. O acúmulo de tarefas entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, muitas vezes não dá margem para uma conciliação. Colocadas em uma posição de escolha, as mulheres acabam se afastando dos espaços formais e se aproximando dos informais. Um outro fator que dificulta o ingresso das mulheres no mercado de trabalho formal, é a baixa escolaridade. Lembrando mais uma vez que aqui nos referimos as mulheres de baixa renda, negras e em vulnerabilidade social, onde as oportunidades de escolarização também foram limitadas.

Trabalhadoras com baixa qualificação, baixa escolaridade e pobres estão em maior desvantagem, pois possuem poucas expectativas quanto a empregos bem remunerados, com direitos trabalhistas garantidos, além de serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidado com os filhos o que representa grande sobrecarga (RAMOS, 2011, p. 05).

Sendo assim, o trabalho em Economia Solidária se apresenta como uma opção possível para essas mulheres, que precisam gerar renda, e ao mesmo tempo, carregam consigo as responsabilidades domésticas de seus lares. A flexibilidade que alguns empreendimentos solidários proporciona, possibilita essa conciliação.

Na maioria das vezes empreender no âmbito da Economia Solidária, passa a ser a única alternativa. Quando outras oportunidades não surgem, fomentar e participar de grupos organizados, que criam oportunidades de trabalho passa a ser uma necessidade. Diante de todas as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, as iniciativas solidárias trazem à tona um debate acerca das relações de gênero e trabalho. As experiências solidárias vêm demonstrando um "terreno privilegiado" para exercitar novas práticas e proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres" (NOBRE, 2014).

A ideia de autonomia feminina, está implícita nos princípios dos Empreendimentos Solidários. Quando eles estabelecem que a igualdade é um dos seus princípios, eles possibilitam que as mulheres assumam postos ligados a liderança dos grupos; a comercialização; a gestão financeira; a tecnologias e todas as áreas necessárias para conduzir os negócios, se apropriando assim de tais habilidades (DANTAS, 2014). A igualdade estabelecida nesses grupos, tende a impedir que as desigualdades de gênero sejam instaladas dentro deles.

Forma-se assim uma relação direta, entre os fundamentos dos Empreendimentos de Economia Solidária, e os relacionados à igualdade de gênero, uma vez que esses, têm por base princípios contrários à discriminação (SIMON, 2015). Desta forma, a representatividade das mulheres em setores tidos como masculinos dentro desses empreendimentos, desconstrói a ideia de superioridade masculina, assimilada ao longo do tempo nas atividades que geram renda efetivamente.

A organização das mulheres no âmbito dos Empreendimentos Solidários vem ganhando maior visibilidade, eles facilitam o movimento de transformação das mulheres ao possibilitarem uma inclusão sociopolítica por meio do trabalho em grupo (CRUZ; CAVALCANTE; PESSOA, 2013). Acreditamos que as iniciativas em Economia Solidária podem criar espaços intermediários de discussão, reflexão, deliberação e reivindicações coletivas. O trabalho em Economia Solidária busca manter uma integração grupal, onde todas/os as/os integrantes participam ativamente das decisões do grupo. Esses espaços podem beneficiar a saúde mental, o empoderamento e a conquista da autonomia financeira das mulheres que os integram (CERRUCIL; ARANHA; ANJOS, 2016).

O trabalho cooperado ou associado talvez não tenha sido a primeira opção para a maioria das mulheres. Ter um emprego nos moldes tradicionais, como empregada/o de alguma empresa, oferece garantias que outros modelos de trabalho, como por exemplo, alguns empreendimentos solidários, como o de nossa pesquisa, não ofertam, como: benefícios previdenciários, salário fixo, 13º salário, auxílio doença e outros. Mesmo não podendo oferecer tais benefícios, os empreendimentos solidários acabaram se tornando, além de uma alternativa para a geração de renda, uma alternativa para a integração social. Nos últimos, anos houve um evidente crescimento na participação de mulheres nos trabalhos no modelo de Economia Solidária (CERRUCIL; ARANHA; ANJOS, 2016).

Ao falarmos em Economia Solidária como uma possibilidade para algumas mulheres, não podemos deixar de citar aquelas que integram e participam desta pesquisa, pois elas se assemelham muito a outras que já foram apontadas nos dados estatísticos produzidos pelas pesquisas do IBGE (2019), e da FGV (2022). São mulheres pobres em sua maioria negras e mães, que dedicaram suas vidas aos cuidados com o lar, em detrimento de sua vida profissional e em determinado momento se viram fora do mercado de trabalho formal, com poucas possibilidades de inserção. As participantes da nossa pesquisa se encontravam em vulnerabilidade social, e a inserção em um empreendimento solidário as possibilitou a geração de renda através de atividades sustentáveis, com horários flexíveis, permitindo a conciliação do

trabalho remunerado e as tarefas domésticas. Esse empreendimento se tornou um espaços de trocas de experiências e aprendizado.

O empreendimento que elas formam, além de gerar renda, conta com o acréscimo dos benefícios que a interação com o coletivo pode agregar. Porém, esses espaços não se apresentam sem desafios, podendo propiciar vivências de limites e contradições, pois, ao mesmo tempo em que propõem práticas inovadoras, deparam-se com questões de difícil resolução, como por exemplo a gestão compartilhada. Tudo isso somado à sobrecarga com o trabalho doméstico, faz desses ambientes, lugares reais, com experiências e vivências diversas (NOBRE, 2014).

Mesmo esses empreendimentos acolhendo e fortalecendo o trabalho das mulheres, alguns desafios ainda se apresentam. De acordo com Dantas (2014), as mulheres se concentram em empreendimentos menores, ou em atividades que tendem a reproduzir a divisão sexual do trabalho. Uma pesquisa realizada pelo SIES (2013), com 19.708 empreendimentos de economia solidária, apontou que em 12.958 desses, as mulheres que integravam os empreendimentos, também eram as únicas responsáveis pelas atividades domésticas em suas casas.

Esses dados refletem a reprodução das problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho hegemônico. Também mostra que elas estão em um processo de desconstrução e reconstrução de si mesmas, tendo esses grupos como um meio que as conduzem nesse processo.

Os dados apresentados sobre Economia Solidária no Brasil, são desdobramentos do que ocorre com as mulheres em vulnerabilidade na sociedade brasileira. Segundo dados da Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) (2019), o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Mesmo as mulheres sendo a maioria da população, elas representam a menor parte da renda familiar, além de serem o maior número de desempregadas, evidenciando uma desigualdade recorrente em vários setores, principalmente na economia (FREIRE, 2017).

De maneira geral, percebe-se que as mulheres estão buscando seu protagonismo na esfera econômica, apresentando uma participação bem expressiva, ainda assim, uma participação marcada por muitas desigualdades, propiciada pela divisão sexual do trabalho, que oculta o trabalho familiar doméstico, mantendo uma rígida separação entre os tipos de trabalho exercidos pelas mulheres. O que se compreende é que, apesar de a contribuição econômica das mulheres para a manutenção do lar ser decisiva, isso ocorre de maneira invisível, basicamente porque o emprego feminino fica em segundo plano, já que os cuidados com o lar se mostram como uma responsabilidade primordialmente das mulheres de baixa renda e não reconhecidas (SIMON, 2015).

Para tentar diminuir as desigualdades de gênero, muitas políticas públicas foram criadas, porém é possível observar que essas políticas são majoritariamente sociais, não tendo como objetivo o desenvolvimento financeiro das mulheres a longo prazo, se limitando apenas à oferta de políticas de distribuição de renda temporárias. O que ajuda a reforçar o pensamento de que as mulheres não têm relação com os processos macroeconômicos, e que a contribuição feminina na economia, não está em primeiro plano, permanecendo em sua posição de complementaridade da renda masculina, não de centralidade (SANTOS, 2010).

Mesmo com tantas discrepâncias, e dificuldades, as mulheres continuam buscando alternativas para diminuir as desigualdades de gênero, e assumir uma posição de protagonismo na economia e nas outras áreas da vida em sociedade. Apresentamos aqui um modelo de Economia que tem forte potencial para geração de renda, o que pode auxiliar muitas mulheres na manutenção de suas famílias, além de promover interação grupal e saúde mental através das relações afetivas que são estabelecidas nesses espaços.

2.3. Mulheres: autonomia e empoderamento

Para este tópico, decidimos discutir, o processo de autonomia e empoderamento das mulheres. Pretendemos trazer um olhar que se estenda pelos diversos setores de suas vidas, inclusive o econômico. Pois entendemos que a autonomia financeiras das mulheres, pode auxiliá-las na autonomia de outros aspectos de suas vidas. Mas tornarem-se autônomas e empoderadas, financeira e socialmente, não é um processo que se realiza individualmente, caminhar de encontro a eles, se dá de forma coletiva.

De acordo com Nascimento e Mota (2019) a autonomia para as mulheres está associada ao poder de decisão. Decisões essas em relação ao seu próprio corpo; em relação ao trabalho que desejam desenvolver e ao uso dos recursos dele provenientes, também diz respeito a decisões em relação à ruptura com a hierarquia familiar estrutural. As autoras consideraram autonomia feminina como a capacidade de poder decidir sobre suas próprias vidas, de acordo com seus próprios desejos dentro de um contexto histórico. Assim a autonomia só pode ocorrer de fato em contextos em que as mulheres possam praticar seus direitos sem privações físicas, sociais e econômicas

Uma pesquisa realizada por Fischer (2002) apud Nascimento e Mota (2019), sobre trabalhadoras assalariadas observou que naquele contexto a autonomia consistia na possibilidade de obter consciência dos direitos e deveres perante a lei; expandir comunicação e socialização com pessoas de diferentes opiniões; participar no orçamento familiar e conquistar

liberdade para administrar e satisfazer seus desejos próprios a partir dos recursos obtidos com o trabalho. No contexto da pesquisa realizada por Fischer (2002), para as mulheres participantes, os fatores assinalados acima eram considerados como possibilidades para a autonomia. Ao apontarmos a geração de renda; a tomada de consciência em relação aos direitos e deveres civis e a comunicação e socialização, estamos apresentando formas diferentes de autonomia. Isso nos leva a reflexão de que, tanto o processo de autonomia quanto o de subjetivação das mulheres podem acontecer de formas diferentes, não seguindo uma linearidade, entre qual tipo deva acontecer primeiro.

Mesmo considerando, que a autonomia das mulheres não apenas pode, mas deve acontecer nos mais diferentes setores de suas vidas, a autonomia financeira se apresenta com algum destaque. O trabalho remunerado de uma forma geral, é considerado como emancipador, a independência financeira e a autonomia têm uma relação bem estreita em nossa sociedade. Logo, ter sua própria renda, expressa para as mulheres um significado que vai além do dinheiro, ela representa autonomia

Por autonomia, compreende-se a possibilidade de autodeterminação do indivíduo para organizar seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequência deles, como a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não” (FERNANDES; MOTA, 2014, p. 10).

É importante ressaltar, que mesmo considerando as relações de trabalho remunerado como um dos principais fatores que auxiliam as mulheres no processo de autonomia, essas relações não são as únicas. Apenas consideramos, assim como Fernandes e Mota (2014) na citação acima, que a autodeterminação das/os sujeitas/os em relação ao trabalho e a geração de renda são entendidas como formas de autonomia.

Caminhando junto com o processo de autonomia das mulheres, está o processo de empoderamento. A efetivação da autonomia, pode ser uma importante maneira de avaliar o processo de empoderamento das mulheres.

O empoderamento feminino passa por vários caminhos: na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania e, também, por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma (FERRARI, 2013, p.02).

Se compreenderem capazes de decidir autonomamente por sua participação, seja no mercado de trabalho, na vida cívica ou na política, é imprescindível para todas as mulheres.

Portanto, uma análise de como essa autonomia está se alicerçando, deve estar vinculada a uma compreensão das relações de poder em todos os âmbitos (MONTAÑO, 2003).

De acordo com Sen (1997) apud Berth (2019), o empoderamento tem a ver com mudar as relações de poder, em favor daquelas/es que antes não o tinham. Esse processo não é fácil, e muitas vezes apenas o desejo interno não é suficiente, sendo necessárias intervenções externas para auxiliá-lo, pois essas/es sujeitas/os dificilmente conseguiriam de forma espontânea os recursos necessários para fazê-lo, em razão da condição de desvantagem em que se encontram. Ainda de acordo com a autora o empoderamento se dá em duas esferas, individual e coletiva, logo não se deve pensar em apenas uma forma, mas em um conjunto de ações que se retroalimenta. Assim, pessoas empoderadas, formam grupos empoderados, e são esses grupos que auxiliam outras pessoas. O empoderamento individual e coletivo, são duas faces indissociáveis do mesmo processo. Por isso, a importância de os indivíduos estarem inseridos em grupos, que os fortaleçam de forma pessoal e grupal, através de interesses coletivos.

Algumas ações podem favorecer tanto o processo de autonomia quanto o processo de empoderamento das mulheres. As políticas públicas, os projetos e os programas sociais, podem promover a criação de espaços que beneficiem e sustentem esses processos. Esses agentes podem ser catalisadores essenciais durante esses movimentos. Mas eles não são responsáveis pela autonomia ou pelo empoderamento em si, eles apenas criam ambientes favoráveis, para o seu desenvolvimento.

Consideramos que as políticas públicas destinadas às mulheres são fundamentais, não apenas para a promoção de autonomia e empoderamento, mas também para a diminuição das desigualdades de gênero. Apesar das ações que realmente produzem algum significado positivo para as mulheres, serem discretas, nós podemos citar a Política de Assistência Social como uma delas. Ela disponibiliza vários programas sociais e algumas iniciativas que podem oferecer espaços muito fecundos para as interações sociais, qualificação, autonomia e empoderamento.

Um desses espaços, é Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da cidade de Flexeiras, que oferece suporte para as ações realizadas pelas mulheres da nossa pesquisa. Esse apoio auxilia o grupo no desenvolvimento das suas atividades, ajudando na geração de renda, assim como, promove um tipo de empoderamento, que não é apenas pessoal, mas coletivo, reforçando ainda mais a importância dessas organizações, pois elas conseguem mediar soluções, que atendam às necessidades de um coletivo (FREIRE, 2017). Partindo do exemplo anterior, percebemos que é possível, assim como no CRAS, a criação de espaços públicos e políticas públicas, que levem em consideração as desigualdades de gênero, e o desenvolvimento de ações que possam acabar com essas desigualdades.

Trazendo novamente a ideia de coletividade, Berth (2019), afirma ela possui um grande potencial para o fortalecimento das pessoas, em seu processo de empoderamento. Seguindo essa perspectiva observamos os grupos de Economia Solidária, como possíveis espaços para a promoção dos dois conceitos discutidos neste tópico, *autonomia* e *empoderamento feminino*.

As mulheres que trabalham no modelo de Economia Solidária, não estão apenas envoltas em um trabalho para a geração de renda, elas fazem parte de um movimento social, que envolve geração de renda de uma forma sustentável e coletiva. Essa coletividade é um espaço para desenvolver potencialidades e habilidades, também é um espaço que pode favorecer o empoderamento, além de auxiliar de forma parcial ou total no sustento de suas famílias. Os Empreendimentos de Economia Solidária, abriram espaços que ofertam acolhimento, compartilhamento de experiências, e aprendizados.

Com o auxílio das políticas públicas; das coletividades onde as mulheres estabelecem relações de afetividade; e de fatores pessoais, o percurso em direção a autonomia e ao empoderamento pode ser concretizado. Os grupos de trabalho formados pelos empreendimento solidários também são uma opção de espaços que podem ajudar as mulheres a encontrarem esse caminho.

No próximo capítulo discutiremos sobre as bases epistemológicas e metodológicas que assumimos em nossa pesquisa. Nele também apresentaremos nossas participantes, assim como suas características pessoais e sociais.

CAPÍTULO 3. DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA

Para discutir as experiências em Economia Solidária empreendidas por mulheres do interior de Alagoas, questão central desta pesquisa, dissertaremos neste capítulo sobre as escolhas epistemológicas e as estratégias metodológicas por nós assumidas. A explicitação dessas escolhas é importante, na medida em que elas serão o fio condutor das nossas análises.

O processo de aproximação com as epistemologias que aqui adotei, iniciou-se em maio de 2020, com as orientações individuais e as discussões realizadas no grupo de pesquisa que participo. No decorrer dessa aproximação, tive a oportunidade de conhecer a produção de algumas/uns teóricas/os feministas e decoloniais que me interpelaram e me auxiliaram na proposta deste texto.

Conhecer algumas dessas elaborações teóricas me permitiu realizar uma série de reflexões necessárias, antes adormecidas em mim, e tantas outras descobertas no processo. Hoje proponho construir um conhecimento a várias mãos. Nesse sentido, penso a construção dessa pesquisa como uma produção coletiva, feita nos diálogos com as/os autoras/es; colegas do grupo de pesquisa; colegas de trabalho; amigas/os e familiares. Em cada linha que escrevo trago um pouco de mim, minhas vivências e particularidades, minha maneira de escrever e de compreender o mundo, está aqui. Assumo, portanto, o fato de que apesar da escrita ser minha, ela é fruto de todos esses encontros, dos encontros com todas essas pessoas e de todas as pessoas que em mim habitam.

Essas contribuições tanto facilitaram o meu percurso de aprendizado, como me ajudaram a desenvolver de forma nítida minhas ideias. Com base nessa experiência de construção de saberes, me propus a produzir um conhecimento coletivo com as mulheres participantes desta pesquisa, partindo aqui de uma perspectiva feminista do conhecimento. Me encho de orgulho e responsabilidade por ser mulher, e estar no campo da ciência como pesquisadora, lugar esse que nunca nos foi ofertado, mas conquistado a duras penas por aquelas que vieram antes de mim, e que vem sendo reafirmado constantemente por nós mulheres pesquisadoras. Escolhi fazer essa pesquisa por considerar que a discussão sobre as possibilidades de atuação das mulheres na Economia Solidária, é fundamental. Sua importância vai além da geração de renda, ela se estende ao reconhecimento de suas capacidades pessoais; visibilidade; fortalecimento do trabalho feminino; interação social e comunitária e protagonismo.

Sabemos que ocupamos um lugar menos privilegiado, e por essa razão, assumimos uma ciência que reivindica um lugar para todos os saberes que foram subalternizados, saberes esses construídos através das experiências que atravessam diferentes sujeitos: mulheres e homens do Sul Global, negras/os, integrantes do movimento LGBTQIA+, trabalhadoras/es rurais, indígenas e outras/os, que em parceria com diversos movimentos, vêm realizando debates importantes para articular ações coletivas entre vários segmentos. Das margens surgiram os movimentos sociais, em busca de melhores condições de trabalho, moradia, saúde e educação, também de igualdade de gênero e raça. Sem eles não teríamos conquistado direitos e reconhecimento. A margem é tanto um local de repressão, quanto um local de resistência (KILOMBA, 2019). Esses movimentos partem de uma vasta diversidade de caminhos e riqueza de saberes, que se encontram em construção.

Os saberes produzidos por esses grupos são denominados por autoras/es pós-coloniais e decoloniais como saberes subalternos, pois aquelas/es que os produzem, encontram-se à margem da produção e do saber científico¹⁰. Amâncio (2020), afirma que saber é diferente de conhecer, para ele, o saber está no nível das experiências vividas, seria aquilo que aprendemos na prática ou através da observação do cotidiano, já o conhecer seria aquilo que aprendemos com a mediação de livros e/ou professoras/es. Apesar da possibilidade de problematizar esses conceitos, afirmamos que mais importante que essas diferenças apontadas pelo autor, é a aposta que fazemos numa relação que não hierarquize saber e conhecimento. Nesse sentido, sustentamos a realização de uma pesquisa construída dialogicamente e em conjunto.

Como nos propomos a constituir diálogos e produzir conhecimentos através deles, não poderíamos deixar de nos comprometer com as críticas feministas à ciência moderna ocidental/colonial, que considera a produção de conhecimento realizada por mulheres como subalterna. O mundo moderno/colonial, surgiu da complexa articulação de forças com a finalidade de não permitir que grupos subalternizados pudessem organizar-se, e também fortalecer-se. Assim, algumas vozes puderam ser escutadas, em detrimento de outras que foram silenciadas; de memórias que foram eternizadas e outras suprimidas; de histórias que foram contadas e outras esquecidas. Assim se deu a construção e estruturação do mundo moderno (MIGNOLO, 2008).

¹⁰ Além do desenvolvimento de teorias que estudam o movimento de desmarginalização e descolonização de saberes, algumas iniciativas podem ser vistas na prática. Uma delas é trazida por Carvalho (2018), o Encontro de Saberes, projeto onde mestras e mestres dos povos tradicionais indígenas, quilombolas e de outros saberes tradicionais foram inseridos como professoras/es em disciplinas regulares nas universidades brasileiras, tendo por objetivo, mudar o currículo colonizado racista e branqueado que se repete nas instituições de ensino, além de valorizar e perpetuar o conhecimento dos povos ancestrais.

A ciência moderna reflete essa racionalidade, apresentando-se de forma hegemônica, se constituindo majoritariamente por homens brancos, dos países do Norte Global. Em uma discussão realizada por Grosfoguel (2016), ele denuncia que as estruturas epistêmicas contemporâneas são sexistas e racistas. Reforçando esse debate, Santos (2010) afirma que a produção epistemológica contemporânea tem sido baseada em homens ocidentais de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália). E questiona: “como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo, estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais?” (SANTOS, 2010). Então, assim como esses autores, continuamos a nos questionar sobre o porquê das nossas produções ainda serem secundarizadas, já que essa posição de superioridade científica, conferida a alguns países e alguns sujeitos pontuais, não se encaixa mais no modelo de sociedade em que desejamos viver.

Mesmo o modelo de ciência apontado por Grosfoguel (2016), no parágrafo anterior, não se adequando mais ao modelo de sociedade que desejamos, ainda assim, os fundamentos e as características da ciência moderna, perpetuam estruturas antigas e obsoletas que nunca representaram uma universalidade. Essa ciência que favorecia e/ou favorece explicitamente a hegemonia de homens no meio científico, repercutiu na invisibilidade, e por muito tempo, na exclusão de diferentes modos de produção de conhecimento, dentre eles, aquele construído pelas mulheres.

(...) o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento. As estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo (GROSFOGUEL, 2016, p. 04).

Essas estruturas permanecem desqualificando e inferiorizando a produção de conhecimento realizada por mulheres, conhecimento esse que foi durante muitos anos invisibilizado e suprimido por aqueles que acreditavam estar no centro das ciências. Diante de tais opressões, não era possível dar margem para a produção de um conhecimento feito sob outras bases. Sendo assim, os movimentos feministas realizaram enfrentamentos em oposição a esse modelo de ciência, na tentativa de desmascarar essas doutrinas hegemônicas, androcêntricas, sexistas, classistas e coloniais, que ameaçavam a atuação histórica coletiva das mulheres na construção dos saberes científicos (HARAWAY, 1995).

O feminismo também se mostra contrário a qualquer forma de ciência universal, na medida em que ela não considera as particularidades e fixa parâmetros permanentes de poder (BANDEIRA, 2008). Diferentemente da ciência tradicional, as epistemologias feministas

compreendem que só é possível a construção de novas teorias, incluindo a diversidade de saberes a partir da ideia de uma ciência situada e localizada, considerando um conjunto de marcadores sociais que atravessam esse conhecimento.

Assumimos também em nosso trabalho a crítica à ideia de uma objetividade na pesquisa nos moldes em que o positivismo a desenvolveu. Consideramos a objetividade a partir da compreensão da perspectiva feminista, em especial, daquela assumida por Donna Haraway. Para a autora, a objetividade se faz ao assumirmos o conhecimento tanto parcial, quanto situado, localizado. Assim, como muitas outras teóricas feministas, ela argumenta em favor de um conhecimento corporificado. Além disso, critica aquelas/es que associam a ideia de conhecimento situado a uma perspectiva relativista.

Assim, Haraway nos diz:

O relativismo é uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda parte. A "igualdade" de posicionamento é uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica. Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem (HARAWAY, 1995, p. 23-24).

O saber localizado é uma alternativa ao relativismo e ao universalismo, é a compreensão de que um saber pode ser parcial e inerente a um grupo social ou uma comunidade, dado que toda forma de conhecer é importante, todo modo de ver o mundo é único, e como tal, deve ser valorizado e respeitado. Nossas experiências não ditam as experiências alheias, a forma como eu me conecto com as minhas vivências dizem respeito a mim e não valem como referência absoluta para outros grupos ou pessoas.

Pensando desta forma, nos propomos nesta pesquisa, a produzir um conhecimento com as mulheres, partindo das suas experiências e seus saberes, considerando o que Grosfoguel (2008) chama de corpo-política do conhecimento. Ou ainda o que Messeder (2020) chama de pesquisa corporificada/encarnada. Para a autora:

(...) temos a possibilidade de escrita através de um/a sujeito/a encarnado/a em seu espaço e tempo. Ainda desse/a sujeito/a, evoca-se a ancestralidade e a ideia de compromisso que se deve ter quando nos debruçamos, aceitamos produzir, criar, imaginar um novo conhecimento comprometido que nos possibilite, talvez, oferecer uma resposta transmoderna decolonial do subalternizado perante a modernidade eurocêntrica (...) A escrita encarnada é o momento do encontro entre a sujeita marcada por sua classe, raça, ato performativo de gênero, regionalidade, nacionalidade e a pesquisadora

encarnada modulada cujas regras prescritas no fazer científico devem ser consideradas, mas também insurgidas (MESSEDER, 2020, p.180).

Aqui tentaremos viabilizar um espaço para que nossas participantes, mulheres negras, mães, avós, filhas e irmãs, mantenedoras de suas famílias, algumas analfabetas e residentes no interior do estado de Alagoas, possam ser ouvidas e consideradas em suas falas. Assim como traz Harding (1987) *apud* França e Padilla (2013), nós devemos facilitar o espaço para que vozes silenciadas – femininas, negras, indígenas, não ocidentais, homossexuais, transexuais – possam ser compartilhadas. Viabilizar a fala das mulheres e compartilhá-las, também é nosso objetivo. Ouvir e aprender com cada uma, é um modo de conhecê-las, e reconhecê-las como sujeitos que podem contribuir para um diálogo muito maior.

É essa escuta que eu, enquanto mulher que intenciona pesquisar sobre a realidade de outras mulheres, inseridas em um contexto diferente do meu, desejo realizar. Acredito que a troca de experiências viabilizadas pelos diálogos são uma porta aberta, tanto para aprender, o muito que elas tem a ensinar diante de suas experiências de vida, como também expor minhas ideias e pensamentos. Essa troca realizada entre mulheres que ocupam lugares distintos, é uma oportunidade ímpar, para a produção de conhecimentos. Foi isso que fizemos nesta pesquisa, trabalhamos juntas para produzir um conhecimento que expressasse a relação que elas estabeleciam/estabelecem com o trabalho que realizam. Desta forma considero que a relação dialógica construída por nós, não se resume apenas a um momento pontual, mas a uma experiência que irá reverberar em minhas vivências futuras.

Sendo assim, acredito que ouvir o que a outra pessoa tem a dizer contribui para o meu processo de conhecimento e para o fortalecimento daquelas/es a que me proponho a ouvir, as reflexões ganham mais potência quando podemos realizá-las em conjunto, tornando assim o ato de falar e ouvir duas faces da mesma moeda.

O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es (...). Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’. E aquelas/es que não são ouvidas/os se tornam aquelas/es que ‘não pertencem’ (KILOMBA, 2019, p. 42-43).

Quando não nos dispomos a credibilizar o que o outro tem a dizer, acabamos nos colocando em uma condição de produção de opressão, em relação ao reconhecimento e as potencialidades dos sujeitos. Como diz Kilomba (2019), na citação acima, ser ouvida/o é ser aceito, é ter um aval para pertencer, para existir naquele determinado contexto. Assim também

é com a escrita, da mesma forma que ser ouvida/o produz algum tipo de pertencimento, escrever também produz. Glória Anzaldúa, em seu ensaio, “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, traz a potência da escrita de mulheres negras e latinas, e relata os desafios que enfrenta para escrever em seu dia a dia. A autora faz reflexões sobre o processo de aceitação e formação da identidade de escritora.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Assim como Anzaldúa, propomos trazer uma escrita, atravessada pelas narrativas das mulheres de nossa pesquisa, uma escrita que afirmará essas existências, suas vidas, trabalhos e cotidianos. Sendo assim nos dispomos a realizá-la de forma comprometida, e que de fato expresse as realidades narradas pelas nossas participantes. Como diz a autora, não temos escolha. Escrever assim não é fácil, produz insegurança e medo, e quando isso acontece, paro um pouco, faço outras coisas, ouço música, cozinho, limpo a casa, tento me esquivar, mas não consigo, retorno e recomeço, às vezes do início, do meio ou do fim, eu não escolho, as palavras surgem e se articulam, eu escrevo, depois apago, mudo parágrafos de lugar, mudo de ideia e retorno à anterior em questão de segundos.

Da mesma forma, acredito que outras mulheres em algum momento de suas escritas, tiveram/têm dúvidas sobre seu potencial para escrever, essas dúvidas são fruto de um longo período de desvalorização e desmerecimento, tendo nosso lugar de pesquisadora/escritora questionado, assim como nossas capacidades e aptidões sendo colocadas à prova, e isso faz com que algumas vezes nós cheguemos a duvidar da nossa própria capacidade.

Como mulher que intenciona uma escrita comprometida, me encontro na mesma condição marginalizada que tantas outras semelhantes a mim. Escrever e ter nossa escrita legitimada é um desafio, estar nas margens nos faz sentirmos seguras, porque esse é o lugar que

conhecemos, nos reconhecemos e nos localizamos, construímos conhecimentos e formamos nossa identidade. Mas ocupar o centro e transitar em um meio onde historicamente não somos aceitas, nos traz angústias e incertezas. Saber que estamos “chutando a porta”, entrando em todos os lugares é como um combustível que nos impulsiona diariamente para caminhos cada vez mais longos. Mas, para que esse caminho não se torne tão solitário, estar acompanhada de outras mulheres, nos traz certa segurança. Na sequência, apresentaremos detalhes sobre as mulheres que protagonizam nossa pesquisa e que nos acompanharam nesse caminho. Iniciaremos situando-as geograficamente.

Realizamos nossa pesquisa com a colaboração de mulheres que residem na cidade de Flexeiras/AL, um pequeno município no interior do estado, com aproximadamente 13 mil habitantes, localizado na zona da mata (IBGE, 2010). A localidade pertencia inicialmente ao município de São Luiz do Quitunde, fazendo parte de um dos seus três distritos. Há registros de que muito antes desse período, a região já era ocupada por povos indígenas, que com a instalação de fazendas acabaram migrando para outras regiões.

A povoação do território da cidade iniciou-se por volta de 1915, com a instalação de uma fazenda que passou a empregar muitos trabalhadores. Com a grande oferta de emprego, muitas pessoas mudaram-se para a localidade com a finalidade de ficar mais próximas do trabalho. A exemplo da primeira fazenda, outras foram se instalando no local, o que fez com que uma pequena vila se formasse, e com ela pequenos comércios, que estimularam o desenvolvimento econômico do local.

Com o desenvolvimento econômico também veio a urbanização, e em abril de 1961, a pequena vila teve sua emancipação declarada, tornando-se independente da cidade de São Luiz do Quitunde (IBGE, 2022). Posteriormente, um grande grupo açucareiro instalou uma de suas usinas de cana de açúcar no local, o que impulsionou ainda mais o desenvolvimento da cidade. Porém, esse período de grande oferta de trabalho, com o passar dos anos, foi ficando escasso em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas pela usina, que acabou encerrando suas atividades, após mais de 30 anos em funcionamento. Com a falta de emprego, uma grande parte da população, em especial os homens, passaram a se descolar para outras cidades ou estados em busca de trabalho, o que causou um encolhimento populacional.

Hoje Flexeiras faz divisa com as cidades de Messias, Joaquim Gomes e São Luiz do Quitunde, todas elas integram a zona da mata alagoana, juntamente com outras cidades que possuem características geográficas semelhantes. Além de características geográficas, essas cidades também possuem características demográficas semelhantes. São Luiz do Quitunde antes de se tornar uma cidade, tinha seu território ocupado por povos indígenas, assim como as

terras que hoje compõem a cidade de Flexeiras (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2018). A cidade de Joaquim Gomes também faz divisa com ela e abriga uma das maiores comunidades indígenas do estado de alagoas, a Wassu Cocal. Dessa forma, a população flexeirense apresenta em sua cultura e genealogia características dos povos indígenas.

As protagonistas desta pesquisa são mulheres integrantes de um Empreendimento Solidário, fruto de uma ação realizada pelo CRAS do município. A trajetória do empreendimento se inicia com um curso de corte e costura, inicialmente ofertado pelo Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI), e posteriormente absorvido pela instituição CRAS. A gestão municipal, percebendo que existia uma alta demanda de mulheres interessadas em participar desse curso, decidiu com recursos próprios, realizar sua oferta, destinando-o a mulheres inscritas no CadÚnico e em benefícios assistenciais, mulheres essas, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Aprender coisas novas e perceber ser capaz de confeccionar peças que antes não sabiam como fazer, alegrou e motivou muitas das alunas, que acabaram adquirindo máquinas de costura, inicialmente para praticar e consertar alguma roupa para a família, mas com o passar do tempo isso se modificou. Motivada pela necessidade financeira que se apresentava de forma acentuada entre as alunas, a instrutora do curso Claudemira, que na época além de ensinar também fazia costuras por encomendas, percebeu o interesse de algumas mulheres de transformar essa prática em uma profissão, de modo que elas pudessem gerar algum tipo de renda. Assim, ela teve a ideia de criar um grupo de trabalho, onde elas pudessem pôr em prática aquilo que aprenderam no curso, trabalhar e gerar renda. Paulatinamente, o grupo de Economia Solidária foi tomando forma. Claudemira que já costurava profissionalmente passou a articular encomendas que pudessem absorver o conhecimento das alunas, a costura era feita de forma coletiva na própria instituição CRAS, ou em suas residências, já que todas as integrantes tinham máquina de costura, em relação aos valores recebidos, eram divididos de forma igualitária. Quando perceberam, já tinham formado um grupo que costurava de forma coletiva, com princípios de autogestão, solidariedade e igualdade. Desde suas primeiras iniciativas já se passaram mais de cinco anos.

Hoje o grupo é formado por aproximadamente 10 mulheres, que residem na zona urbana e rural. Todas estão incluídas no CadÚnico, e recebem algum tipo de auxílio assistencial, são consideradas como membras de famílias em vulnerabilidade social, com renda per-capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Algumas delas se conheceram quando passaram a ser alunas do curso de corte e costura, outras já se conheciam, pois residem na mesma cidade, nesse curso

elas aprenderam a costurar do nível básico ao avançado, pondo em prática seu aprendizado através da realização de pequenos consertos e a confecção de roupas para uso próprio.

Para ingressar no grupo de Economia Solidária, era/é necessário que as mulheres interessadas, já tenham adquirido algumas habilidades básicas com a costura e com o corte de algumas peças, a divisão do trabalho é realizada de acordo com essas habilidades. A maior demanda de trabalho vem por parte da prefeitura do município com a confecção de uniformes; roupas descartáveis e máscaras para uso dos profissionais de saúde; fantasias para a banda de fanfarra do município; roupas e fantasias para os grupos de convivência que compõem o CRAS, entre outros tipos de trabalhos. O nome escolhido por elas para o empreendimento, foi “Mulheres da Costura”, através dele elas passaram a ser reconhecidas por outros usuários do serviço e pela população da cidade.

O convite para participar desta pesquisa foi feito inicialmente para Claudemira, a articuladora do grupo. Em um primeiro momento, apresentamos a pesquisa e expomos seus objetivos. Além disso, compartilhamos como pensávamos em conduzir os momentos de encontros e diálogos. Após seu aceite, ela nos auxiliou na articulação com as outras integrantes.

Com a pandemia, todas as atividades grupais que funcionavam no CRAS foram suspensas por um determinado período, assim, eu que as via com frequência na instituição, passei a não ter contato com elas por algum tempo. Para realizar os convites solicitamos à Claudemira o contato das integrantes, por ela fomos informadas/os que não seria possível o acesso a todas, algumas residiam na zona rural, não tinham acesso a celular, e ela não sabia informar seus endereços. Outras estavam fora do município em viagens e não sabiam quando iriam retornar, e outras haviam se integrado ao grupo muito recentemente, de forma que não possuíam ainda muita experiência com os trabalhos desenvolvidos pelo grupo. Sendo assim, ela nos indicou as integrantes que participavam a mais tempo e que poderiam ter disponibilidade para colaborar com a nossa pesquisa. Desta forma, ela sugeriu os nomes de mais quatro mulheres, três residentes na zona urbana e uma na zona rural.

Entramos em contato e realizamos o convite, apresentamos a pesquisa, seus objetivos e como pensávamos em realizar os encontros, todas aceitaram de pronto, ficaram felizes e até emocionadas em saber que o trabalho que elas realizam lá no interior do estado de Alagoas, estava sendo reconhecido como um movimento importante, e o seu trabalho estava sendo valorizado, não apenas através de benefícios financeiros, mas também através dos benefícios sociais e individuais. Saber que alguém se interessa por aquilo que elas fazem, as fizeram sentir-se importantes e reconhecidas. A maioria das integrantes do grupo compõe famílias com extremas dificuldades financeiras, sociais e familiares. São mulheres na faixa etária aproximada

de 30 a 60 anos, algumas analfabetas, vindas de famílias numerosas da zona rural, que se estabeleceram na zona urbana.

Em razão da impossibilidade de manter uma sede própria para o empreendimento, o que iria gerar despesas com aluguel, água e luz, despesas essas que elas não conseguiriam arcar, o CRAS do município se ofereceu para prestar esse suporte. Hoje, além de ser o espaço onde elas aprendem a costurar, a instituição também faz o papel de sede, sendo o local de referência para o trabalho que elas desenvolvem. Em alguns momentos até as máquinas de costura da instituição foram cedidas para que elas pudessem trabalhar.

Hoje, todas as participantes da nossa pesquisa possuem sua própria máquina de costura, algumas doadas, outras compradas por valores bem acessíveis e outras foram presentes da mãe ou de algum familiar, mas o que importa mesmo, é que ter uma máquina de costura em casa lhes dá liberdade para trabalhar, possibilita confeccionar suas encomendas ou fazer seus consertos de roupas em horários variados, na hora em que os filhos estão na escola, ou quando estão dormindo. Essa liberdade lhes trouxeram poder para organizar seus horários de acordo com as suas necessidades.

Para os diálogos, inicialmente consideramos que o CRAS seria o local ideal para a realização dos encontros, por existir uma familiaridade com o espaço e um vínculo positivo estabelecido ali. No entanto, desconsideramos essa possibilidade, pois na época a instituição se encontrava com suas atividades suspensas, em decorrência da pandemia, e a retomada se daria apenas após a vacinação contra a COVID-19, que ainda estava acontecendo de forma lenta naquele município. Em respeito aos protocolos de segurança, apenas as/os funcionárias/os e algumas usuárias do serviço que haviam tomado a primeira dose da vacina, puderam retornar às atividades, e essas passaram a acontecer no formato de rodízio com o menor número possível de integrantes.

Como uma forma de prevenção, algumas mulheres, mesmo após a primeira dose da vacina, preferiram evitar o retorno em decorrência do alto número de casos da doença. Diante de todos esses fatores, levantamos a hipótese de realizar nossos encontros de forma virtual, mas ao levarmos em consideração tudo o que envolveria nesse processo – o acesso das participantes às tecnologias digitais, a disponibilidade de uma internet que permitisse realizar chamadas de vídeo por um período considerável de tempo, o conhecimento e as habilidades necessárias para a utilização de plataformas digitais como o google Meet, Zoom e Microsoft Teams –, nos fez entender que não seria uma possibilidade acessível a todas, pois como já colocado anteriormente, elas integram famílias em alta vulnerabilidade social.

Após analisarmos todos esses fatores, e conversarmos com todas elas, surgiu a possibilidade dos nossos encontros acontecerem de forma presencial, em suas residências. Esse seria o lugar mais acolhedor em que nós poderíamos conversar, dialogar. Então, decidimos em comum acordo com as participantes, que os encontros aconteceriam em suas casas. Gostaríamos de ressaltar, que esse aceite em nos receber se deu porque um vínculo anterior já havia sido estabelecido entre nós, o que possibilitou tanto a abertura para a realização do convite para participar da pesquisa, como para nos receber em suas residências. Consideramos essa, uma oportunidade de conhecer cada uma delas de maneira mais próxima. Foi realmente importante para o entendimento do quanto esse grupo é significativo e está inserido no cotidiano de cada uma das integrantes.

Apenas uma das cinco mulheres residia na zona rural e nosso encontro aconteceu através da plataforma digital, google meet; isso só foi possível porque essa participante dispunha de uma conexão de internet compartilhada, disponível em sua casa, e seu filho possuía um smartphone que permitiu o acesso à plataforma. Ele também a auxiliou em relação à conexão e ao uso do instrumento.

Em nosso planejamento inicial, desejávamos realizar dois encontros, com cada uma das participantes, mas diante da necessidade de cuidados com a saúde, definimos que faríamos apenas um, e nele, traríamos todos os pontos que pretendíamos dialogar. O tempo de duração dos encontros não foi estabelecido, cada um deles durou o tempo necessário para que elas expressassem o significado daquele grupo, e nós, entendêssemos o funcionamento dele. Aproveitamos a oportunidade do encontro presencial para deixamos em aberto a possibilidade de um possível retorno para um segundo encontro, caso fosse necessário.

Para os encontros domiciliares, respeitamos todos os protocolos de segurança indicados pelo Ministério da Saúde: utilizamos máscaras de proteção, nos dispomos em ambientes arejados, em sua maioria nas salas de suas casas, sempre com janelas abertas para facilitar a circulação de ar; mantivemos uma distância mínima de um metro entre a pesquisadora e as participantes, e todas havíamos tomado ao menos uma dose da vacina contra COVID-19. Os encontros foram agendados de acordo com a disponibilidade de cada uma delas, que indicaram o dia e o horário em que poderiam nos receber.

Antes de iniciarmos nossos diálogos, solicitamos a elas, autorização para a gravação em áudio dos nossos encontros, também perguntamos se poderíamos apresentar nesta pesquisa seus próprios nomes, ou se gostariam que utilizássemos nomes fictícios, todas permitiram a gravação, assim como a utilização de seus nomes. Para os diálogos, elaboramos um bloco de tópicos, com temas que gostaríamos de conversar, nada rígido, apenas um suporte para levantar

questões que considerávamos ser importantes para a condução desta pesquisa. Dentre os tópicos abordados, falamos sobre: a trajetória de vida de cada uma delas; como conheceram o grupo de costura e como foi o processo de transição para a geração de renda; o que despertou o desejo delas em participar; e depois de conhecer o funcionamento dele, quais motivos as mantiveram; também conversamos sobre o dia a dia de trabalho, e as relações interpessoais, assim como, a interação do grupo com a comunidade; os desafios da gestão coletiva; os trabalhos que fizeram nos últimos anos, dentre outros tópicos que nos auxiliaram no processo de conhecimento das mulheres e do empreendimento como um todo.

Realizamos os cinco encontros no prazo de um mês, alguns coincidiram com os dias em que eu estava no município a trabalho, o que facilitou meu acesso e deslocamento. Em outros, tive que me deslocar da cidade de Maceió para a cidade de Flexeiras, cerca de 65 km de distância, exclusivamente para a realização desses encontros. A recepção das participantes, foi acolhedora, todas já nos aguardavam no horário combinado, a experiência de ir até as suas casas foi um exercício de contato com a realidade delas, conhecer seus bairros, suas casas, em alguns casos outros integrantes de suas famílias, e o local onde elas realizam suas costuras.

Com toda a experiência vivenciada e todas as reflexões realizadas através dos diálogos com as “Mulheres da costura”, embasados nos diálogos de colaboração como sugere bell hooks (2013) –, tentamos compreender o funcionamento desse grupo, sua relação com o trabalho cooperado; as dificuldades em gerir um empreendimento de Economia Solidária; a interação do grupo; o desenvolvimento da autonomia pessoal; a relação comunitária e social, e a inserção dos serviços no mercado local.

Estabelecemos diálogos porque entendemos que o conhecimento se faz de forma coletiva. Juntas/os rompemos com a ideia de que a aquisição de conhecimentos é particular, individualista e competitiva. Ao escolher e nutrir o diálogo, nos envolvemos mutuamente em uma parceria de aprendizagem, eles envolvem doação e compartilhamento de conhecimento, o diálogo é uma iniciativa de cooperação (HOOKS, 2019).

Entendemos também, que quando estamos abertas/os para o compartilhamento genuíno de conhecimentos, os vínculos de confiança são estabelecidos, e foi esse vínculo que permitiu que nossas participantes pudessem se colocar de forma verdadeira diante das discussões e das questões que foram levantadas. Quando oportunizamos o diálogo, não estávamos apenas possibilitando que as mulheres pudessem contar suas próprias experiências, também estávamos contando as nossas próprias histórias, numa conversa fecunda que expressou a confiança estabelecida. O diálogo tem também o poder de nos direcionar para

diferentes caminhos, e nos ajuda a olhar para questões complicadas a partir de diferentes perspectivas (HOOKS, 2013). Essa foi a nossa experiência.

Como já exposto nos parágrafos anteriores, os dados apresentados nesta pesquisa, se constituíram através dos diálogos estabelecidos com as mulheres participantes. Para a realização da análise, optamos pelo método da análise de conteúdo. Esse método é muito utilizado na análise de dados qualitativos, e considera um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos daqueles diálogos (CAMPOS, 2004). Esse tipo de análise permite uma certa liberdade por parte da/o pesquisadora/or, para categorizar ou organizar o conteúdo de acordo com a relevância que eles apresentam, para os objetivos da pesquisa.

Assim, estruturamos a análise da pesquisa em algumas etapas. A primeira delas pode ser aplicada a qualquer método de análise, seja ele qualitativo como é o caso da nossa pesquisa, ou quantitativo, essa é a fase de *pré análise* dos materiais. Nesta etapa foi realizada a transcrição dos áudios, pois em nosso caso os diálogos foram gravados, e em seguida realizamos a leitura desses materiais. Inicialmente, pudemos nos aproximar das informações a serem analisadas, e formamos as primeiras impressões sobre o material que foi produzido. Nesta fase, também começamos a sistematização de ideias nos direcionando aos objetivos da pesquisa.

A segunda etapa diz respeito à releitura, análise e categorização dos materiais. Essa fase está diretamente ligada aos objetivos da pesquisa. Ao categorizar o material, levamos em consideração a análise dos objetivos, sendo assim, ela é fundamental para estabelecer uma estrutura. Porém, não são apenas os objetivos que possuem influência sobre as escolhas das categorias, o próprio material pode sinalizar essa necessidade. De acordo com Campos (2004), essa categorização é totalmente dependente do contexto dos diálogos. A exemplo da nossa pesquisa, inicialmente não era nosso objetivo analisar a promoção de saúde mental favorecida pelo trabalho no modelo econômico solidário, mas no estabelecimento dos diálogos, esse aspecto se mostrou importante para as mulheres, e passou a integrar uma das categorias de análise.

Assim podemos afirmar, que esse tipo de pesquisa é moldado no caminho, no percurso que está sendo trilhado naquele momento. Apesar de termos objetivos bem definidos antes do início da pesquisa de campo, após dialogarmos com as participantes, algumas rotas puderam ser modificadas, quando percebemos que aqueles pontos apresentavam-se de forma relevante, de modo que pudéssemos trazer para a pesquisa, a essência daquele grupo.

A terceira e última etapa está relacionada à interpretação dos resultados e a costura desses com as epistemologias e literaturas adotadas, no caso desta pesquisa, adotamos uma

análise embasada nas epistemologias feministas, e utilizamos uma grande variedade de autoras/es que discutem tanto as relações de gênero, quanto autoras/es que discutem o modelo econômico proposto pela Economia Solidária, tentando a todo momento respeitar a singularidade do empreendimento que pesquisamos, e ao mesmo tempo, tentando estabelecer relações entre todos esses aspectos. Em meio à teia de ideias, teorias e discussões, realizamos a análise dos diálogos utilizados em nossa pesquisa. Em todas as etapas da análise, realizamos a observância do sentido que as colaboradoras atribuíam ao seu discurso, atenta aos pontos que elas assinalavam como mais ou menos relevantes, permitindo que nossa pesquisa acontecesse a várias mãos, como foi nossa proposta inicial.

De acordo com Campos e Turato (2009), a escolha de um método de análise, assim como as suas técnicas para a produção de dados, deve ser feita sob um olhar multifacetado, observando uma totalidade, com toda a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos pelos indivíduos que vivenciam tal realidade. Diante disso, não poderíamos e não deixamos de considerar aquilo que se apresentou como relevante para as participantes, e conseguimos estabelecer um diálogo que não foi apenas entre a pesquisadora e as colaboradoras, mas um diálogo entre elas e a literatura. A centralidade da nossa pesquisa se presentifica nelas e o modo como um grupo de mulheres do interior de Alagoas constitui e conduz um empreendimento solidário, com todas as responsabilidades e dificuldades que isso representa.

CAPÍTULO 4. O TRABALHO DE MULHERES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS PSICOSOCIAIS, ECONOMICOS E PRODUÇÃO DE AUTONOMIA

No capítulo anterior, apresentamos o perfil sociocultural e econômico das nossas participantes. Neste capítulo, apresentaremos o grupo, como ele se constituiu, bem como, os desdobramentos após o processo de organização das mulheres que o compõem. Nossa proposta, é alinhar as histórias de vida das nossas participantes, entrelaçando-as aos objetivos desta pesquisa. A formação do grupo e a vida dessas mulheres se encontram e se misturam, há nessa relação uma forte interdependência entre o trabalho e as relações interpessoais, estabelecidas no seio do empreendimento.

Para apresentar o grupo e discutir sobre os objetivos deste trabalho, faremos uma costura entre os diálogos que estabelecemos com as participantes e a produção de conhecimento do campo estudado – a Economia Solidária –, articulando as histórias das participantes ao desenvolvimento do grupo “Mulheres da Costura”. Iniciemos por Claudemira!

4.1. Claudemira, a constituição do grupo e o processo de tornar-se educadora

Como apresentamos no capítulo anterior, o grupo de Economia Solidária surgiu a partir de um curso de corte e costura ofertado pela Secretaria de Assistência Social do município de Flexeiras. Na época de sua constituição ele acontecia em um espaço destinado a atividades com os idosos da cidade. Como a demanda em busca do curso era grande, ele tornou-se uma oferta permanente do município. Após alguns anos, o CRAS decidiu absorver-lo e levá-lo para dentro da instituição, o que antes era ofertado abertamente para todas as pessoas da comunidade, tornou-se exclusivo para as usuárias dos programas socioassistenciais. Um dos critérios para o ingresso era estar incluída no CadÚnico. O período de duração do curso era de um ano.

Claudemira é a líder e articuladora do grupo, viúva e mãe de dois filhos, residia na zona rural da cidade de Flexeiras no Povoado Peixe. Posteriormente, passou a morar na cidade, na época com o marido, os filhos e os avós. Assim como tantas mulheres, dedicou muitos anos de sua vida ao cuidado, inicialmente para com os filhos e marido, e posteriormente, para com os avós e parentes. Em um determinado momento de sua vida, decidiu que era a hora de realizar um desejo antigo: aprender a costurar. Queria fazer roupas para si e para seus filhos. Quando na cidade foi ofertado um curso de corte e costura, ela não hesitou, se inscreveu, e após alguns

anos, a aluna se tornou a instrutora do curso e articuladora do grupo “Mulheres da costura”, sendo a maior incentivadora de suas integrantes.

Não trabalhava, mas eu queria costurar pra casa, pra mim, porque eu sempre gostei, eu sempre achei bonito e era o meu sonho. Mas aí eu fui tentando, fui fazendo pra casa, as pessoas foram vendo e foram pedindo, eu fui fazendo e assim isso virou uma profissão, a costura virou uma profissão. Foi quando eu fui convidada, né? Não lembro bem o ano, já tem quatro anos que eu trabalho no CRAS (Claudemira).

Quando Claudemira, carinhosamente chamada de Ninha, entrou no curso, não sabia costurar, seu aprendizado se deu em parte naquele ambiente. Ela recorda da relação que era estabelecida entre alunas e instrutoras. Com uma delas, aprendeu apenas a cortar e costurar saias, vestidos e blusas, o que a deixava pouco satisfeita, já que tinha um filho e desejava confeccionar shorts e calças para ele. Um dia questionou a instrutora sobre o motivo dela não ensinar a fazer essas peças, e ela lhe confidenciou que não sabia cortá-las. Claudemira então decidiu que aprenderia a confeccioná-las através de outros meios, já que no curso não seria ensinado.

Uma de suas vizinhas sabia costurar, e passou a cortar as peças para ela. Sem que ninguém a tivesse ensinado, Claudemira começou a costurar, e assim, na prática, ela foi aos poucos aprendendo esse ofício.

A instrutora só ensinava a fazer saia sabe? como eu tinha um menino e uma menina eu queria aprender os dois (...) depois com o tempo ela começou a confiar mais em mim aí ela revelou, disse que não sabia fazer calça, não sabia fazer shorts, nem bermudas (...), mas eu não desisti. Tinha uma vizinha minha, ela cortava, e eu só costurava, aprendi a costurar e não a cortar (Claudemira).

Fica claro a importância do curso de corte e costura na formação de Claudemira, mas ela também destaca a contribuição de sua vizinha nesse processo, atribui a ela parte desse aprendizado. Além da limitação em relação ao que era ensinado no curso, outros fatores se apresentaram como desafiadores naquele ambiente. Em seu relato, Claudemira assinala o relacionamento com as instrutoras. Para ela, não havia diálogo, nem troca de experiências, apenas uma espécie de segregação e predileção em relação a algumas alunas.

A segunda instrutora, ensinava tudo, ela sabia cortar tudo, mas tinha um porém, ela era uma pessoa muito arrogante, tipo ela verbalmente maltratava as pessoas, humilhava se a gente perguntasse duas vezes a mesma coisa, ela dava a entender que a gente era burra, que a gente não ia conseguir aprender e isso foi vivido um pouco o aprendizado da gente, né? Porque a gente ficava

com vergonha de perguntar, algumas desistiram, mas eu não desisti e eu fui levando assim (Claudemira).

Ela não foi a única mulher do grupo a se sentir incomodada com os comportamentos excludentes das instrutoras. Maria Helena, outra aluna do curso, relata:

Comecei, mas eu não me sentia bem, porque não eram as alunas. A professora, fez tipo uma cooperativa dela com mais quatro. Com mais três. E você ali dentro, se ela lhe ajudava a cortar uma roupa, quando você ia costurar, que você costurava que levava pra ela, ela dizia: desmancha que está errado. Só pra você não ter direito de cortar outra peça, que era para ela ter mais tempo com as outras (Maria Helena).

O descontentamento com as instrutoras era uma unanimidade no curso, o que fez com que algumas das alunas desistissem. A coordenação do CRAS percebendo o que estava acontecendo, realizou o desligamento das profissionais, deixando a vaga disponível. Para a surpresa de Claudemira, ela foi convidada a ocupar a vaga. Sentiu-se grata pela oportunidade, mas insegura ao mesmo tempo. Até aquele momento, ela era apenas uma aluna que havia aprendido a costurar recentemente e não tinha experiência alguma como educadora.

Aí foi quando eu fui convidada pra fazer parte do grupo de funcionário, né? Pra ser instrutora do CRAS, do curso de corte e costura. Foi quando assim veio aparecer essa oportunidade, veio o medo? Veio. Mas aí eu enfrentei o medo para poder ver até onde eu podia ir, né? E comecei. Foi um nervosismo assim bem complicado, pra mim enfrentar uma turma onde eu estive naquela posição né? E eu peguei uma turma muito boa que também tinha vindo dessa outra instrutora que humilhava muito e tudo e peguei uma turma que tinha na mente que não aprendia, que gente que é velho não aprende mais nada, que é burra, e tudo tinha na cabeça das mulheres e eu fui, aos poucos, tirando isso e botando elas assim o ânimo delas pra cima, fui ajudando e hoje elas são o meu maior orgulho porque elas moram na zona rural de onde eu vim, da usina que hoje é um povoado. E hoje elas costumam lá para as outras pessoas (Claudemira).

No aprender a costurar, Claudemira também aprendeu a ensinar, seu processo de aprendizagem não se deu de uma vez só, assim como não se dá nada na vida. Ela aprendeu o que precisava para ser costureira com as instrutoras do curso, com a vizinha, e sozinha com sua curiosidade. Mas ensinar? Ela aprendeu com quem? O movimento realizado por ela até chegar ao ponto de se tornar educadora, não aconteceu pelos exemplos que teve de suas antigas instrutoras, que segundo ela, não foram positivos. Sua transição de aluna para educadora, aconteceu através das vivências, experiências e compartilhamentos com suas colegas em sala. Quando aluna, ela pôde identificar as necessidades do grupo, suas potências e dificuldades. No

momento em que surgiu a oportunidade para ensinar, ela sabia exatamente as demandas, as dinâmicas e as potencialidades do grupo.

Claudemira foi fundamental para o crescimento do grupo. Ela era uma delas. Ainda que o lugar de educadora lhe colocasse num mundo a ser descoberto e construído na relação com aquelas mulheres, ela sabia o que fazer. Precisava encorajar a turma, “botando elas assim, o ânimo delas para cima”, fazendo-as acreditar que para o aprendizado não existia limites de idade, território ou gênero. Ela se comprometeu com a turma e com a possibilidade de fazer dessa experiência algo que fizesse sentido para as participantes do curso, e produzisse autonomia, como veremos posteriormente. “Fui ajudando e hoje elas são o meu maior orgulho”, diz Claudemira.

O fato de Claudemira, estar integrada àquele contexto, na condição de aluna, facilitou a identificação das necessidades daquela coletividade, podendo agora na condição de educadora, utilizar métodos que atendessem às necessidades das aulas, com um olhar de dentro para fora. Freire (1996) ressalta a importância dessa educação construída em conjunto, onde os saberes dos alunos são considerados importantes e integrados em sala de aula. Na verdade, posso ir até um pouco mais longe e afirmar que não apenas o conhecimento social e cultural dos alunos devem ser considerados, mas também o conhecimento dos educadores, cada educador se constitui de acordo com as experiências que vivencia diariamente dentro e fora das salas de aulas.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, p. 16).

Outro ponto expresso por Freire (1996) que dialoga com a prática exercida por Claudemira, é o comprometimento com as alunas. De acordo com o autor não é possível estabelecer uma relação de troca verdadeira, entre alunas/os e professoras/es, se essas/es não estiverem disponíveis para expor o que pensam e o que sentem em relação a aquele ambiente e ao que ali está sendo construído. Comprometer-se faz parte do processo de educação e faz parte do processo de confiança que deve ser estabelecido entre as partes, sendo importante que o discurso da/o professora/or esteja alinhado às suas ações. Claudemira mantém-se a todo o tempo alinhada com suas alunas, quando na posição de educadora, e como companheira e colega no grupo de Economia Solidária.

É transformador, quando um educador faz da sala de aula um contexto democrático, onde todos sintam a responsabilidade de contribuir, assim é possível reconhecer o valor de cada voz individualmente, e para que haja esse reconhecimento, é necessário que o educador compreenda os diversos contextos culturais dos seus alunos. Esse ato por si só, transforma a sala de aula, facilita a partilha de ideias e conhecimentos (HOOKS, 2013).

Claudemira, nunca imaginou que se tornaria uma educadora, ela ingressou no curso de corte e costura, para se tornar uma costureira, não uma professora. Não ter uma experiência anterior como educadora, permitiu que ela se constituísse como tal, de forma livre, partindo de suas experiências, formando sua própria identidade e aprendendo na prática da sala de aula, os métodos de ensino que se adequavam a como ela desejava ensinar. Isso lhe abriu um leque de possibilidades para o estabelecimento das práticas educativas que desejava desenvolver, e facilitou a abertura de espaços para a construção de novas experiências. Sobre o processo de tornar-se uma educadora, traremos a seguir um relato de hooks:

(...) sinto que meu gesto de ensinar, foi fundamentalmente estruturado pelo fato de nunca ter querido ser acadêmica. Por isso, nunca me imaginei como uma professora universitária, antes de entrar em uma sala de aula. Acho que isso é significativo, pois me liberou para sentir que a professora universitária, é algo em que eu vou me tornando, e não uma espécie de identidade já estruturada que levo comigo para a aula (HOOKS, 2013, p.177).

Diante da possibilidade de se reinventar, Claudemira encontrou em sua experiência enquanto aluna, os meios necessários para forjar-se professora. A forma como tudo aconteceu, a colocou em um papel de destaque naquele grupo, e a transformou em uma inspiração para as outras mulheres.

E o interessante é que elas se espelham justamente em mim. Porque eu no passado não tinha profissão, não gerava renda e também era nessa faixa etária de carência, e hoje eu passei a ser instrutora então elas se espelham em mim pra que elas tenham vontade de aprender né? Muitas delas diz assim eu estou hoje como instrutora, mas é isso que elas querem aprender. É o que eu aprendi, pra poder ela gerar renda em casa, pra poder ela costurar (Claudemira).

Claudemira tornou-se educadora e instrutora do curso de corte e costura, porém ela queria mais, queria favorecer a autonomia financeira das mulheres que participavam do curso, utilizando suas habilidades em costura. A ideia de realizar um trabalho colaborativo e cooperativo já havia sido especulada quando ela ainda era aluna, porém, as instrutoras anteriores não aderiram à ideia. Quando ela se viu na posição de tomada de decisão, veio à tona o desejo que já nutria: de formar uma cooperativa com as alunas que faziam parte do curso. Ela então sugeriu a formação do grupo, que tinham como objetivo, realizar atividades costuras de

forma coletiva, e assim gerar renda para as mulheres que o integrassem. As alunas acolheram a ideia, e Claudemira tornou-se fundadora e liderança do grupo de Economia Solidária, nomeado “Mulheres da costura”.

Era um desejo de quando eu era aluna. E quando eu passei a ser instrutora o desejo aumentou, de formar essa cooperativa. Foi quando eu decidi que o grupo Geração de Renda ¹¹realmente ia gerar renda pra quem fazia, pra todas, não era só para uma ou um grupinho, era pra todas, e daí tudo que entra, pode ser uma ou dez peças, então todas confeccionam as dez peças para todas ganharem (Claudemira).

A percepção dela sobre as necessidades financeiras que envolviam suas alunas, foi a principal motivação para criar o grupo de Economia Solidária. Ela define o perfil das participantes da seguinte forma:

A maioria, não todas, mas a maioria é sempre aquelas que é carente, as que não tem renda, que vem diretamente e recebe o Bolsa Família, que tem os filhos e não está conseguindo assim arcar com as despesas. São pessoas carentes. Então a maioria. E realmente elas não têm uma profissão, não trabalham (Claudemira).

O perfil de vulnerabilidade social das mulheres, despertou em Claudemira o desejo de apresentá-las uma opção onde pudessem aprender uma profissão e melhorar sua condição financeira. Inicialmente as mulheres do grupo “Mulheres da costura”, ingressaram em um curso de corte e costura, que foi a porta de entrada, para posteriormente, formarem um grupo de Economia Solidária. O grupo se formou na medida em que elas também se constituíam como profissionais. Logo, o ingresso no curso, o processo de aprendizagem e a formação do grupo de Economia Solidária, aconteceram de forma processual.

Algumas vezes é difícil para elas separarem as experiências vivenciadas no curso, onde elas aprenderam a costurar, e as experiências do grupo de Economia Solidária, onde elas põem em prática aquilo que aprenderam nas aulas do curso, tudo isso porque ambos os espaços são ocupados praticamente pelas mesmas mulheres. Para dificultar ainda mais essa separação, o espaço destinado tanto para o ensino, quanto para o trabalho é o mesmo, o CRAS do município. Desta forma, as ações em que nitidamente elas conseguem realizar a separação entre um fazer e outro, são as atividades que trazem algum rendimento. As que estão ligadas ao convívio entre elas, são facilmente entrelaçadas.

¹¹ Indicamos no texto, que o nome oficial do grupo de Economia Solidária é “Mulheres da costura”, porém no dia a dia elas se referem a ele como grupo de geração de renda, fazendo uma ligação entre o grupo e seu objetivo.

Um dos pontos que buscamos trazer para nossas análises, são os motivos que as direcionaram para um empreendimento de Economia Solidária. Porém, quando elas ingressaram no curso, o grupo ainda não existia, então os motivos que as conduziram até o grupo, foi a adesão à ideia proposta por Claudemira de criar uma cooperativa, onde elas pudessem trabalhar e gerar renda.

Pesquisas realizadas pelo IPEA (2016) apresentam dados em que a maioria dos empreendimentos solidários tiveram a geração de renda como principal motivo para a adesão das/os integrantes:

As respostas mais comuns encontradas sobre a motivação para a constituição dos empreendimentos foram: obter uma fonte complementar à renda da família; alternativa ao desemprego; obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo; estar em uma atividade onde todos são donos; e auxiliar no desenvolvimento comunitário (IPEA, 2016, p. 23).

Com o grupo dessas mulheres não foi diferente. Desde o primeiro momento, isso estava posto. No entanto, essa dimensão era mais presente na pessoa de Claudemira, que foi fundamental para fazê-las apostar na ideia, já que suas expectativas em relação ao grupo já perpassava por essas questões.

A geração de renda teria sido o motivo inicial para que elas pudessem ingressar. Mas depois de conhecer, o que as fizeram permanecer? A seguir nos propomos a analisar os motivos que as mantiveram no grupo:

(...) eu gostava do ambiente, gostava da turma, era legal e eu aprendia mais. Né? Ele era um aprendizado, todos os dias era uma coisa diferente. Né? Aí por isso que eu continuei (Neliane).

Porque eu me dava bem com as pessoas né? Andava bem com elas e realmente era a coisa que eu queria fazer mesmo, não tinha trabalho, não tinha nada aí eu achava que era importante pra mim (Lourdes).

Ah o que me fez permanecer era o desejo de aprender mais porque a gente sabe que as coisas mudam, vão mudando, o desejo de aprender mais e a união com as meninas que eu gosto das meninas, (...) o grupo todo, ali, porque ali era uma coisa é uma coisa muito gostosa, sabe? (Maria Helena).

Destacando as dimensões que podem ser favorecidas com o trabalho em Economia Solidária, além da geração de renda, Parente e Coelho (2019), dizem que o acesso aos recursos financeiros podem trazer melhorias nas condições de vida das mulheres, no entanto, não é apenas o fator renda que as beneficia, o trabalho em Economia Solidária é multidimensional, envolvendo assim, família, renda, políticas públicas, educação e outros elementos sociais. Os

autores reafirmam as experiências citadas acima por nossas participantes, ao sinalizarem outros elementos impulsionadores do grupo. Nas falas das mulheres, elas citam o desejo de aprender e o ambiente acolhedor, como também sendo alguns dos motivos que as fizeram permanecer no grupo.

Perceberemos no decorrer da pesquisa, que a geração de renda enquanto impulsionador do trabalho que realizam, ocorreu gradativamente, na medida em que elas passaram a se familiarizar com a costura como uma forma de melhoria de suas vidas do ponto de vista financeiro, conforme os trabalhos em parceria com a prefeitura e com outros clientes foram se constituindo. O incentivo e o entusiasmo de Claudemira, desde a ideia da formação do grupo, também foi um fator importante, para que as outras mulheres também percebessem o potencial implicado naquele espaço.

Assim, partindo de uma iniciativa pessoal, formou-se o grupo de Economia Solidária “Mulheres da costura”, que está diretamente ligado ao curso de corte e costura ofertado pelo CRAS da cidade de Flexeiras, que tem sua sede localizada na própria instituição. As mulheres se inserem no curso, aprendem a profissão de costureiras, e passam a integrar o grupo de Economia Solidária, confeccionando as encomendas que são solicitadas. A história da formação do grupo se confunde com o processo de profissionalização dessas mulheres: Claudemira formou-se como educadora no contato com as mulheres; Neliane, Lourdes, Maria Helena e Lúcia, aprenderam uma profissão também nesse contato, ao tempo em que elas se desenvolviam no grupo, este se constituía através da participação e investimento delas. Sua criação vem sendo costurada com a contribuição das experiências de cada uma.

Neste tópico discutimos a trajetória de Claudemira, liderança e fundadora do grupo. Sua história se entrelaça diretamente com a constituição do empreendimento. Ao apresentarmos de que forma o grupo se constituiu, abrimos espaço para o debate em torno do primeiro objetivo específico do nosso trabalho: *Identificar os motivos que as conduziram para a formação de um empreendimento de Economia Solidária*. Ao identificarmos os motivos, percebemos que a geração de renda foi o principal deles, inicialmente vislumbrada por Claudemira, que já percebia o potencial do trabalho colaborativo que elas poderiam desenvolver, e com o passar do tempo, a adesão da ideia foi tomada por todas as mulheres. No próximo tópico discutiremos sobre nosso segundo objetivo específico.

4.2. Maria Helena e Lourdes: aspectos psicossociais e promoção de saúde mental

Aqui abriremos espaço para *analisar os benefícios sociais, pessoais e a promoção da saúde mental*, advindos da formação e desenvolvimento das atividades em Economia Solidária. Assim como no tópico anterior, associaremos a trajetória de vida de algumas de nossas participantes às análises deste segundo objetivo. Neste subtópico, colocaremos no centro da discussão, as trajetórias de Maria Helena e Lourdes, bem como, aquilo que trouxeram no diálogo que empreendemos com elas para essa pesquisa. Ainda que este seja o formato por nós escolhido, traremos também para o debate, as falas de outras participantes.

A coletividade exerce um grande poder de transformação nos indivíduos, no convívio entre as pessoas e no compartilhamento de experiências. Os encontros em espaços participativos favorecem a saúde mental e a integração comunitária, esses são elementos chave para desenvolver as potências e singularidades de um grupo, são um dispositivo de inclusão, especialmente quando viabilizam a participação social daquelas/es que carregam as marcas das desigualdades sociais (COSTA, PAULON, 2012).

De acordo com Figueiredo et al. (2021), as mulheres são protagonistas nas articulações comunitárias, estando à frente de grupos e atividades ofertadas dentro do seu território. Geralmente, elas se mostram mais atentas às necessidades do seu núcleo social e mais disponíveis para pensar em soluções coletivas que beneficiem outras pessoas. Os espaços dentro das comunidades geralmente são os lugares onde a voz das mulheres ecoam mais alto, elas são referência em atividades que beneficiam o coletivo.

Encontrar espaços onde a voz das mulheres é ouvida é, como nos lembra bell hooks (2019), um processo libertador, uma vez que falar, além de ser um ato de resistência, também produz engajamento.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (HOOKS, 2019, p. 22).

As mulheres da nossa pesquisa, buscam o reconhecimento do seu trabalho e a escuta da sua voz, escuta essa que é fortalecida no ambiente do grupo em que elas partilham o trabalho e outras experiências, espaço esse, que segundo elas, promove interação, participação social e saúde mental. Vejamos o que diz Maria Helena, uma das integrantes do grupo, sobre sua experiência no convívio de formação e trabalho com as outras mulheres:

Eu entrei porque, eu passei uma fase da minha vida que eu entrei em depressão (...) a minha depressão foi muito forte, eu fiquei me consultando com a Dra.

Clélia (...) Era pra ficar junto com as meninas, ter pessoas pra conversar. Porque assim, eu em casa eu só saio de casa quando eu tenho um compromisso eu vou resolver alguma coisa. Se não isso eu vou pra casa da minha mãe e volto pra casa. Ou então eu vou pro sítio aí pego a enxada e vou pra roça. Então, mas eu preciso me juntar com pessoas. Entendeu? Porque um aponta uma coisa, outra aponta outra coisa e você fica ali... a gente estudava, então ficou aquela turma bem gostosa, sabe? bem amizade mesmo, bem família. (...) Eu estava com aquele problema no sistema nervoso, aquela ansiedade e eu tinha que sair. Eu não ia eu não queria ficar dependente só de remédio. Dependendo de remédio você fica mole, você fica fraca, você fica sem coragem. Você se senta, fica vendo a tua olhando na televisão, não está assistindo nada. Você começa a lavar um prato, não termina, vai fazer outra coisa. E nada do que você vai, você termina. Então, eu digo, eu preciso, gente. Não é não é tanto pela costura, é pra, pela minha saúde mental. Então elas entenderam (Maria Helena).

Maria Helena, tem 51 anos é casada e mãe de três filhos adultos, toda a sua família é da cidade de Flexeiras, mas quando criança, morou em São Luiz do Quitunde com os pais e os irmãos. Seu pai trabalhava em uma usina da região. Então a família inteira teve que se mudar, mas, frequentemente visitava Flexeiras, pois lá residiam suas avós, tias/os. Casou-se aos 17 anos, e constituiu família. O marido trabalhava em uma usina, assim como ela. Quando eles foram demitidos, a família retornou para Flexeiras. Maria Helena sabia costurar um pouco, tinha uma máquina de costura e fazia pequenos consertos para casa. Com os filhos já adultos, acabou ficando com algum tempo disponível. Quando surgiu o curso de corte e costura oferecido na cidade, ela inscreveu-se, e costurar acabou se tornando uma fonte de renda. Os consertos que antes eram apenas para casa se expandiram e pessoas da comunidade começaram a buscá-la para realizá-los. Com o tempo e a experiência que adquiriu, ela já não fazia apenas consertos, passou a confeccionar roupas. Logo, o hobbie se tornou profissão e passou a complementar a renda da família.

Maria Helena é uma das primeiras integrantes do grupo, ela faz parte desde a sua fundação, sua história de vida se encontra com a história dessa rede de mulheres, que compartilham um espaço de fortalecimento mútuo. No grupo ela é ouvida e seu trabalho valorizado, elas se apoiam; se escutam; se acolhem e compartilham suas dores e amores. Para além da geração de renda, o grupo tem lhe ajudado a se sentir inteira, sujeita de si.

Assim como a vida de muitas mulheres, ela passou/passa por momentos difíceis. A perda de um emprego, uma possível separação, desentendimentos familiares, podem causar algum tipo de adoecimento. Maria Helena relata um período em que precisou de acompanhamento psiquiátrico: “Eu entrei em depressão e tomava remédios para dormir, também era acompanhada por uma psicóloga, mas eu não queria ficar dependente do remédio, eu queria ficar bem, e participar do grupo me ajudava, eu não queria ficar só em casa”.

Percebemos sua angústia em não querer ficar em casa, nem dependente de medicações. Ela sabia que o convívio com outras pessoas poderia lhe ajudar, e nesse momento, participar do grupo “Mulheres da costura”, foi uma oportunidade para cuidar de sua saúde mental. Integrar esse espaço, também lhe possibilitou uma liberdade financeira, que há tempos não tinham, esse foi um dos caminhos encontrados por ela, para caminhar em direção a retomada da sua autonomia.

A relação entre o trabalho e a promoção de saúde mental, se faz no prazer que o sujeito sente pelo reconhecimento da sua identidade. O sentido terapêutico e ocupacional atribuído ao trabalho das/os integrantes dos grupos de Economia Solidária se mostra como um caminho que reúne possibilidades de autonomia e ressignificação do modo de trabalho e interação social. Os empreendimentos solidários foram impulsionados de forma significativa pela convivência e pelas trocas com diferentes atores sociais, de diferentes origens; militâncias políticas e movimentos sociais (MARTINS, 2017).

A potência do trabalho cooperado, se alicerça na troca estabelecida entre suas/seus atrizes/atores, e na participação direta delas/es nas atividades do grupo. A ressignificação do trabalho como um instrumento de promoção de saúde mental, tem favorecido também na construção de novos lugares sociais. No caso da nossa pesquisa, as mulheres que antes não tinham profissão, hoje tem seu próprio empreendimento e acolhem outras mulheres nesse ambiente que favorece o desenvolvimento profissional e pessoal. Sobre os benefícios agregados ao trabalho, traremos a seguir a percepção de Claudemira e de Lúcia mais uma integrante do grupo.

O benefício é também porque, tipo assim eu ficava em casa muito só né e tudo, aí não conversava com ninguém só com a minha mãe, aqui tudo devido ao grupo eu já me aproximo das pessoas aí já converso e tudo isso, que queira, ou que não queira é legal né? (Lúcia).

Bom, a importância do grupo fala logo na minha vida, pra mim ele foi um refúgio pra eu aprender né? Tipo eu queria aprender a costurar era o meu desejo era a minha paixão era realmente aprender a costurar (...) Então assim, quando eu vi que eu era capaz, que eu tinha capacidade de levar o grupo como instrutora pra mim foi uma realização de sonho, e pra elas, que algumas eu vejo que é tipo é uma terapia muitas chega lá com depressiva com muitos problemas muito machucada da vida do dia a dia de casa de receber várias palavras assim do esposo, como elas não valem nada coisas assim muito forte e eu fico eu peço muito a Deus que ele me orientem, me ajude a não ser mais uma pessoa que coloque aquela aquelas mulheres pra baixo. Né? (Claudemira).

Ainda que essa dimensão não tenha sido tão desenvolvida por elas nos diálogos que estabelecemos, percebemos aqui, um eixo que atravessa a história de algumas dessas mulheres:

o machismo, fruto de uma sociedade patriarcal que as inferioriza, objetifica e desqualifica, produzindo adoecimento. Chegam muitas vezes “machucadas da vida do dia a dia de casa”, como aponta Claudemira.

De acordo com bell hooks (2019) as mulheres vítimas do machismo que sofreram algum tipo de violência física ou psicológica no âmbito familiar, tendem muitas da vezes a não externar a situação, por vergonha do julgamento alheio. Além disso, também existe a dificuldade de aceitação da mulher, em reconhecer que está em um relacionamento abusivo, principalmente quando a violência, seja ela de qualquer tipo, acontece de forma eventual.

O não reconhecimento da situação de agressão, pode acarretar em graves consequências psicológicas. De modo geral é mais difícil identificar a violência quando ela não acontece fisicamente, ou mesmo fisicamente quando ela é eventual ou relativamente “pequena”: um empurrão, um tapa, um beliscão. Essa tipo de violência por mais sutil que possa se apresentar, influencia diretamente no modo como essas mulheres passam a lidar consigo mesmas e com as outras pessoas: a insegurança, a baixa autoestima, a desconfiança e até o medo de iniciar novos relacionamentos, podem ser consequências dessas violências. Porém, essas formas menores de abuso físico destroem os indivíduos psicologicamente e, se não são abordadas e curadas adequadamente, podem criar o palco para incidentes mais graves (HOOKS, 2019).

Os espaços coletivos, onde a escuta é ofertada, se apresentam como locais de acolhimento, onde as mulheres conseguem externar sua dor e podem ser acolhidas por outras mulheres, formando assim uma rede de apoio. Os grupos de Economia Solidária, e em particular o da nossa pesquisa, não são uma opção que possa substituir o acompanhamento profissional para tratar os traumas estabelecidos pelos tipos de violências dos quais as mulheres foram vítimas, mas é um espaço onde elas encontraram apoio, para superar suas dores e limitações. Logo, esse espaço se torna mais uma opção de auxílio e apoio para essas mulheres.

A ideia de complementariedade estabelecida entre o grupo “Mulheres da costura” e o acompanhamento psicoterapêutico, como uma forma de potencializar o tratamento, foi o que fez a psicóloga de Lourdes lhe indicar a participação no grupo de costura. Lourdes tem 56 anos, é divorciada, mãe de três filhos, avó de quatro netos e um bisneto, natural da cidade de Flexeiras. Assim como Maria Helena, ela tinha uma máquina de costura, onde realizava pequenos consertos para a família. Ela relata seu ingresso no grupo:

Foi através da psicóloga, ela pediu que eu procurasse alguma atividade pra ocupar a mente aí me indicou, esse grupo do CRAS (...) o ambiente era legal,

eu mesma gostava, né? Não tinha nada contra ninguém não, me dava bem com todo mundo fazia o impossível pra fazer as coisa certa, né? (Lourdes).

De acordo com Costa e Paulon (2012), a participação em grupos em que exista um espaço aberto para o diálogo, auxilia no processo de afirmação das singularidades dos sujeitos. Fazendo desses espaços, uma compreensão do coletivo enquanto uma experimentação de maneiras outras de viver a vida, de modo que os empreendimentos solidários, podem proporcionar experiências significativas para as/os suas/seus membras/os.

A prática em Economia Solidária possibilita uma mudança a nível das relações sociais e culturais, facilitada no espaço do trabalho. Claudemira complementa sua fala anterior sobre os aspectos psicossociais, da seguinte forma:

Pra mim o grupo em si não é só gerar renda, não é só o grupo geração de renda. Pra mim é um refúgio, é um aconchego pra essas mulheres como pra mim. E quando eu vejo que elas aprenderam, que elas estão gerando renda, pra mim é um orgulho, uma emoção, fico tão feliz em ver que assim, eu fui capaz de ajudar alguém a sair daquele buraco que estava, então é o grupo de geração de renda ele é um lugar onde eu posso dizer que tira a pessoa do fundo do poço e renasce pra vida. Se torna uma pessoa capaz. Quando chega incapaz né? Muitas coisas, muitas palavras nos colocam incapaz, mas lá elas saem capazes, capazes de enfrentar a vida (Claudemira).

A fala de Claudemira, reforça a importância do grupo no processo de autoconhecimento e autoafirmação do potencial de cada uma das mulheres. Neliane, é mais uma participante e discorre sobre como era estar reunida com as outras mulheres.

Então assim, cada uma se expressava do seu jeito, da sua maneira. Mas era um ambiente legal, saudável, que eu gostava de estar ali, às vezes eu não tinha nem o que fazer, nem o que costurar lá. Mas eu ia a gente se reunia, levava um almoço ou um café da manhã e a gente ali fazia alguma coisa, uma ajudava a outra. Assim uma tinha uma peça pra costurar, aí uma tirava um flash, a outra fazendo embanhado, tá entendendo? Nem sempre a gente tinha, uma ou outra não tinha o que fazer lá, mas ia pra ajudar as outras que tinha alguma coisa (Neliane).

De acordo com os diálogos estabelecidos com nossas participantes, percebemos que o grupo “Mulheres da costura” é um ambiente onde o diálogo é aberto, e as experiências são compartilhadas no dia a dia, uma mulher ensinando a outra o pouco ou muito que sabe. Um local que permite e estimula a interação social, e o aprendizado de novos saberes. Para bell hooks (2013), a pratica do diálogo é um dos meios mais simples para que as pessoas comecem a cruzar fronteiras e quebrar barreiras que podem ou não ter sido erguidas pela raça, gênero ou classe social, essas barreiras podem ser superadas através dele.

Confio em que as mulheres tem capacidade para criar um espaço produtivo para o diálogo crítico, de dissidência ao mesmo tempo em que expressão emoções intensas (...) Para que movimento feminista tenha um impacto transformador sobre as mulheres, a criação de um contexto em que possamos entabular diálogos críticos e abertos urnas com as outras, onde possamos debater e discutir sem medo de entrar em colapso emocional, onde possamos ouvir e conhecer urnas as outras nas diferenças e na complexidades das nossas experiências - a criação de um tal contexto e essencial (HOOKS, 2013, p. 148-149).

Os espaços de diálogos criados em grupos de Economia Solidaria, em especial o do nosso estudo, se tornam propícios para facilitar o processo de subjetivação das mulheres, ao passo que dentro dele, elas tem a possibilidade de se fortalecerem, tanto de forma pessoal como coletiva, esse fortalecimento as auxilia na construção de sua autonomia. A ocupação desses espaços desperta a necessidade e o desejo de serem reconhecidas, como mulheres e profissionais capazes de gerir não apenas o empreendimento, mas também as suas próprias vidas.

De acordo com Fraser (2006) o reconhecimento social está relacionado à valorização da identidade cultural e simbólica de determinado grupo ou movimento social. O grupo de Economia Solidária da nossa pesquisa, passa por esse processo de reconhecimento. As participantes do grupo – mulheres de baixa renda, fora do mercado de trabalho formal, interioranas e nordestinas – se constituem a partir de um empreendimento que gradativamente conquista visibilidade social em sua cidade. O trabalho desenvolvido por elas, consegue, mesmo que de forma tímida, alcançar algum reconhecimento. A valorização daquilo que produzem tem fortalecido o grupo. Sobre o reconhecimento Fraser (2006) nos diz:

O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é alguma espécie de mudança cultural ou simbólica. Pode envolver a revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. Pode envolver, também, o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, pode envolver uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, de modo a transformar o sentido do eu de todas as pessoas (FRASER, 2006, p. 232).

Hoje a comunidade reconhece as habilidades que as mulheres adquiriram, a partir do grupo “Mulheres da costura”, a qualidade do trabalho que elas exercem; os benefícios sociais; psicológicos e econômicos agregados a ele, o que tem despertado em outras mulheres da comunidade, o desejo de participar. Quando Claudemira foi questionada sobre a existência de um reconhecimento social, do trabalho que o grupo realiza, sua resposta foi a seguinte:

Sim, eu acho que sim, porque sempre que abre inscrições pra o curso tem uma lista de pessoas que querem entrar porque a comunidade reconhece, né? Que o trabalho é um trabalho de cooperativa, é um trabalho bom, é um trabalho de aprendizado, é um trabalho que a gente vê que tá dando resultado, né? (Claudemira).

Para Claudemira, a busca das mulheres da comunidade pelo curso, é um termômetro que mede a aceitação e a visibilidade dele. Assim, ela percebe que existe um reconhecimento do trabalho cooperado que realizam e dos benefícios que ele agrega à vida de suas integrantes. A realização de encomendas também pode ser outro indicativo do reconhecimento do grupo. Ele tem recebido várias nos últimos anos, tanto da prefeitura municipal, quando de outros clientes.

A partir das análises realizadas neste tópico, observamos que os aspectos psicossociais apresentados, juntamente com a promoção da saúde mental, atrelados ao trabalho que o grupo desenvolve, são elementos que se destacam nessa experiência. Percebemos que o espaço para troca de conhecimentos é fortalecido naquele ambiente, uma mulher ajuda a outra em suas dificuldades com a costura, ensinam e aprendem juntas. Além disso, o acolhimento tem sido uma marca importante do grupo que favorece a permanência das mulheres.

O grupo se tornou um espaço onde elas podem falar livremente sobre suas dores e conquistas, na certeza de que serão compreendidas e acolhidas, o que as fortalece enquanto sujeitas. Esse processo de se colocarem no mundo de modo mais afirmativo, nem sempre fácil, recosturando os vários retalhos de suas vidas e tornando-as, na medida do possível e gradativamente inteiras. A participação no grupo e o reconhecimento advindo do trabalho que fazem, também foi indicado como um elemento de produção de saúde mental.

Finalizamos este tópico, mas não as análises relacionadas ao segundo objetivo, que discute os benefícios do grupo. Seguimos!

4.3. Neliane, Lúcia e as dimensões econômicas do grupo

Anteriormente, discutimos sobre os aspectos psicossociais do grupo que pesquisamos, vimos que as relações estabelecidas dentro e fora dele, favoreceram a promoção da saúde, assim como o reconhecimento social do trabalho que elas exercem. Neste tópico, nos dedicaremos ao debate da geração de renda e a autonomia financeira alcançada através do trabalho em Economia Solidária no grupo “Mulheres da Costura”.

Os empreendimentos solidários foram criados como uma forma de resposta ao desemprego e ao modelo econômico capitalista. Com a crise social das décadas de 1980 e de 1990, milhões de postos de trabalho foram fechados no Brasil, um desemprego em massa e uma acentuada exclusão social, se instalou no país. Nesse período a Economia Solidária assumiu um papel importante, tornou-se uma opção possível para a geração de renda daqueles que estavam fora do mercado trabalho (SINGER, 2002). Trabalhar nesse modelo de economia, ajudou na manutenção de muitas famílias. A disseminação da Economia Solidária para várias regiões do país, promoveu o seu fortalecimento e a diversificação de segmentos.

Ainda que a compreensão de Singer (2002) seja verdadeira e possível, sobre o modo como a Economia Solidária responde a uma determinada realidade, podemos considerar que ela também responde de diferentes modos, às diferentes realidades existentes, e que, se para determinadas regiões do país, como a sul e sudeste ela foi importante na geração de renda para as pessoas que estavam fora do mercado de trabalho, para as regiões norte e nordeste ela também é, não apenas uma alternativa para a geração de renda, como também uma alternativa à fome vivenciada por essas famílias.

Como muitas outras mulheres, algumas das nossas participantes, antes de ingressarem no grupo, buscaram meios de geração de renda:

Eu já vendia itens de cama, mesa e banho. Pegava de uma colega minha pra vender. Aí como eu não tinha máquina eu desmanchava em casa, tinha o tecido, mas eu não estava com condições de comprar a máquina, aí uma vizinha minha que já fazia curso, aí me indicou aí eu comecei a fazer o curso (Neliane).

Não apenas Neliane, mas uma parcela muito grande de mulheres no Brasil, encontram-se na informalidade, buscando meios alternativos para a geração de renda e sustento do seus lares. Vahdat et al. (2022), que realizaram pesquisas sobre o trabalho informal das mulheres no Brasil, observam que a participação mais expressiva das mulheres se dá como trabalhadoras por conta própria – informais autônomas – e se estende por todas as faixas etárias em idade produtiva, entre 14 e 60 anos. Porém, o grupo mais expressivo de mulheres trabalhando na informalidade possuem entre 30 e 49 anos. Ainda para estes autores, no terceiro trimestre de 2021 o número de pessoas exercendo trabalhos informais individuais no Brasil, era de aproximadamente 13,1 milhões, desse total 40% eram mulheres. Aqui gostaríamos de especificar, que as pesquisas se referem a trabalhos informais exercidos de maneira individual. Essa informação é importante, porque existem outros tipos de trabalhos informais, inclusive os coletivos, como é o caso do empreendimento solidário que trazemos especificamente em nossa

pesquisa. Logo, Neliane não deixou de trabalhar na informalidade¹², apenas transitou de um modelo para o outro. Na sequência vamos conhecer um pouco mais sobre Neliane.

Neliane, tem 34 anos é casada e mãe de dois filhos adolescentes. É natural de Maceió, mas morou em outros municípios, ainda quando criança, antes de chegar na cidade de Flexeiras. A família acompanhava o padrao que na época trabalhava em uma usina da região. Quando adulta, casou-se e permaneceu no município. A história de Neliane com a costura, iniciou-se antes mesmo dela aprender esse ofício. Para complementar a renda de casa, ela passou a vender colchas de cama para as pessoas de sua comunidade. Ela relata que ficava deslumbrada com a beleza das colchas, algumas ela comprava para seu uso, mas isso não foi o suficiente para ela. Neliane queria aprender a fazê-las, então, passou a descosturar suas próprias colchas para poder recosturá-las, tudo com a intenção de aprender a confeccioná-las. Na época ela não tinha máquina de costura, então costurava à mão. Até que tomou conhecimento de um curso de corte e costura que estava sendo oferecido na cidade. Viu nesse curso uma oportunidade de aprender a costurar para gerar renda.

Paralelamente à história de Neliane, temos Lúcia, sua cunhada. Os retalhos das vidas dessas duas mulheres já haviam sido costurados anteriormente, e aqui elas se encontram com as costuras das vidas das outras mulheres do grupo. Lúcia tem 32 anos, é casada e mãe de dois filhos, veio da cidade de Campo Alegre com os pais e os irmãos quando tinha por volta de 7 anos de idade. Casou-se muito jovem, constituiu família, e nunca trabalhou de carteira assinada. A principal renda da sua casa era do marido, mas ela sempre tentou complementá-la com a venda de salgadinhos, pipocas e doces. Conheceu o curso de corte e costura, através da cunhada que já fazia parte, interessou-se e se inscreveu. Ela relata que antes de ingressar no curso, não sabia nada sobre costura.

Assim como Neliane, Lúcia já tentava ganhar dinheiro vendendo doces e lanches em sua casa. As duas nunca exerceram nenhum tipo de trabalho formal, também nunca havia trabalhando fora de casa antes. A condição de Lúcia e Neliane, refletem a realidade de muitas mulheres brasileiras, que nunca estiveram, ou estão temporariamente fora do mercado de trabalho formal. De acordo com pesquisas do IBGE (2021), o ano de 2021 encerrou com 45,7% das mulheres em idade produtiva, desempregadas, logo, quase metade das mulheres aptas ao

¹² Especificamente em nossa pesquisa, Neliane transitou de um modelo informal para outro, porém cabe reforçar, como já exposto no capítulo 1, que os empreendimentos solidários não se constituem obrigatoriamente na informalidade, eles também podem se constituir de forma legal, como cooperativas, associações e outros grupos formais.

trabalho, estavam fora do mercado, buscando opções para a geração de renda de modo informal. As outras mulheres que integram o grupo, também estão inseridas nesses dados.

Se observarmos o empreendimento analisado em nossa pesquisa, podemos ver suas fragilidades, a falta de investimentos externos, a necessidade de uma sede própria e o fortalecimento da gestão financeira. Todos esses pontos se apresentam como fragilidades da experiência analisada que podem dificultar a produção e, conseqüentemente, a geração de renda.

De acordo com França Filho (2007), é importante pontuar que o trabalho em Economia Solidária gera uma renda que para alguns empreendimentos é frágil, garantindo apenas a sobrevivência de seus membros, não uma melhoria na qualidade de vida. Logo, o maior desafio que os empreendimentos solidários encontram hoje, é ultrapassar essas barreiras e tornarem-se um meio para uma mudança real.

Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população, oportunidades concretas de auto sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona (SINGER, 2002, p. 120-121).

Enquanto esse modelo econômico não atinge o patamar necessário para oferecer o bem-estar citado acima por Singer, para todas/os aquelas/es que trabalham sob essa perspectiva, discorreremos sobre como ele funciona de fato, na vida das nossas participantes. No caso da nossa pesquisa, veremos que o trabalho que as mulheres desenvolvem não é a principal fonte de renda familiar para a maioria delas.

Quando Claudemira iniciou seu trabalho como costureira, o dinheiro que recebia auxiliava na manutenção das despesas da família. Quando ficou viúva, ela já era instrutora do curso, assim, as costuras que realizava com o grupo, passaram a complementar o seu salário. A renda obtida por Neliane era somada ao salário do marido, os valores compunham a renda da família. Para Lúcia se dava da mesma forma. Apesar de todas relatarem que os valores recebidos com o trabalho de costureira complementavam a renda familiar, para algumas delas, em alguns momentos, essa foi a única renda obtida. Lúcia relata um período em que seu trabalho com a costura se tornou a renda principal de sua casa:

Na época que a gente fez a máscara no começo da pandemia, meu esposo é taxista, então ele ficou parado, não estava podendo rodar nem um táxi né, como vocês sabem. Aí ele ficou parado. Aí justamente esse dinheiro veio numa boa hora porque a gente produziu a máscara e ganhou um dinheirinho e já ajudou na alimentação de dentro de casa, né? (Lúcia).

O período citado por Lúcia corresponde ao início da pandemia, seu esposo trabalhava com transporte complementar e naquela época esse tipo de atividade foi proibida. Nesse mesmo período, Lúcia juntamente com as outras mulheres do grupo, realizou a confecção de máscaras de proteção, uma encomenda feita pela prefeitura do município. Lúcia não foi a única participante a utilizar a renda obtida como costureira para manter as despesas domésticas. Maria Helena também relata um período em que a única renda que sua família possuía, era a dela, e se orgulha em dizer:

Ajudou, porque assim, Deus sabe de tudo, Deus sabe de tudo, quando cortaram a aposentadoria do meu marido, também foi ao mesmo tempo em que meu filho entrou na faculdade. Então o meu Deus me deu, não faltava costura, esse sofá era cheio de bolsa (Maria Helena).

Durante um período, sua família ficou sem renda fixa, e suas costuras mantiveram as despesas de casa, e ajudaram com os estudos do filho. Isso nos mostra que os empreendimentos solidários tem um grande potencial para geração de renda, de modo que muitas famílias sobrevivem dos valores adquiridos através dos trabalhos no modelo de Economia Solidária. Lourdes era a única integrante que ao entrar no grupo, não tinha renda fixa, dependia da ajuda financeira dos filhos e dos consertos de roupas que realizava. Hoje ela trabalha como gari e os valores obtidos com as costuras complementam sua renda.

A instabilidade financeira enfrentada pelas participantes, encontrou um apoio no trabalho realizado no grupo “Mulheres da costura”, a renda que obtiveram serviu como suporte para a manutenção de seus lares. Nesse ponto, todas já haviam identificado o potencial gerador de renda do seu trabalho. Lúcia afirma a importância da geração de renda dentro do grupo.

Sempre que eu ia lá na casa da minha cunhada, ela estava costurando, eu ficava assim curiosa ficava olhando e me interessei assim, porque quer queiram, quer não, é uma fonte de renda pra gente né, a gente que aprende já a ganhar o nosso dinheirinho por fora e tem o filho também, já tem o que costurar alguma coisa que descostura. Já faço uma roupinha pra minha filha. Então tudo isso já ajuda né? (...) através dos meus consertos, e eu vou fazendo um conserto aqui outro ali, eu vou juntando um dinheirinho e já estou pagando o meu curso de enfermagem, técnico de enfermagem (Lúcia).

Como dito anteriormente, no período em que o marido de Lúcia não pôde trabalhar por conta da pandemia, o dinheiro do seu trabalho com o grupo conseguiu ajudar sua família com alimentação e outras despesas. Após esse período, outras conquistas estão sendo alcançadas através da renda obtida com os trabalhos de costura. Para ela, ele tornou-se um meio para um fim, ela voltou a estudar e está realizando um curso que lhe impulsiona para novas

conquistas. O trabalho em Economia Solidária, além da geração de renda, lhe despertou o desejo de adquirir novos conhecimentos, e lhe inseriu em um movimento de autonomia financeira, tão importante e necessário para todas as mulheres.

Assim, é tão ruim você depender de outra pessoa, do esposo, qualquer coisa que você queira. O fulano me dá isso, me dá aquilo né, então isso é chato. Eu coloquei na minha mente que eu não queria isso pra mim, então a partir do momento que eu botei na minha cabeça, que eu não queria, a primeira coisa que eu fiz foi começar logo o meu curso. Eu digo quem vai pagar sou eu, então é isso que eu estou fazendo, quem está pagando sou eu. (...) Já estou me achando, é porque antes aí eu tinha vontade de fazer um curso, né? Só que sabe o dinheiro que ganha é muito curto, tem uma coisa, é outra, é aluguel, é energia, é outra. Não dava. Entendeu? E eu sinto com aquela vontade. Senhor, eu tenho que reagir, eu não estou conseguindo nada. Entendeu? Coloquei na minha mente o que eu estou fazendo (Lúcia).

Através do discurso de Lúcia, podemos perceber seu incômodo pela dependência financeira do marido, e esse desconforto, segundo ela, foi um dos motivos que a fez ter mais vontade de ganhar seu próprio dinheiro. Em seguida, ela diz estar se “achando”, por conseguir arcar com suas despesas, e investir em sua educação e profissionalização. O discurso de Lúcia tem muita força e simbolismo. Ela consegue descrever a transição que houve em sua vida, e como esse processo tem lhe feito bem, motivando-a a buscar outros objetivos.

A centralidade das políticas em torno da geração de renda para mulheres, vem se desenhando sobre o pressuposto da conquista da autonomia econômica, como um meio para a superação da condição de pobreza. Neste aspecto, entende-se autonomia econômica como a capacidade de gerar renda para o próprio sustento e da família e/ou complementação da renda familiar (CARLOTO; GOMES, 2011).

(...) no eixo das intervenções voltadas para a geração de renda, contempladas no I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foram colocadas algumas diretrizes que deviam caminhar no sentido de promover a independência econômica das mulheres. Alguns dos temas que foram foco das discussões na conferência referem-se à geração de renda, mais especificamente à implementação de políticas de emprego e renda no combate as formas de discriminação baseada em gênero, raça/etnia, bem como o fomento da promoção da autonomia das mulheres vítimas de violência, por meio de estratégias de geração de renda e trabalho (CARLOTO; GOMES, 2011, p.140).

As mulheres integrantes de empreendimentos solidários, ao alcançarem sua autonomia financeira, abrem espaço para desenvolverem outras estratégias que as auxiliem em uma autonomia que se estenda para outros setores das suas vidas, pessoais e sociais. Logo, ter uma renda e um espaço de compartilhamento, desencadeia vários outros benefícios (PARENTE;

COELHO, 2019). Já a falta de trabalho, aumenta a dependência financeira das mulheres, e um ciclo de dependência é estabelecido. Todas elas, antes de começarem a gerar renda, dependiam financeiramente dos maridos ou parentes. Algumas, como Lúcia, Neliane e Lourdes apresentaram breves tentativas de empreender, vendendo alguma coisa em casa, porta a porta, ou até mesmo realizando consertos de roupas, todas as ações desenvolvidas na tentativa de obter alguma autonomia financeira.

As desigualdades financeiras entre homens e mulheres, foram apontadas durante toda a nossa pesquisa, a oferta de empregos formais é menor para as mulheres, os salários destinados a elas são mais baixos que os ofertados aos homens, a taxa de desemprego é maior entre as mulheres, assim como, elas ocupam um percentual maior entre a população pobre do país. Diante dessas informações e dos dados oficiais apresentado anteriormente, gostaríamos de iniciar uma discussão à luz da percepção de Nancy Fraser a respeito da redistribuição de renda, e avaliar se o modelo de trabalho em Economia Solidária, se adequa às soluções sugeridas por ela, como uma forma de combater as desigualdades econômicas entre homens e mulheres.

Segundo Fraser (2006), a redistribuição, é uma resposta para a injustiça econômica, que entre alguns exemplos podemos citar: a exploração, a marginalização econômica e a privação (não ter acesso a um padrão de vida adequado). Ao pensarmos em redistribuição, de imediato imaginamos aquela, que oferta redistribuição de renda através de benefícios sociais, que tem a finalidade de proporcionar uma complementação à renda, porém essa não é uma solução a longo prazo, já que não se oferta possibilidades para que os indivíduos possam conquistar sua autonomia. A proposta de Fraser é inicialmente excluir a ideia de gênero, já que essa construção social, carrega consigo forte valor discriminatório, e atribuiria a todos o mesmo valor social. Abaixo a autora expõe sua proposta de redistribuição que, segundo ela, seria a melhor opção. Na citação ela denomina suas sugestões como remédios, uma analogia, a uma solução possível. Nesse caso remédios transformativos, para uma redistribuição transformativa:

Remédios transformativos comumente combinam programas universalistas de bem-estar social, impostos elevados, políticas macroeconômicas voltadas para criar pleno emprego, um vasto setor público não mercantil, propriedades públicas e/ou coletivas significativas, e decisões democráticas quanto às prioridades socioeconômicas básicas. Eles procuram garantir a todos o acesso ao emprego, enquanto tendem também a desvincular a parte básica de consumo e o emprego. Logo, sua tendência é dissolver a diferenciação de classe. Remédios transformativos reduzem a desigualdade social, porém sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial. Eles tendem, portanto, a promover reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento. Assim, uma abordagem voltada a compensar injustiças de distribuição pode ajudar

também a compensar (algumas) injustiças de reconhecimento (FRASER, 2006, p. 08).

Logo, de acordo com a autora, o termo redistribuição transformativa é o conceito, que melhor define o tipo de redistribuição defendido por ela, uma redistribuição, que não alimenta a pobreza, mas auxilia as pessoas a saírem dela através de políticas públicas que promovam essa ascensão. Fraser ainda cita, as políticas para a geração de emprego; redução das desigualdades de classes e promoção da reciprocidade e da solidariedade nas relações de reconhecimento, como meios para alcançar esse remédio transformativo.

Se tomarmos por referência, as indicações feitas por Fraser (2006), como possíveis remédios transformativos para a redistribuição de renda, de certo poderíamos incluir os empreendimentos solidários no rol de políticas que promovem o tipo de redistribuição apontado pela autora, já que os princípios na Economia Solidária, estão alicerçados na geração de renda, solidariedade e igualdade. Desta forma, podemos afirmar que o empreendimento analisado em nossa pesquisa, proporciona, além do reconhecimento das singularidades do grupo, discutidas no tópico anterior, a redistribuição de renda nos moldes de uma redistribuição transformativa.

Diante das costuras realizadas entre os diálogos das participantes e os autores que nos ajudaram nesta discussão, percebemos que o empreendimento solidário pesquisado, vem conseguindo alterar sensivelmente, a realidade financeira dessas mulheres, ao possibilitar a geração e a redistribuição de renda. Na maior parte do tempo essa renda, é somada a outra e utilizada para a manutenção das despesas domésticas das integrantes, porém em alguns momentos, ela foi a única disponível para as famílias, conseguindo atender minimamente suas necessidades básicas.

A análise dos dados apresentados deste tópico, se somam às do tópico anterior e correspondem às análises do nosso segundo objetivo específico, *analisar os benefícios financeiros, sociais e pessoais advindos da formação e desenvolvimento de um grupo de Economia Solidária*. Seguiremos para o próximo tópico, onde abordaremos os desafios da gestão coletiva do empreendimento solidário “Mulheres da costura”.

4.4. Mulheres da Costura e os desafios da gestão coletiva

A autogestão ou gestão coletiva, é um dos princípios da Economia Solidária, assim como a solidariedade, a cooperação, o consumo consciente, e outros que já foram devidamente explorados no capítulo 1. Para que um empreendimento se enquadre nesse perfil,

obrigatoriamente ele deve ter esse modelo de gestão, e também compartilhar dos outros princípios. Abrimos este espaço para analisarmos os *desafios inerentes à gestão coletiva* do grupo de Economia Solidária analisado em nossa pesquisa, alinhando os diálogos que estabelecemos com as participantes e a literatura que aborda o tema.

Os desafios inerentes à gestão de um empreendimento solidário, podem ser muitos. A forma de produção e comercialização destes empreendimentos, confronta a perspectiva capitalista vigente, o que pode acabar pressionando as/os integrantes dos grupos de Economia Solidária, em direções opostas. De acordo com Onuma et al. (2012), mesmo trabalhando em um empreendimento de Economia Solidária, as/os trabalhadoras/es continuam a viver em um mundo capitalista, ocorrendo, portanto, um grande choque entre os valores sociais vigentes. Nesse sentido, como observam as autoras, a autogestão passa a ser percebida pelas/os integrantes como uma nova concepção de trabalho, diferente daquela que estão habituadas.

Para que os empreendimentos solidários continuem a se estabelecer e se expandir, é necessário a adição de novos valores que não se sustentam somente em questões econômicas, valores esses que apontamos em detalhe no tópico 4.2, quando analisamos os benefícios psicossociais e promoção de saúde mental, agregados à participação de mulheres em grupos de Economia Solidária, especificamente no grupo “Mulheres da costura”.

Como vimos nos capítulos anteriores, a Economia Solidária chegou ao Brasil em meados dos anos 80, porém, mesmo após aproximadamente 40 anos, ela ainda não conseguiu se estabelecer em uma posição que consiga fazer uma frente em relação ao modelo capitalista, entendemos que os princípios dessa economia, exigem um comprometimento grande das/os participantes, no sentido de compreender que esses grupos não são apenas uma opção para geração de renda, mas uma proposta de mudança social. Os princípios da Economia Solidária abraçam valores que são excluídos na economia capitalista, como: a colaboração, a solidariedade, a igualdade, a autogestão e a preservação do meio ambiente. Sem pôr em prática esses princípios, não é possível trabalhar sob este modelo, o que vem a ser um desafio, pois o comprometimento das partes é essencial para que o trabalho aconteça.

Ainda sobre o comprometimento com os empreendimentos solidários e o respeito aos seus princípios, neste caso, a gestão coletiva, ela carrega consigo a igualdade como um princípio inseparável. Sobre uma sociedade igualitária, Singer nos diz:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (SINGER, 2002, p. 09).

A partir da citação acima, reforçamos mais uma vez a ideia de que a igualdade é fundamental, sendo protagonista nos empreendimentos de Economia Solidária, assim como na cooperação entre as/os membras/os. Para Milani et al. (2020), o entendimento dos princípios da Economia Solidária é fundamental para a formação e condução dos grupos, porém, mais importante do que entender quais são esses princípios, é pô-los em prática. A autogestão é o modo de organização desses empreendimentos, onde ela acontece de forma descentralizada e se utiliza do princípio da igualdade, tanto para a divisão dos valores ganhos, quanto para a tomada de decisões. Assim, para que a gestão coletiva aconteça, é indispensável a atuação do princípio da igualdade. Sobre esse princípio, os diálogos com as mulheres da nossa pesquisa, se concentram na divisão dos valores recebidos.

Não tinha quem costurasse mais, nem menos não. A gente dividia pra tudo dar certo (...) Até as meninas diziam assim, se fosse por produção a Lourdes vai ganhar mais. Eu disse não, mas se é um grupo a gente tem que ganhar tudo por partes de iguais (Lourdes).

Porque ali não tinha trabalho nem mais pra um, nem mais pra outro, era tudo igual porque elas dependiam da gente para ter o material cortado, porque senão não trabalhava e a gente precisava cortar pra elas costurarem né? Então foi uma união. Umas cortava outras costurava (Neliane).

E esse dinheiro, ele foi dividido pra todas, em partes iguais. Tanto pra mim quanto pra elas, porque foi o nome do grupo é geração de renda. Então se é um grupo de geração de renda eu tenho que levar elas a gerar renda pra elas. Né? Eu peguei o grupo, né? Que já tinha segurança, foi o grupo de dois anos atrás quando começou a pandemia e peguei essa encomenda de cinco mil máscaras, e daí a gente fez em vinte e dois dias e eu distribuí o dinheiro em partes iguais pra todas inclusive pra mim, pra todas, né? Eu dividi partes iguais e daí a gente faz dessa forma (Claudemira).

Já estava naquela coisa da pandemia, né? Então não podia mais estar se juntar. E o da máscara, a gente foi dividido foi cinco costureira com a Ninha, então eu, Lourdes, Leo, das duas meninas da Usina Peixe, e Lúcia, pois foi seis pessoas. Então esse dinheiro a gente ficou, cada uma recebeu dois mil reais (Maria Helena).

Diante dos diálogos acima, percebemos que todas as mulheres da nossa pesquisa, entendiam e valorizavam a igualdade nas relações do trabalho realizado, isso representa o respeito que elas destinam umas às outras, reforçando aquele espaço como sendo de iguais. Quando trazemos as falas das nossas participantes, percebemos que nesse grupo, a igualdade entre elas já foi estabelecida, porém gostaríamos de ressaltar que, para que isso acontecesse, um longo processo de adaptações cotidianas tiveram que ser construídas, um exercício que não

é fácil, principalmente quando se está inserido em uma sociedade capitalista. Também gostaríamos de apontar o tamanho do grupo, como um fator que pode ter contribuído para que essas relações tenham se estabelecido de forma tão exitosa¹³.

Por tudo que foi apresentado sobre o grupo até o momento, compreendemos que estas conceituações teóricas relativas às práticas em Economia Solidária, possivelmente não eram uma pauta inserida em seus diálogos, porém, mesmo sem compreender teoricamente seus princípios e valores, elas os praticavam no cotidiano, pois tinham suas relações guiadas através de um compromisso de cuidado e solidariedade umas com as outras.

(...) um grupo pequeno, com poucas integrantes e em consolidação. Portanto, com uma facilidade muito maior em assumir, gerir e lidar com alguns dos princípios da Economia Solidária. Por ter essas características, as dinâmicas de trabalho e as relações entre elas são também menos conflituosas, diferentemente de um grupo com uma escala maior (SINGER, 2002 p. 10).

Alicerçadas na igualdade e na autogestão, o grupo dividia as tarefas como modo de organizar seu trabalho. Essa divisão é fruto da compreensão de que cada uma contribui de alguma forma, e isso se reflete em um esforço coletivo para alcançar melhores resultados que contemplem a todas/os (ARNS, 2017). Tendo a igualdade como a essência da autogestão, e observando que ela estava presente nas relações entre as integrantes, os resultados a seguir não causam surpresa.

Trazendo essas questões para o empreendimento pesquisado, não foram observados grandes desafios internos, o grupo é pautado na solidariedade, igualdade, cooperação e confiança entre as integrantes. De acordo com elas, todas se ajudavam mutuamente, e como dissemos acima, a divisão do trabalho era feita de acordo com as habilidades de cada uma, bem como sua identificação pessoal com o trabalho. Logo, elas podiam escolher o que desejavam fazer, dentro das necessidades de costura do grupo.

Cada uma tinha sua função. A gente cortava, elas costuravam, nós tirava o acabamento todinho pra deixar elas (máscaras) prontas já pra embalar. Cortava e finalizava pra tirar o que ficou delas, cê entendeu? Assim, se ficou uma linha. Ficou alguma coisa troncha a gente tinha que olhar porque aí a gente tinha que mandar de novo pra costurar e desmanchar. (...) Isso, assim, da fanfarra mesmo, a gente costurou eu não lembro quantas camisas, mas como tinha três que morava aqui na fazenda aí foram dividido dez camisa pra

¹³ Sabemos das imensas dificuldades enfrentadas pelos diversos empreendimentos solidários em exercer suas atividades com base nos princípios estabelecidos por ele. Quando apresentamos o grupo que pesquisamos, não estamos idealizando o funcionamento de todos os empreendimentos, inclusive nem desse, apenas estamos apresentando características que são apontadas pelas próprias integrantes. Em momento algum, afirmamos que esse nível de integração, respeito e cooperação aconteceu de repente.

cada costurar né? Aí foi dividido. Era assim, se a gente quiser pegar dez, quinze, doze, a gente pegava. A gente pegava aqui aquela quantidade que a gente via que ia poder entregar naquele dia. Está entendendo? Ninha deixa ela à vontade. Se vocês quiserem pegar vinte, pegar vinte, dez, dez. Pronto, era assim (Neliane).

Formar um empreendimento sob uma nova ótica econômica, permite que as integrantes usufruam de todos os benefícios que esse modelo de economia e trabalho podem ofertar. Mais uma vez, reafirmamos que esses benefícios não são apenas financeiros. A confiança existente entre elas fortalece ainda mais os seus laços, a liberdade em poder opinar e decidir coletivamente, apresenta a elas outra possibilidade de trabalho, levando em consideração as necessidades do grupo. O trabalho em Economia Solidária, acontece sob a observância de alguns aspectos que já foram apontados em nosso texto, e aqui surgem novamente como fatores que contribuem para uma gestão coletiva possível: o respeito entre as integrantes; a autonomia individual e grupal e a tomada de decisões sempre de forma coletiva, esses três elementos não podem faltar no processo de trabalho com vistas aos princípios da Economia Solidária (SZUL; MOURA, 2017).

Diante da análise dos desafios da gestão coletiva no grupo que pesquisamos, observamos que eles não foram relatados. Há no entanto, o desafio da formalização, que não é um desafio inerente à gestão coletiva, no sentido da organização do empreendimento para a realização dos trabalhos, mas é um dos maiores desafios enfrentados pelo grupo, pois a informalidade impede de certa forma o crescimento do empreendimento, tendo em vista que a formalização permitiria que o grupo pudesse expandir o seu trabalho, através da concessão de empréstimos, que poderiam aumentar a autonomia financeira; permitiria a inserção em programas de apoio governamental, que exijam a formalização e traria novas oportunidades de negócios com outras instituições.

As participantes apresentaram em seus discursos, que o trabalho através da gestão compartilhada; com igualdade; com a divisão das tarefas de acordo com a identificação pessoal de cada uma, é realizado de forma natural por elas, sem que haja dificuldades para isso. Também é possível observar diante da falas das mulheres, que essa liberdade em decidir, lhes torna mais autônomas, ao passo que a gestão coletiva, também é uma fonte para a promoção da autonomia, uma questão importante para as mulheres que integram o grupo, e que será discutida no tópico seguinte.

4.5. “Mulheres da Costura” e a produção de autonomia

Questões relativas à autonomia das mulheres, permearam toda a nossa pesquisa como sendo uma das principais questões que desejávamos analisar. *O impacto do trabalho cooperado na produção de autonomia das mulheres do grupo de Economia Solidária “Mulheres da Costura”*, é o objetivo geral desta pesquisa. Aqui somos convidadas/os a analisar se o fato de integrarem o grupo em questão auxiliou no processo de autonomia das mulheres que o integram.

Para iniciarmos nossas discussões, gostaríamos de trazer Mariano (2021). Para a autora, a autonomia das mulheres diz respeito à liberdade para tomar decisões próprias, de maneira que ela possa assumir suas características indenitárias e agir de acordo com suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico e social, decisões essas tomadas com base em seu conhecimento e experiências vividas. Ainda de acordo com a autora, o desenvolvimento da autonomia se dá de diferentes formas para cada uma das mulheres. O espaço social que ela ocupa, pode favorecer ou não esse movimento. Para as mulheres de baixa renda, baixa escolaridade e desempregadas, perfil que se assemelha ao das nossas participantes, esse processo pode acontecer de forma mais lenta.

As aspirações e os desejos próprios são formados em contextos materiais e simbólicos, configurados pelo processo de socialização e pelos recursos aos quais as mulheres têm acesso. Há, portanto, impactos da opressão e da dominação na formação das preferências e no exercício da autonomia das mulheres (MARIANO, 2021, p. 04).

Ao trazermos a autonomia dessas mulheres para as nossas análises, não pretendemos apenas apresentar se esse processo aconteceu ou não, mas discutir como ele acontece, e as dificuldades que foram enfrentadas por elas ao buscarem-na. Manteremos nossa pesquisa alinhada aos diálogos estabelecidos com nossas participantes, e traremos os processos de autonomia relatados por elas.

O primeiro passo em direção à autonomia, é perceber essa necessidade. De acordo com bell hooks (2015), o sistema patriarcal é estruturado de um modo em que o sexismo restringe o comportamento das mulheres em algumas esferas específicas e permite que haja liberdades limitadas em outras. Essa ausência de restrições extremas, pode levar algumas mulheres à falsa sensação de liberdade, assim elas não se dariam conta do fato de serem exploradas e/ou discriminadas e até levadas a acreditar que não são oprimidas. Essa liberdade disfarçada, pode dificultar a percepção das mulheres de sua condição de subordinação, retardando o processo de busca por autonomia. Logo compreender essa necessidade é o primeiro passo.

O contexto e a classe social, também influenciam nesse processo. Para bell hooks (2015), as mulheres que possuem um maior poder aquisitivo, podem demorar mais tempo para perceberem as opressões as quais são expostas. Já para as mulheres de baixa renda, a necessidade de emancipação acontece desde muito cedo, os fatores que as oprimem se apresentam de forma clara, o que permite que o despertar dessas mulheres para a necessidade de autonomia aconteça de maneira mais rápida.

De acordo com Mariano (2021), outros fatores podem favorecer o processo de autonomia, um deles são as relações familiares. As dinâmicas familiares ocupam um lugar de destaque para a promoção, ou não, da autonomia das mulheres. A família é uma organização da convivência, é uma estrutura de poder com fortes componentes ideológicos e afetivos. Se o ambiente familiar é propício para a promoção de autonomia, é possível que as mulheres a desenvolvam com menor dificuldade, mesmo considerando as dificuldades econômicas que muitas vezes limitam essa promoção. Conseqüentemente ela se sentirá fortalecida para exercer seus direitos e usufruir de sua liberdade com mais confiança. Se o ambiente familiar não estimula esse movimento, possivelmente haverá questões internas que dificultarão esse processo.

Quando afirmamos que o espaço social que a mulher ocupa pode ou não favorecer o seu processo de autonomia, devemos levar em consideração que a categoria mulher não é homogênea. Ela é múltipla e incorpora uma diversidade de experiências e categorias, além das características regionais, culturais e religiosas que compõem a formação de suas identidades e a percepção delas em relação à sua própria existência. Essa diversidade, não permite que façamos referência às mulheres de uma forma generalizada. Logo, neste texto estamos nos referindo às mulheres da nossa pesquisa e por associação, suas semelhantes. Como já exposto nos capítulos anteriores, nossas participantes são mães, avós e filhas que não estão inseridas no mercado de trabalho formal; mulheres de baixa renda; que residem em um cidade do interior nordestino; que não tinham renda própria. É deste perfil que partimos, para desenvolver nossas discussões.

A tomada de consciência da necessidade de resistir às opressões, é o que faz com que as mulheres passem a reconfigurar suas vidas em direção a um processo de autonomia e emancipação. O meio social que as mulheres se inserem, pode facilitar e auxiliá-las nesse processo. Para nossas participantes, podemos afirmar que o empreendimento de Economia Solidária por elas integrado, é um elemento importante para o processo de autonomização. Certamente não é o único. Ele se configura em uma rede de relações forjadas e fortalecidas por

essas mulheres que, paulatinamente, vão conquistando reconhecimento, visibilidade e um aumento sensível na renda familiar.

De acordo com Gaiger (2007) os grupos que se apoiam na cooperação e na solidariedade, contribuem diretamente no fortalecimento da identidade de suas/seus membras/os, propiciando a elas/es uma maior autonomia e confiança, assim como também se destaca a união em torno de objetivos comuns. Além das contribuições de Gaiger (2007), Oliveira (2008) acrescenta a característica autogestionária e o exercício da participação e da convivência, presentes no empreendimento solidários, como meios para a construção de novas relações entre as pessoas, e se torna um campo fecundo de lutas por autonomia.

Ao trazermos autonomia, como uma categoria analítica para nossa pesquisa, tentamos avaliar de que forma e em que setor da vida das nossas participantes ela exerce maior influência, sabendo desde logo, que ela pode se desenvolver em diversos aspectos da vida de uma pessoa, e que esse processo não acontece por inteiro, em um único momento, podendo cada uma das nossas participantes apresentarem maior ou menor nível de autonomia em diferentes setores de suas vidas. Mariano (2021) nos diz que a autonomia e a liberdade nunca serão totais, porque elas são uma construção, que acontecem progressivamente em vários níveis, ao passo que sempre será necessário mudar alguma coisa em algum momento e realizar novas conquistas que não estavam postas anteriormente, a autonomia é constituída no dia a dia, durante todos eles.

No empreendimento pesquisado, gênero e classe estão costurados e arrematados. A criação do curso de corte e costura e posteriormente do grupo de Economia Solidária “Mulheres da costura”, teve o objetivo de atender as necessidades de profissionalização e geração de renda, das mulheres de baixa renda daquele município. A participação no grupo foi um impulsionador no processo de autonomia das integrantes. Gaiger (2007) concebe os empreendimentos solidários não só como fonte de geração de renda e trabalho, mas destaca também o quanto eles são importantes no fortalecimento de indivíduos ou grupos.

Traremos a seguir alguns trechos dos diálogos que estabelecemos com as nossas participantes, a fim de entendermos melhor como esse processo se deu na prática.

(...) quando eu fui convidada pra fazer parte do grupo de funcionário, né? Pra ser instrutora do CRAS, do curso de corte e costura. Foi quando assim veio aparecer essa oportunidade, veio o medo, veio. Mas aí eu enfrentei o medo pra poder ver até onde eu podia ir, né? E comecei, foi um nervosismo assim bem complicado pra mim, enfrentar uma turma onde eu já estive naquela posição né? (Claudemira).

Claudemira aceitou o convite para ser instrutora do curso de corte e costura, no primeiro momento ela sentiu medo e nervosismo, mas esses sentimentos não a impediram de continuar, ela sabia que aquela era a oportunidade de fazer algo diferente, que a desafiasse, e ao mesmo tempo uma oportunidade para ajudar no desenvolvimento pessoal de outras mulheres, com as quais ela mantinha um vínculo afetivo.

Como já colocado anteriormente por Claudemira, a maioria das mulheres chegavam desmotivadas, por tantas dificuldades que enfrentam diariamente, acreditando que não tinha capacidade para aprender mais nada, e ela aos poucos vai mostrando a cada uma que é possível aprender mais, e sempre.

Não foi apenas Claudemira que expôs as dificuldades encontradas durante o processo de retomada da autoconfiança e autonomia das mulheres do grupo, as próprias integrantes, apontam as dificuldades, assim como atribuíram a Claudemira o apoio necessário para conseguirem.

A Ninha que é a nossa professora também sempre deu aquele apoio sempre conversava e tudo né? Quando a gente dizia não consegue não vou conseguir isso, ela “- *você vai conseguir, vai conseguir*” e justamente a gente conseguia, né? Depende da gente, né? Da força de vontade da gente (Lúcia).

Eu tinha eu sou insegura pra cortar, até hoje sou pra fazer roupa de modelo, até hoje eu sou segura, a Ninha só dá pra rir, ela diz: - *você sabe, você sabe*. Mas a Ninha ela tirou uma parte da minha insegurança, né? A Ninha ela me passou confiança (Maria Helena).

Aquele espaço além de promover o aprendizado, também promovia o trabalho, e esse trabalho se tornou um instrumento de transformação em suas vidas. A partir do incentivo que Claudemira destinou a cada uma, elas passaram a compreender, o potencial e a capacidade que tinham, não apenas de aprender, mas também de ensinar umas às outras, e de produzir e gerar renda. Assim aquele grupo de Economia Solidária, tornou-se um espaço de compartilhamento de conhecimento, que privilegiou e favoreceu o desenvolvimento da autonomia das suas integrantes.

O grupo como um todo se ajuda e se fortalece. Quando uma mulher se sente capaz, ela pode ser um meio para que outras mulheres também encontrem sua força, quanto mais elas se tornam autônomas em suas escolhas, mais robusta se tornará a base do grupo que elas formam, e assim maiores serão os benefícios que ele poderá oferecer às suas integrantes, tornando-o um instrumento de mudança social cada vez mais significativo naquele espaço.

Todas as mulheres participantes, puderam desenvolver seu nível de autonomia a partir desse grupo de Economia Solidária, retomaram sua autoconfiança e estão conquistado sua

autonomia financeira. Diante de todas as reflexões realizadas até o momento, é possível afirmar que o empreendimento solidário pesquisado, foi um facilitador na promoção da autonomia das mulheres que o integram, isso só foi possível através do empenho e disponibilidade das integrantes em apoiarem-se mutuamente em seus processos. Com destaque para Claudemira, que desde antes de se tornar oficialmente uma liderança e inspiração para as outras mulheres do grupo, sempre pensou de forma coletiva, e em como essa coletividade poderia contribuir positivamente na vida das mulheres. Inicialmente pensando nas questões financeiras, e posteriormente, observando na prática, que outros benefícios foram incluídos com a participação no grupo. Para finalizarmos nossas análises, seguimos com a fala de Claudemira:

Observando as minhas primeiras alunas, que hoje elas trabalham pra elas mesmas em casa né? As que já passaram por mim e hoje elas são mais confiante nelas mesmo. Hoje elas confiam nelas. Né? Hoje elas não estão andando mais de cabeça baixa como uma coitadinha. Entendeu? Então hoje ela é aquela pessoa que tem mais é segurança. Nelas. Então só delas estarem gerando renda, o pouco que elas ganham já é uma alegria porque ela já sabe que ela é capaz (Claudemira).

Concluimos a análise deste tópico, afirmando que o processo de conquista da autonomia, vivenciado por nossas participantes, está acontecendo diariamente, essa transformação não é rápida ou fácil, também não segue uma linearidade, mas ela está acontecendo a todo o tempo. Quando Claudemira compara, como as mulheres eram ao entrarem no grupo, e como estão hoje, é nítido o processo de mudança pelo qual elas passaram, mudanças advindas das relações estabelecidas entre todas as mulheres daquele grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentamos durante todo o nosso texto, o modelo de trabalho em Economia Solidária, se apresenta como uma opção ao desemprego, em algumas regiões do país, e como uma alternativa à fome em outras. Aqui trouxemos a experiência em Economia Solidária, vivenciada por mulheres do interior alagoano, mulheres que formaram um grupo, para trabalhar de forma coletiva e cooperada. Para que um empreendimento seja considerado como Economia Solidária ele precisa atender a alguns princípios como a autogestão e/ou gestão coletiva, a cooperação, a solidariedade, o consumo consciente, a proteção ao meio ambiente e outros já discutidos nos capítulos anteriores. Inicialmente esse modelo econômico se instalou nos centros urbanos, e posteriormente com a ajuda do MST, passou a ser difundido nos estados e regiões onde a agricultura e pecuária eram o meio de produção econômica predominante, essa expansão deu origem a uma grande diversidade de segmentos.

A maioria das/os integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária são pessoas que estão fora do mercado de trabalho formal, pessoas que perderam o emprego e não conseguiram retornar, ou pessoas que não tiveram a oportunidade de se inserir nesse mercado. Dentre as pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho, a maior parcela corresponde às mulheres. Como discutimos no capítulo 2, o mercado de trabalho favorece a contratação de mão de obra masculina em detrimento da feminina, além de remunerar melhor os homens.

Um outro fator que acaba afastando as mulheres do mercado de trabalho, são os cuidados com as/os filhas/os e o lar. Sabemos que as tarefas domésticas e cuidados com as/os filhas/os recaem majoritariamente sobre as mulheres/mães, que na falta de uma rede de apoio para partilhar essas tarefas acabam não conseguindo conciliar o trabalho exaustivo que realiza fora e dentro de casa. Fora do mercado de trabalho, não por opção, elas precisam buscar formas alternativas de gerar renda, um desses meios tem sido o trabalho em empreendimentos solidários.

Apesar da geração de renda ser um dos principais objetivos dos empreendimentos solidários, eles agregam outros valores, como: a promoção da saúde mental das/os integrantes; a integração social; o processo de autonomia e empoderamento. Além desses podemos citar os benefícios ao meio ambiente, através do consumo consciente; a produção como menor impacto ambiental; o baixo desperdício; o reaproveitamento de materiais que podem ser reciclados e a não poluição dos rios, fazem parte da proposta de produzir em Economia Solidária.

O trabalho nesse modelo de produção promove uma integração coletiva, que não é observada nos empreendimentos que seguem o modelo capitalista. A cooperação e a

solidariedade estão constantemente presentes nesses ambientes, assim como a igualdade. A coletividade é ponto chave para se trabalhar desta forma, os empreendimentos solidários não sobrevivem se não houver cumplicidade e confiança entre as/os integrantes.

Nossa pesquisa foi realizada em um empreendimento de Economia Solidária, chamado “Mulheres da costura”, que é formado apenas por mulheres, e se localiza em uma pequena cidade do interior do estado de Alagoas, o grupo existe a aproximadamente cinco anos e realiza trabalhos em costura de forma coletiva. Os diálogos estabelecidos com 5 participantes do grupo, foram utilizados para realizar as análises dos objetivos estabelecidos nesta pesquisa, dialogando com a literatura existente.

Diante das análises dos objetivos, observamos, que para as mulheres participantes desta pesquisa o motivo para a inserção neste empreendimento de Economia Solidária, foi inicialmente a geração de renda, esse é um dos fatores mais apontados por integrantes desse tipo de empreendimento. Além deste elemento, outros também foram considerados, como: aprender uma profissão; fazer consertos de roupas para a família; construir e fortalecer outros vínculos de amizade e a promoção da saúde mental.

Neste sentido, a Economia Solidária assume o desafio de aproximar seus princípios e valores tanto da geração de renda, necessária para o sustento das/os suas/seus membras/os, como também assume uma abordagem de desenvolvimento social, impulsionando o empreendedorismo nas comunidades, criando negócios baseados na cooperação e reciprocidade, elementos fundamentais para propiciar um ambiente acolhedor que favoreça o desenvolvimento pessoal e coletivo, das/os participantes (ROCHA, 2020).

Esses empreendimentos também apresentam algumas dificuldades, no caso do “Mulheres da costura”, apontamos a falta de formalização e a geração de renda insuficiente para manter uma sede própria, criando assim uma dependência estrutural da instituição CRAS. Assim, não gostaríamos de romantizar o trabalho exercido pelas mulheres da nossa pesquisa, nem o trabalho de outras/os participantes de desse tipo de organização. O trabalho sob essa perspectiva apresenta dois lados que divergem e convergem em alguns momentos. Esse modelo claramente se mostrou uma opção alternativa ao desemprego e à fome.

Se pensarmos juntos, perceberemos o quão difícil está sendo para uma parcela da população brasileira, ter acesso ao emprego e à renda suficientes para manter suas necessidades básicas. O perfil da/o brasileira/o que se encontra desempregada/o há mais de 2 anos, foi apresentado em um levantamento realizado pela Secretaria de Políticas Econômicas (2021), esse perfil é formado por um público majoritariamente feminino, na proporção de uma mulher desempregada para cada homem, jovens e com baixa escolaridade. O mercado de trabalho é

restrito para essa população, então o trabalho em Economia Solidária se torna uma opção de sobrevivência. Talvez a frase “uma opção”, não esteja correta, “única opção” pode ser a que mais se adequa às condições impostas às/aos trabalhadoras/es que estão fora do mercado de trabalho, isso expõe as fragilidades econômicas do país, acentuando a fragilidade de pessoas e famílias de baixa renda.

Por outro lado, a Economia Solidária apresenta princípios, que auxiliam no fortalecimento das relações sociais; na preservação das culturas locais; favorece a autonomia e o empoderamento das/os integrantes, promove um movimento de apropriação cultural e abre espaço para a formação de movimentos sociais. Assim, não estamos romantizando um trabalho que ocorre na maioria das vezes de maneira informal, sem direitos a benefícios previdenciários e/ou trabalhistas e sem garantia alguma de que a renda obtida naquele mês suprirá as necessidades básicas de suas famílias. Porém, mesmo com todas os limites apresentados, para as mulheres do grupo que pesquisamos, esse modelo de trabalho se mostrou um espaço onde elas adquiriram conhecimento, geraram renda, produziram autonomia, estabeleceram laços afetivos e lhes mostraram novas perspectivas de vida.

A construção desta pesquisa, em muito se assemelhou ao trabalho que as mulheres do grupo “Mulheres da costura” realizam. Costurar não é apenas passar linha na agulha e unir pontas de tecidos, antes de tudo, exige-se um planejamento. Se para quem não tem intimidade com tecidos, linhas e agulhas, isso pode parecer difícil, para quem sabe costurar, o nível de dificuldade é maior do que parece. O primeiro passo para iniciar a costura de qualquer peça é definir o modelo, nesse passo acontece o planejamento, aqui se escolhe o modelo; se tira as medidas; decide-se a cor e o tecido que se adequa ao modelo escolhido. Só após o planejamento, é que se fazem os moldes e compra-se os materiais que foram definidos na etapa anterior, e por último, quando se está com o planejamento e os materiais, inicia-se o processo de costura. Mas não podemos esquecer que as mãos habilidosas da costureira/o é quem faz tudo acontecer.

Com nossa pesquisa foi da mesma forma, primeiro uma ideia, que deu lugar a um projeto, ainda tímido, e precisando de muito planejamento. Ao longo de um ano esse planejamento foi acontecendo, os materiais necessários para nossa costura começaram a ser definidos, e o molde para o trabalho final foi o projeto de qualificação. Já com a estrutura pronta, começamos a realizar os recortes e as costuras, nesse ponto realizamos os diálogos com nossa participantes, pesquisamos a fundo sobre Economia Solidária; desigualdades de gênero; mercado de trabalho e uma gama de autoras/es que discutem os feminismos a partir de diversos ângulos. Após estarmos com todo o material necessário para a construção do nosso trabalho, passamos a costurar as partes. Durante todo esse processo, costuramos, descosturamos e

recosturamos, escrevemos e reescrevemos palavras, parágrafos e capítulos, realizamos novos recortes e redefinimos nossos moldes quantas vezes foram necessários.

Para chegarmos até aqui, tivemos que experienciar, as mesmas etapas que as peças de roupas confeccionadas pelo “Mulheres da costura”. Chegar ao final, não significa dizer que não há mais o que se pesquisar sobre o tema, apenas, que foi discutido tudo aquilo que se pretendia para este momento, deixando assim a ponta da costura solta, para quem quiser costurar mais um retalho, nessa colcha gigante.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, H. P. De(s)colonizar o conhecimento, desmarginalizar os saberes e interligar as lutas políticas ao sul. In: *Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos* / Claudia Mortari, Luisa Tombini Wittmann (Org.). – Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.
- ANZALDÚA, G. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Estudos feministas, 2000.
- ARNS, D. *Tempos do cotidiano de uma cooperativa de economia solidária*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.
- ARRUDA, A. P. S. Elementos e características da Economia Solidária. In *Economia Solidária e desenvolvimento social: perspectivas e desafios no contexto da educação ambiental / coordenação de Geraldo Márcio Timóteo*. – 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019. Disponível em: <<https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/201/2021/01/economia-solidariaedesenvolvimentosocial.pdf>>. Acesso em: 06/07/2022.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Alagoas a voz do povo. Municípios alagoanos: São Luiz do Quitunde*, 2018. Disponível em: <<https://www.al.al.leg.br/municipios/sao-luis-doquitunde#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20de%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs,de%20%22Po%C3%A7o%20dos%20Veados%22>>. Acesso em: 26/01/2022.
- AZAMBUJA, R. L. Os Valores da Economia Solidária. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº 21, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sociologias/article/view/8869/5110>>. Acesso em: 15/11/2020.
- BANDEIRA, L. A. Contribuição da crítica feminista a ciência. *Revista Estudos Feministas*, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>. Acesso em: 03/10/2021.
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- BORGES, J. B.; SGUAREZI, S. B. *Economia solidária e educação*. Akropolis Umuarama, 2012. Disponível em: <[ile:///C:/Users/PC/Downloads/4869-15120-1-PB.pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/4869-15120-1-PB.pdf)>. Acesso em: 10/11/2021.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista brasileira de enfermagem*, Brasília/DF, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Acesso em: 13/09/2022.
- CAMPOS, C. J. G; TURATO, E. R. Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico-qualitativa: Aplicação e perspectivas. *Revista Latino-americana de enfermagem*, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000200019>>. Acesso em: 13/09/2022.

CARLOTO, C. M; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. Serviço Social & Sociedade, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100008>>. Acesso em: 14/06/2022.

CARVALHAL, M. D. O trabalho e a dinâmica territorial do capital. Revista Pegada – vol. 9 n.1, 2008. Disponível em < file:///C:/Users/PC/Downloads/1653-4912-1-PB.pdf>. Acesso em: 01/05/2022

CARVALHO, J. J. de. Encontros de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CERRUCCI, I; ARANHA, M. F. S; ANJOS, E. G. Uma análise do trabalho nos empreendimentos solidários formados por mulheres. Anais I congresso internacional de economia popular e solidária e desenvolvimento local: diálogo Brasil Cuba, Feira de Santana, 2016. Disponível em: < https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4882_pt.html>. Acesso em: 15/01/2021.

CHANIAL, P; LAVILLE, J. L. “Associativismo”, in A. Cattani et al. (orgs.), Dicionário internacional da outra economia, Coimbra, Almedina, 2009.

CORRAGIO, J. L. Problematizando a Economia Solidária e a globalização alternativa. Apresentação no II Encontro Internacional sobre Globalização e Solidariedade. Quebec, 09 a 12 de outubro, 2001.

COSTA, C. J. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! Sociedade e Cultura, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70320084003>>. Acesso em: 24/08/2022.

COSTA, D. F. C; PAULON, S. M. Participação Social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo saúde em debate. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qCDJt4SkL9wfbvppqPs8LH/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 04/08/2022.

CRUZ, L. A.; CAVALCANTE, L. M. A.; PESSOA, S. C. Economia Solidária e gênero no processo de construção da cidadania. In: XXIX CONGRESSO ALAS, Santiago, 2013.

CULTI, M. N. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. 2018. Disponível em: <<http://www.ecosol.com.br/publicacoes>> Acesso em: 17/10/2021

DANTAS, I. Contribuição sobre Economia solidária para o Grupo de Alternativas econômicas Latino-Americano da Marcha Mundial das Mulheres. Sempre viva organização feminina, 2014. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/7556290-Contribuicao-sobre-economia-solidaria-para-o-grupo-de-alternativas-economicas-latino-americano-da-marcha-mundial-das-mulheres-isolda-dantas-1.html>>. Acesso em: 12/05/2022.

DAVID CÁSSIO SIMÕES TAVARES: Diretor de Economia Solidária da Secretaria de Trabalho Abastecimento e Economia Solidária do município de Maceió. 2021

DUBEUX, A. Educação em economia solidária e autogestão. Recife: MXM Gráfica e Editora, 2018. (Coletânea educação popular e economia solidária no Nordeste).

FBES- Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Relatório da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2010. Disponível em:< <https://fbes.org.br/>>. Acesso em: 20/10/2021.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000100001>. Acesso em: 27/08/2022.

FERRARI, Rosana. O Empoderamento da Mulher. 2013. Disponível em: <http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>. Acesso em: 19/09/2022.

FGV- Fundação Getúlio Vargas. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. 2022. Disponível em:< <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 20/08/2022.

FIGUEIREDO, E. G; LEITÃO, E. S. de F; MOURA, M. de S. R; PEREIRA, P. P; FERNANDES, S. L; SILVA, W. de F. Promoção da saúde mental comunitária em um território vulnerabilizado: desafios e possibilidades. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, 2021 Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol20-issue2-fulltext-2190>>. Acesso em: 02/08/2022.

FISCHER, I. R. A Participação da Mulher no Orçamento Familiar. In: XIII encontro da associação brasileira de estudos populacionais. Realizado em Ouro Preto/MG, de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: < <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/940>>. Acesso: 7/10/2022.

FORUM ECONOMICO MUNDIAL. Davos, Suíça. 2022. Disponível em:< <https://news.un.org/pt/tags/forum-economico-mundial>>. Acesso em: 08/08/2022.

FRANÇA FILHO. G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 2007. Disponível em < <https://base.socioeco.org/docs/a041-7437-1-pb.pdf>>. Acesso em: 02/02/2021.

FRANÇA, T; PADILHA, B. Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate. *Configurações revista de psicologia*, 2013. Disponível em:<: <http://journals.openedition.org/configuracoes/2203>>. Acesso em: 04/03/2021.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) *Democracia hoje* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

FREIRE, A. P. V. Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania. São Paulo, 2017. Disponível em :< <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-13112017182410/publico/Freire2017.pdf>>. Acesso em: 02/01/2022.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE. P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários e práticas educativas*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. *Revista Dados*, 2007.

GODOY, T. M. P. Políticas públicas para economia solidária no Brasil: a autogestão na reprodução das relações sociais de produção. E-cadernos CES [Online], colocado online no dia 01 dezembro 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.4000/eces.1256>>. Acesso em 20/02/2021.

GRADE, M; AMARAL, C; CERRI, L. PET/conexão de saberes, ICSA/UFOP: formação e produção de conhecimento. In: RUFINO, Sandra; NOGUEIRA, Thiago (Org.). PET/conexão de saberes, ICSA/UFOP: formação e produção de conhecimento. 1ed.Ouro Preto: UFOP, v. a, p. 87-105, 2012.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número, 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>>. Acesso em: 03/03/2021.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80/2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.697>>. Acesso em: 04/03/2021.

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, p. 11-30, 2005.

GUERRA, A. C; TOLEDO, D. A. C. Economia Solidária e relações de gênero: analisando uma nova relação de trabalho. ENANPAD. Rio de Janeiro, 25 a 29 de set/2010. Disponível em:< http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/53/gpr590.pdf>. Acesso em: 05/07/2022.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu (5): pp. 07-41, 1995. Disponível em:< https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf>. Acesso em: 10/05/2021.

HARDING, S. “Introduction: Is there a feminist method?”. In Feminism and Methodology, edited by Sandra Harding. Bloomington: Indiana University Press, 1-14. 1987.

HIGA, W. As Redes De Economia Solidária: convergências e divergências entre a cidadania e a inovação tecnológica. Texto apresentado ao I Simpósio de lutas sociais na América Latina. Londrina, GEPAL-UEL, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/willianhiga.pdf>>. Acesso em: 05/11/2021

HILLENKAMP, I; GUÉRIN, I; VERSCHUUR, C. A Economia Solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. O texto original «Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire» foi publicado na Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico, nº 7, p. 5-43. ACEESA, Ponta Delgada, outubro de 2014. Tradução de Nathalia Capellini. Disponível em: < <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-as-teorias-feministas.pdf>>. Acesso em: 27/05/2022.

HOOKS, B. Erguer a Voz: Pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>>. Acesso em: 13/08/2022.

IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. Censo populacional. 2010. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/flexeiras/panorama>>. Acesso em: 01/10/2021.

IBGE- instituto brasileiro de geografia e estatística. Estatísticas de gênero- indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro. IBGE, 2020. Disponível em :<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9025-economia-informal-urbana.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 29/01/2021.

IBGE- instituto brasileiro de geografia e estatística. História e fotos. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/flexeiras/historico>>. Acesso em 23/01/2022.

IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 24/06/2022.

IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística. São Luiz do Quitunde. 2022. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-luis-do-quitunde/historico>>. Acesso em: 01/10/2021.

II FORUM SOCIAL MUNDIAL. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global.

Porto Alegre, fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/fsm2.htm>>. Acesso em: 07/11/2021.

IPEA- Instituto de Economia Aplicada. Os novos dados do mapeamento de Economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília. 2016.

IPEA- Instituto de pesquisa econômica aplicada. Igualdade de gênero. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília. 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4247/1/bps_22_2014_IGenero.pdf. Acesso em: 12/04/2022.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de jess oliveira. Rio de janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, K. S; RODRIGUES, M. S. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 11 – 2018. Disponível em:< [file:///C:/Users/PC/Downloads/844-Texto%20do%20artigo-3859-1-1020181221%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/844-Texto%20do%20artigo-3859-1-1020181221%20(1).pdf)>. Acesso em: 05/07/2022.

MANCE, E. A. Reds solidárias de colaboração. Revista vinculado, 2007. Disponível em:<https://vinculado.org/economia_solidaria/redes_solidarias_de_colaboracao.html>. Acesso em: 10/04/2022.

MARIANO, S. A. Agência e autonomia feminina: aportes para estudos sociológicos em contextos de pobreza urbana. Revista Estudos Feministas [online] v. 29, n. 3. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n368075>>. Acesso em: 12/08/2022.

MARTINS, A. C. R. Resignificação do trabalho na saúde mental interações e diálogos com a economia solidária. Revista mundo do trabalho contemporâneo, São Paulo, v.2.1, p.76-95, 2017. Disponível em <<file:///C:/Users/PC/Desktop/saude%20mental%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf>>, Acesso em: 04/08/2022.

MARTINS, M.; TOLEDO, D. O discurso da sustentabilidade na Economia Solidária: o caso do sítio rosa dos ventos pocinhos do rio verde, Minas Gerais. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre/RS, de 19 a 21 de outubro de 2016. Disponível em:<<file:///C:/Users/PC/Downloads/228-236-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20/02/2022.

MATOS, M. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, p.89-122, 2005

MESSEDER, S. A. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico basfemico. In: HOLLANDA, H. de B. Pensamento feminista hoje perspectivas decoloniais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Edgardo Lander. [Org.]. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Caracas: CLACSO. E-cadernos CES [Online], colocado online no dia 01 dezembro 2008. Disponível em:<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf>. Acesso em 17/10/2020.

MILANI, A.M.R; GRADE, M. A criação de espaços sociais como forma de luta das mulheres artesãs de alagoas: a experiência da economia solidária. Geosul, Florianópolis, v. 33, n. 69 (Dossiê: Geografia Cultural), p.139-164, dez. 2018. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n69p139>>. Acesso em: 14/10/2021.

MILANI, M. L; STAHNKE, P. G. S; MARCHESAN, J. Desafios à autogestão e a cooperação em empreendimentos econômico solidários. Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania – vol.4 – n.142 – p.87-14– Junho de 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/cliente/Desktop/auto%20gestão/auto%20gestão%204.pdf>>. Acesso em: 18/08/2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Economia Solidária. 2016. Disponível em:<<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria>>. Acesso em: 03/03/2021.

SECRETARIA DE POLÍTICAS ECONÔMICAS. Indicador de atividade econômica. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe>>. Acesso em: 10/08/2022.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. – 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, D. A. S; MOTA, D. M. O conceito de autonomia em estudos sobre mulheres. Revista Caribeña de Ciências Sociais. 2019. Disponível em :<<https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/01/autonomia-estudos-mulheres.htm>>. Acesso em:19/09/2022.

NEAMTAN, N. A Economia Social e Solidária: rumo a uma globalização alternativa. In: documento de referência preparado para o simpósio cidadania e globalização: explorando a participação e a democracia em um contexto global. 2002.

NOBRE, M. Interação entre economia feminista e economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. Sempre Viva Organização Feminista, p. 1-11. 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/2014/03/25/interacao-entre-a-economia-feminista-e-a-economia-solidaria-nas-experiencias-de-grupos-de-mulheres/>. Acesso em: 10/07/2021.

OIT- Organização Internacional do Trabalho. As desigualdades e o mundo do trabalho Conferência Internacional do Trabalho, 109.ª Sessão, 2021. Disponível em:< ISBN: 9789220357514>. Acesso em:20/12/2021.

OLIVEIRA, A. L. de. A trajetória de empoderamento de mulheres na Economia Solidária. Revista Gênero, v.5 n.2, p. 157-177, 2005. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/01112009-112320oliveira.pdf>>. Acesso em 21/6/2022.

OLIVEIRA, C. C.; SOUZA, F. L M.; PENHA, J. R. L. Economia solidária em saúde mental: iniciativas de geração de renda e trabalho. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 10, n. 7, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16905>>. Acesso em: 25/08/ 2022.

OLIVEIRA, F. B.; MOREIRA, C. M. R.; JÚNIOR, L. J. F.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, F. M. S.; ANTUNES, J. Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária – iniciativas de geração de trabalho e renda. Holos, 6, 130–140. 2018. Disponível em:<<https://doi.org/10.15628/holos.2018.5233>>. Acesso em: 24/08/2022.

OLIVEIRA. J.P. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, p. 325 a 332, jul./dez. 2008. Disponível em:< <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5290>>. Acesso em: 20/08/2022.

OMETTO, A. M. H; FURTUOSO, M. C. O; SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta, e seus reflexos nas condições de vida da população. Revista saúde pública. 29(5). 1995. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000500011>>. Acesso em: 03/11/2021.

ONUMA, F. M. S; MAFRA, F. L. N; MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. Cadernos EBAPE.BR [online] v. 10, n. 1, pp. 65-81, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000100006>>. Acesso em:26/08/2022.

PARENTE, T. G; COELHO, E. C. Microcrédito e (Des)Empoderamento das mulheres beneficiárias no banco do povo em Palmas /TO. Revista observatório, Palmas, v. 5, n. 2, p. 480-512, abr-jun. 2019. Disponível em:< <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/6274/15133>>. Acesso em: 12/08/2022.

PNAD- Pesquisa nacional por amostra de domicílio. Rio de Janeiro. PNAD, 2019. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e-\(PNAD,2019\)](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e-(PNAD,2019))>. Acesso em: 29/01/2021.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 03/03/2021.

QUERINO, L. C. S; DOMINGUES, M. D. S; LUZ, R. C. A evolução da mulher no mercado de trabalho. E-faceq: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, Ano 2, número 2, agosto de 2013. Disponível em:< <http://e-faceq.blogspot.com.br/>>. Acesso: 20/01/2022.

QUINTANA, A. C; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise Ambiental. O Social em Questão, ano 14, nº 25/26, 2011. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf>. Acesso: 21/02/2022.

RAMOS, A. T. A. A Organização feminina em empreendimentos solidários: uma alternativa de inclusão ao mercado de trabalho. Anais II Simpósio gênero e políticas públicas. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/alysson.pdf>>. Acesso em: 15/06/2022.

ROCHA, A. C. de M. Economia solidária como política pública para promoção da educação popular. Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento, ano 05, ed. 09, vol. 03, pp. 05-23, 2020. Disponível em:< <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/educacao-popular>>. Acesso em: 23/06/2020

SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias, experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 402p. Pp.21-37, 2002. Disponível em:< <https://agritrop.cirad.fr/512607/>>. Acesso em:10/11/2021.

SANTOS, B. de S. Epistemologias del Sur. Mexico: Siglo XXI, 2010.

SANTOS, G. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. Cadernos Feministas de Economia e Política, 2010. Disponível em:< <https://cirandas.net/articles/0030/3983/ecosolefeminismo-graciete.pdf>>. Acesso em: 12/03/2022.

SEDES- Secretaria de desenvolvimento social. O que é o cadastro único? 2021. Disponível em < <http://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/>>. Acesso em: 13/04/2021.

SEN, G. Empowerment as an approach to poverty. Working Paper Series, n. 97, v.

SEPLAG- Secretaria de estado do planejamento, gestão e patrimônio. Estudo sobre Economia Solidária. Maceió/AL, p.37, 2017. Disponível em:<<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/fab1d5e2-e649-40fd-a965cd5b73235914/resource/42ab0357-b87f-4290-992094cd6c65813e/download/economiasolidaria.pdf>>. Acesso em: 04/04/2021.

SIES. Atlas da economia solidária. Brasília/DF, 2013. Disponível em:<<http://atlas.sies.org.br/sobre.html>>. Acesso em: 02/11/2020.

SILVA, E. A; SOUZA, D. B; MATOS, G. B. C; PEDROZO, E. A; SILVA, T. N. Empreendedorismo social e cooperativismo solidário na agricultura familiar. Desafios - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, 7(3), 3-19. V.7, N.3. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.20873/uftv7-8199>> Acesso em: 10/10/2021.

SILVEIRA, E. C; SILVA, S. F. M. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: UECE, 2013. p.122-13. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17238-08072013-162104.pdf>. Acesso em: 07/10/2021.

SIMON, V. S. P. Trajetórias fenonômicas e empoderamento: histórias de vida de mulheres na economia social e solidária catarinense. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160773>>. Acesso em: 05/03/2022.

SINGER, P. Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES). Mercado de trabalho. IPEA, v 56, Fev/2014. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3784/1/bmt56_econ02_dez_anos.pdf>. Acesso em: 03/03/2021.

SINGER, P. In A. D. Cattani (Ed), A outra economia (pp. 116-125). Porto Alegre, RS: Veraz. Sociedade, 2003, 17(1), 17-28.

SINGER, P. Introdução a Economia Solidaria, 1ª Ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.

SOUSA, L. P; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos avançados 30 (87), 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24/05/2022.

SOUZA, V. de; PENTEADO, C.; NASCIMENTO, R. do; RAIHER, A. P. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. Informe GEPEC, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020. Disponível em:<<https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710>>. Acesso em:10/07/2022.

SZUL, K. D; MOURA, R. R. Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da associação de recicladores rei do pet (ARREP). 2017, Ponta Grossa/PR, 2017. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180045>>. Acesso em em:18/08/2022.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIAS, B. G. Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas, 2022. Disponível em:< <https://retratodotrabalhoinformal.com.br/>>. Acesso em: 31/08/2022

VERONESE, M. V. Psicologia Social e Economia Solidária. Aparecida, São Paulo. Ideias e Letras, 2008.

VERONESE, M. V. Subjetividade, trabalho e solidariedade. Aletheia, n. 24, Canoas, dezembro 2006.